



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

LÍGIA LINS SILVA

MUSEALIZANDO O TRAUMA:
Dos Guaranis de São Miguel, aos desaparecidos de Córdoba.
Um estudo comparativo entre narrativas e afetos

Rio de Janeiro

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

LÍGIA LINS SILVA

MUSEALIZANDO O TRAUMA:
Dos Guaranis de São Miguel, aos desaparecidos de Córdoba.
Um estudo comparativo entre narrativas e afetos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

Rio de Janeiro

2015

LÍGIA LINS SILVA

MUSEALIZANDO O TRAUMA:
Dos Guaranis de São Miguel, aos desaparecidos de Córdoba.
Um estudo comparativo entre narrativas e afetos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. João Paulo Macedo e Castro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a. Dra. Marília Xavier Cury
Universidade de São Paulo(USP)

Silva, Lígia Lins.

S586 Musealizando o trauma : dos Guaranis de São Miguel, aos desaparecidos de Córdoba. Um estudo comparativo entre narrativas e afetos / Lígia Lins Silva, 2015.

136 f. ; 30 cm

Orientador: José Ribamar Bessa Freire.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. Índios Guarani – São Miguel das Missões (RS). 2. Pessoas desaparecidas - Córdoba (Argentina). 3. Trauma psíquico. 4. Museus. 5. Memória - Aspectos sociais. I. Freire, José Ribamar Bessa.
II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social.
III. Título.

CDD – 155.935

Dedicatória

Aos meus familiares que mais do que me inspirar, sempre me apoiaram. Minha mãe com a palavra certa quando tudo parecia desabar, meu pai com suas preocupações sempre presentes, Leticia irmã amada e grande exemplo de superação, Lívio irmão que me ensinou que a comunicação vai muito além das palavras, e que um olhar de carinho é capaz de mudar tudo ao redor, minha avó Noêmia que até o último momento dizia que nada era mais importante que estudar, e se eu tivesse isso em mente, poderia conquistar tudo, a esse núcleo que tão bem me acolheu, nenhuma palavra de agradecimento seria suficiente, então a vocês dedico essa dissertação.

“La memoria es individual.

Nosotros estamos hechos,

En buena parte, de nuestra memoria.

Esta memoria está hecha,

En buena parte, de olvido”.

J. L. Borges

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

Agradecimentos

A jornada que nos trouxe até aqui, não é coletiva somente pelo imperativo do uso da terceira pessoa na escrita acadêmica, seria impossível enumerar o número de mãos que colaborou direta ou indiretamente para que hoje esse texto seja apresentado, e a eles deixo meu muito obrigada...

A minha família, agradeço o exemplo, aos amigos a compreensão, os puxões de orelha e a sempre imperativa ajuda a qualquer pedido de socorro, em especial a Tiago Cesar e Alex Holanda pelo apoio quando decidi entrar no programa, a Erick Carvalho Marcos Barreto, Marjorie Martins e Daniele Bastos pelo ombro sempre disponível para entender minhas lamurias acadêmicas e as de outros polos da vida, Evelyn, Bill, Anderson, Vivi, Dani, Marina, Trevor, Junior, Pedro Henrique... Aos que posso verdadeiramente chamar de amigos, não esquecendo do time que me apresentou novas formas de catarses, essas bem mais imediatas, ao Locomotiva Rugby RJ e a todos que por ele passaram me ajudando em questões acadêmicas entre um try e outro.

A Vera, Cecília, Ana e Fátima pelas entrevistas, a Lisiane, Alice, Patricia e todos da aldeia Koenju.

Ao meu orientador José Ribamar Bessa Freire pela acolhida tão imediata, quando lhe falei baixinho sobre o que pretendia pesquisar, suas palavras de incentivo naquele dia nos trouxeram até aqui.

Aos professores do PPGMS, e todos os funcionários.

Ao projeto observatório da educação, que subsidiado pela CAPES financiou essa pesquisa.

E a todos que acreditam que a educação é o grande degrau para superar qualquer rastro de autocracia que ainda resista em nossa sociedade...

RESUMO

O preceito básico da memória, é que por trás dela sempre há esquecimento. E quando nos propomos a lembrar de um contexto traumático, como lidar com as escolhas do que será esquecido? Como musealizar um trauma? Talvez a primeira questão deva ser o porque... Estamos submetidos a uma sociedade altamente marcada por traumas dos mais diversos, desde a escravidão, o ceifamento de comunidades indígenas, e mais recentemente a ditadura militar. Os panoramas descritos tem em comum a ausência de um caráter responsabilizatório capaz de gerar comoção e visibilidade aos grupos minoritários. Por que lembrar? Para traçar o caminho de um corpo social consciente de sua própria memória histórica, e propomos isso através da musealização de lugares traumáticos como instrumento de luta pelos direitos humanos, e pela vinda a superfície de tantas memórias subterrâneas, escondidas até hoje. Nos apropriamos de dois estudos de caso, as Ruínas de São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul, e o Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba na Argentina.

Palavras-chave: Trauma, Musealização, Memórias subterrâneas.

ABSTRACT

Memory's basic precept is that, behind it, there is always forgetting. And when we propose remembering a traumatic context, how can we deal with the choices of what will be forgotten? How can we display traumas in a museum? Perhaps the first question needs to be why... We are submitted to a highly trauma marked society, which are the most diverse one, from slavery, to the slaughter of indigenous communities, and more recently, military dictatorship. The sceneries described have in common the absence of a "no-responsibility nature", capable of generating commotion and visibility to minority groups. Why remember? To create a social path so people become aware of their own historical memory, and we propose this through the transformation of traumatic places into museums, as a tool in the human rights fight and to resurface the many subterranean memories, hidden until today. We take two case studies; the "São Miguel da Missões" Ruins in Rio Grande do Sul, Brazil, and the "Archivo Provincial de la Memoria", Córdoba, Argentina.

Keywords: Trauma. Musealisation. Subterranean Memories

SUMÁRIO

1 - Introdução	10
-----------------------------	----

Capítulo I – **Pelas memórias do afetivo: Um olhar crítico sobre as marcas da ditadura na contemporaneidade**

1.1 Memórias coletivas em tempos de transição: Resistência e afecção construindo novos panoramas.....	18
1.2 Memórias Subterrâneas.....	21
1.3 Violência de ontem?	24
1.4 A lei de anistia e as suas continuidades.....	27
1.5 A catarse como forma de reparação: O caso brasileiro por diferentes ângulos.....	33
1.6 Patrimonializando memórias	52
1.7 O ressentimento clandestino	56
1.8 A Memória Experimental	58

Capítulo II - **Desmemórias da Resistência no Brasil: O caso de São Miguel das Missões e a invisibilidade Guarani**

2.1 Primeiras palavras: Ranhe ayvu.....	62
2.2 O outro lado da fronteira, entre narrativas e ruínas.....	64
2.3 Em busca de origens: São Miguel das missões.....	66
2.4 A ruína como lugar de memória.....	68
2.5 Conhecendo os Mbya.....	71
2.6 De Koenju para mundo. <i>Duas aldeias: uma caminhada</i>	74

2.7 Analisando métodos: entre a observação e a pesquisa participante	80
2.8 Nossa voz: <i>Roguereko ayyu</i>	82
2.9 Patrimônio em ruínas.....	88
2.10 Longe de uma conclusão.....	90

Capítulo III – **Desmistificando o trauma: O trabalho de memória do *Archivo provincial de la memoria de Córdoba***

3.1 Entrando no museu.....	92
3.2 Um breve panorama da História do país.....	93
3.3 Reparação e verdade.....	94
3.4 Archivo provincial de la memoria de Córdoba	95
3.5 Dos livros proibidos a consciência histórica	102
3.6 Primeiras verdades.....	107
3.7 Fazendo arte com a memória.....	111
3.8 Um encontro inesperado.....	115
3.9 Confirmando hipóteses.....	116
Conclusão	125
Referências bibliográficas	129
Anexos	136

1- Introdução

"Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir." José Saramago

Sempre encontramos referências ao poder transformador da educação e sem dúvida, podemos lembrar de um professor que tenha sido decisivo em nossas escolhas.

Tive alguns, mas nenhum como o saudoso Dr. Manoel Salgado, que com um currículo vasto, se dedicava a assumir turmas iniciantes na faculdade de História. Quando me perguntavam o que eu queria com aquela graduação, eu era precisa: - Ganhar arcabouço para seguir a carreira de jornalismo depois, eu queria escrever, influenciar pessoas. Sendo bastante honesta, como toda jovem de dezessete anos, eu queria mesmo era mudar o mundo. O mundo eu não mudei, mudei foi de idéia. Naquele mesmo semestre fui apresentada a uma tal de memória social, e entendendo um pouco de como ela funcionava, percebi que talvez mais interessante que influenciar pessoas, poderia ser, entender como elas são influenciadas, como se constroem os pensamentos que permeiam pela coletividade, com o trunfo de se fazerem passar por subjetivos. Agradeço ao professor Manoel, por tão agradável introdução à área, hoje sem dúvida, trago aquelas aulas comigo.

Como se pode imaginar, os anos que se seguiram, foram repletos de referências a memória, e tempos atrás, ainda durante a faculdade, meio que por obra do destino, conheci o *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*, foi um amor acadêmico à primeira vista. Estudar espanhol, conhecer um sotaque distinto do que estava acostumada, experimentar outra cultura, foram os motivos da viagem. Quem poderia imaginar que durante as férias de janeiro, os museus estariam em grande parte fechados, por se tratar de uma cidade universitária? Mas em meio ao desespero, encontrei uma porta com duas digitais gigantes desenhadas com nomes, entrei, perguntei, e como já disse, me apaixonei. Se tratava de um lugar que havia sido um centro de torturas durante a ditadura argentina, e que fora apropriado pelos movimentos sociais como um sítio de memória, para que aquela história se fizesse presente na sociedade.



Figura 1 Digitais construídas com os nomes dos desaparecidos de Córdoba.

Fotografia: Lígia Lins, 2013.

Sua localização é um ponto a se destacar, a poucos passos da principal praça da cidade e ao lado da Catedral de Córdoba, uma das mais antigas do país. Chega a assustar, imaginar como em uma zona tão central poderiam ocorrer tais violações, mas o fato é que ocorreram, e da torre da catedral, tudo se podia ver. Logo na entrada há um pedaço de muro, que com a placa ao lado, faz todo sentido. Aquele muro serviu para tirar as características originais do espaço, esse foi um mecanismo utilizado por todo o país, prédios do exército foram pintados de azul, paredes quebradas e outras construídas, tudo com a intenção de dispersar as narrativas posteriores que descreveriam aqueles locais de horror.

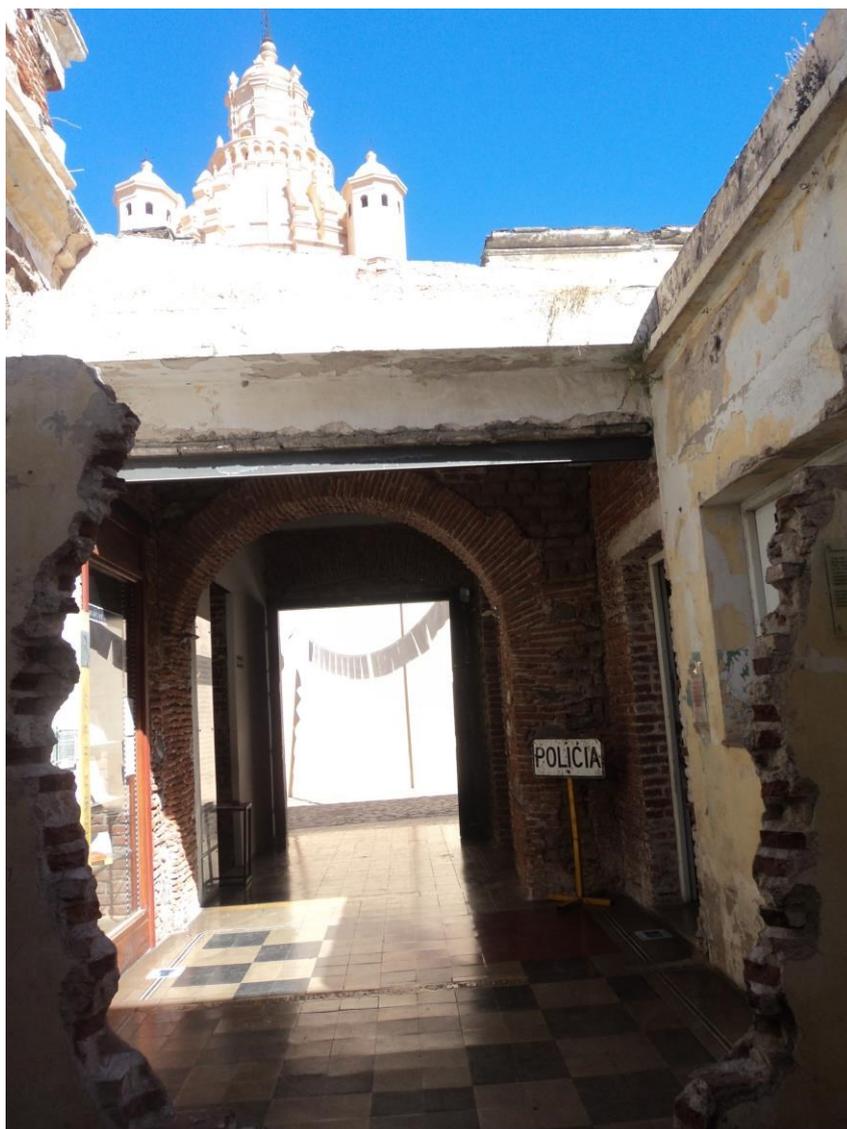


Figura 2: Torre da igreja vista de dentro do museu, com destaque para o que sobrou do muro feito após a ditadura. Fotografia: Lígia Lins, 2013.

Não por acaso a associação a outro período da História contemporânea acaba sendo inevitável, compondo assim novas problemáticas. Da mesma forma que o Holocausto se tornou o símbolo máximo do fracasso da proposta de progresso do século XX, totalizando e generalizando situações específicas, pode também se acompanhado de uma proposta crítica, figurar como uma forma de linguagem universal capaz de criar um poderoso prisma pelo qual se pode olhar outros exemplos de violência em massa. (HUYSSSEN, 2004, p.13)

Primo Levy descreve os *Lager*¹ como eminente perigo para a Alemanha nos tempos finais da II Guerra, por conterem o segredo dos próprios *Lager*, crime de crueldade inominável nos registros da humanidade.

“No outono de 1944, os nazistas explodiram as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz, mas as ruínas ainda existem e a despeito de todo contorcionismo dos epígonos, é difícil justificar suas funções recorrendo a hipóteses fantasiosas.” (LEVI, 1990, p. 02)

O espaço de memória de Córdoba não é muito grande, trata-se de algumas salas administrativas e outras que funcionam como arquivo dos documentos da repressão. Aberto ao público, há exposições permanentes e itinerantes sobre os direitos humanos e que recontam narrativas de jovens vistos pela última vez naquele local, há também duas celas com traços da época, um pátio, e uma biblioteca de livros proibidos, assim chamada pelas obras que possui, todas censuradas à época. O grande destaque é a sessão infantil dessa biblioteca, com o seguinte aviso: *Prohibido por demasiada imaginacion!* Estão aí, livros infantis que a ditadura julgou incompatíveis com uma educação de qualidade, e ao lado as fichas com os motivos pelos quais foram censurados. Entraremos em mais detalhes no capítulo final, mas seria impossível explicar como chegamos a essa pesquisa sem entender os caminhos que nos trouxeram até aqui, por mais irregulares que eles possam parecer.

Como se pode imaginar, aquela biblioteca foi o meu habitat pelas semanas que se seguiram, com exceção de um dia, em que resolvi buscar o outro museu relacionado ao tema que havia por aquela área, se tratava do “*LA PERLA*”.

Localizado na província de Córdoba, mas fora da capital, em uma zona rural, onde para chegar, bastaria dizer ao motorista “*la perla!*”, como me informou um amigo. Acontece que o nome da região, também era La Perla, e com o meu espanhol que até aquele momento não tinha exatamente um sotaque cordobés, depois de muitos “*La Perla!*” ao motorista, e aos passageiros, que a essa altura já tentavam me ajudar, eis que compreenderam meu destino, e ao descer do ônibus me vi sozinha, no meio de uma rodovia completamente deserta e com uma espécie de bosque ao redor. Segui caminhando, até que do meio do nada surgiu um portão bem antigo e um placa, finalmente, La Perla! Ainda tive que subir uma estradinha de barro, mas por fim estava lá.

¹ *Lager*: campos de concentração.



Figura 3: Sinalização do Museu LA PERLA Fotografia: Lígia Lins, 2011.

Se tratava de um campo gigantesco, com alguns galpões que davam a impressão de abandono total. Na época desse primeiro contato, o espaço ainda não havia se articulado para receber muitos visitantes, os poucos que iam, avisavam com antecedência, afinal se tratava de um ex-centro de tortura, que ficava a duas horas da cidade, não é exatamente um roteiro turístico.

Interessante ressaltar que parte do espaço que era de livre circulação, atualmente está vedado, sendo considerado local de prova sobre os crimes cometidos ali.

O museu conta com algumas salas expositivas sobre as histórias de vida que por lá passaram, e com indicações sobre o que acontecera na época. Uma energia um tanto quanto apavorante vai dominando o visitante, em especial o que como eu, andava por ali sozinho. Por fim me despedi e na jornada de volta, resolvi pegar um atalho, que uma das recepcionistas me havia indicado. No meio dessa confusão, entendi o porquê de ali ter sido uma das zonas de maior execução no período da ditadura, o tal caminho mais curto, me levou para dentro de um matagal sem fim, andei por quase trinta minutos e nem sinal de vida ao redor, muito menos de ponto de ônibus, a verdade é que ao menor ruído, que parecia ser de uma cobra, voltei correndo ao museu e pedi um táxi, alegando não me sentir bem por causa do calor, e obviamente não relatando aquela história a ninguém.

Quando voltei a faculdade, não consegui tirar da cabeça aqueles locais que fervilhavam a memória da época. O Brasil precisava se articular para alcançar algo parecido. Meses depois conheci o Memorial da Resistência, o único espaço no Brasil (até hoje), que ressignificou um centro de violência da ditadura, como lugar de memória aberto ao público. Ao acompanhar algumas visitas, percebi qual era a minha grande indagação, como fazer com que aqueles museus que traziam uma história tão carregada, falassem às gerações que não viveram diretamente nada daquilo? Como fazer lembrar o que não se conheceu? Como traduzir a violência do passado, à luta pelos direitos humanos? O desafio está lançado!

Na primeira parte da pesquisa buscaremos traçar os panoramas sociais que apontam ao sentido dessa investigação. Uma análise através das marcas existentes na sociedade contemporânea, que podem ser vistas como efeitos do último regime civilmilitar brasileiro. Por que lembrar dos tempos da ditadura? Que elementos nos fazem entender essa História como primordial aos dias de hoje? E por quais caminhos podemos percorrer essas questões? O que propomos nesse capítulo é aprofundar o debate através dos depoimentos de indivíduos que foram atingidas pelo regime, e que de alguma forma se organizam pelo resgate dessas memórias, tanto na prática clínica, como na militância por outros meandros. Articulando a idéia de trauma coletivo até a catarse como possibilidade de restabelecimento não apenas individual, mas do âmbito

social.

O segundo capítulo apresenta um lugar diferente do esperado, as ruínas de São Miguel das Missões, localizadas no Rio Grande do Sul. A escolha por esse espaço se deu na própria jornada da pesquisa, enquanto buscávamos o caminho mais conveniente para chegar a Córdoba, cruzamos com suas majestosas paredes centenárias, mais o que nos chamou a atenção foram os Guaranis, que mesmo estando ali, pareciam invisíveis. Porque um lugar que tratava da história daquele grupo, parecia não identificá-los como representantes? Que vozes realmente ecoavam pelo sítio? Foi então que constatamos: Estávamos diante de um trauma dos mais recorrentes na América Latina, a exclusão dos índios de seu direito a serem ouvidos. O que eles teriam então a dizer sobre um local tão intrinsecamente violento a trajetória Guarani na região? Tínhamos que descobrir, buscaríamos que elementos estavam presentes e ausentes no projeto de musealização daquele suposto lugar de memória, e para isso a observação participante seria o mecanismo utilizado.

Por fim entraremos a fundo no espaço iniciou essa viagem pelas memórias dos tempos de repressão. O *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*, ajudará com suas

experiências concretas a entender como transmutar conceitos e ideias de lugares onde a violência se instaurou, em um processo de ressignificação dentro da lógica da educação museal. A estratégia traçada nessa vertente final é o uso de entrevistas, questionários, e da observação participante que será o eixo principal da busca pela comprovação de nossa hipótese, que se baseia na formulação de construções narrativas dentro desses museus enfocadas diretamente as novas gerações, como uma forma de catarse social da história desses períodos, constituindo assim um caminho à reparação, e a não repetição desse ciclo de violência.

Cabe destacar que nossa metodologia será pautada nas entrevistas semi- estruturadas que se definem pela utilização de um roteiro com questões previamente definidas, e acréscimo de novas perguntas na medida da necessidade. Sendo possível assim esclarecer qualquer ponto que não tenha ficado claro, ou auxiliar na recondução dos objetivos, caso o entrevistado tenha “fugido” do assunto em pauta.(BONI, 2005, p.75)

Não almejamos encontrar soluções prontas para os problemas que foram apontados, mas se pudermos traçar novas rotas que abram espaço para o debate, estaremos não só contribuindo para o discurso acadêmico, mas quem sabe fazendo parte do *possível*. Esperamos ainda ser capazes de muito mais.

"Estudar exige disciplina. Estudar não é fácil. porque estudar pressupõe criar, recriar, e não apenas repetir o que os outros dizem ...Estudar é um dever revolucionário. A escola sozinha não muda as condições de injustiças sociais... Resta perguntar: Está fazendo tudo que pode?" Paulo Freire

Capítulo I

Pelas memórias do afetivo: Um olhar crítico sobre as marcas da ditadura na contemporaneidade

A desmemória/2

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória. (GALEANO, 2002, p.31)

Antes de levantar questões e buscar alternativas de compreendê-las socialmente, cabe salientar nosso local de fala. Não buscaremos aqui um trabalho de análise profunda das veredas da psicologia e seus marcos políticos e sociais, ou um mergulho pelos ainda um tanto quanto misteriosos mares da museologia, tão pouco explicações objetivas do direito ou traçar marcos na historiografia. Baseamos nossa pesquisa desde a Memória Social, que de acordo com Aleida Assmann é um fenômeno com uma variedade de abordagens tamanha, que impossibilitaria qualquer monopólio disciplinar (ASSMANN, 2011 p. 20). Dessa forma iniciamos esse novo ponto de inquietações a partir de um pensamento presente na obra de Martin-Baró, que Soraia Ansara (2009, p.20) em seu livro Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil, destaca como uma proposta que “revolucionaria” o saber científico, na medida em que invertendo o referencial epistemológico, propõe a “desalienação” da prática da psicologia.(2009, p.33), nas palavras do próprio Martin-Baró, “Aceitar a conscientização como horizonte não exige tanto mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica e prática a partir da qual se trabalha.”(MARTIN-BARÓ, 1996, p.1)

Martin-Baro foi um padre jesuíta e psicólogo, que observou a realidade desde a perspectiva européia de sua origem, até a América do Sul, EUA e América Central, onde adotou El Salvador como segunda pátria, lá em meio a um contexto de guerra civil, fixou seus estudos e mais ainda a sua prática pela luta aos Direitos Humanos, em 1989 já como vice-reitor acadêmico na Universidade Centro Americana (UCA), foi assassinado por um grupo de paramilitares, junto com outros seis jesuítas que realizavam trabalhos pela comunidade salvadorenha. Essa larga experiência lhe propiciou ferramentas para analisar as tensões da desigualdade social em diversas esferas. Como afirma Ansara, para ele:

“(...) não são os conceitos e as teoria que devem definir quais problemas devemos estudar, muito pelo contrário, a própria realidade com os problemas sociais que apresentam é que deve indicar quais teorias e conceitos são necessários para compreendê-la e explicá-la, inclusive sugerindo formas de agir em vistas de sua transformação.” (2009, p.33)

A análise empírica foi o marco inicial dessa pesquisa, observando a realidade ao nosso redor, é que partimos na busca por autores e conceitos que nos ajudem a não só entendê-la, como arquitetar meios de observá-la por outras perspectivas, intencionado fomentar novas possibilidades de aproximação da prática social, com o estudo acadêmico.

1.1 Memórias coletivas em tempos de transição: Resistência e afecção construindo novos panoramas.

Aos dez anos durante uma aula de português, foi proposto como atividade, que cada aluno escrevesse uma frase com dois dígrafos, a minha foi imediata: - Meu avô é guerrilheiro. Lembro do efeito que a frase causou, mais ainda do orgulho que senti, ao ser interpelada pela professora sobre a veracidade da sentença. Ao mesmo tempo um pavor me envolveu. E se ela questionasse o significado daquela palavra tão cheia de vida? Sim, meu avô havia sido um guerrilheiro, e o mais importante naquele momento, nessa frase haviam os dois dígrafos! Porém o significado dessa sentença demorou ainda alguns anos para fazer sentido na minha vida...

O processo de rememoração nunca é simples, ainda que não haja uma unanimidade sobre as conexões sociais que produzem as lembranças, não há dúvidas da complexidade dessa ação. Para Habwachs (1990) nunca estamos sós, nossas recordações estão diretamente ligadas a quadros sociais extremamente bem definidos, ou seja nos lembramos em função dos grupos aos quais estamos inseridos, contudo esses quadros realizam combinações entre si, provendo ou abstraindo lembranças. Esses novos traçados são costurados de tal maneira a não nos permitir notar o quanto estamos imersos em suas produções. "As lembranças se adaptam ao nosso conjunto de percepções no presente" (HALBWACHS, 1990, p.29)

Longe de tirar a importância de seus escritos a respeito da memória coletiva, pretendemos fugir do anacronismo que seria o uso de suas teorias indiscriminadamente. Entendemos dessa forma, os questionamentos de Pollack (1989) sobre a coesão negociada e conciliatória entre indivíduo e grupo na produção de memórias, uma alternativa viável de se debruçar sobre os argumentos de Habwachs através de um olhar atualizado aos conflitos contemporâneos e ao excesso de carga informacional que se movimenta na sociedade. Ele

aponta o quão problemáticas podem ser, análises que sigam enxergando fatos sociais como coisas, e menciona uma mudança de perspectiva em que o construtivismo, realiza uma espécie de dissecação dos caminhos que levaram a formação dessas memórias, propondo um rompimento com o caráter estritamente uniformizador apresentado por Habwachs, mirando sua perspectiva para os conflitos entre as memórias.

A revisão dos escritos de Habwachs é inerente a qualquer trabalho que tenha como matriz a sociedade contemporânea, considerando que os problemas sociais além de outros se manifestam por meios distintos, o que não questiona seu indiscutível legado, por além de ter cunhado o conceito de memória coletiva, ter apresentado as discussões sobre os quadros sociais da memória. Sua perspectiva a respeito da História é um exemplo disso, ao apontá-la como passado estagnado, em oposição à memória construída pelas experiências do presente, baseia sua teoria na historiografia produzida à época; com a ascensão de práticas e estudos como a história oral e o conseqüente uso da memória como fonte histórica, a História ganha novos matizes que não correspondem em nada ao congelamento de um passado sem força motriz.

Chegamos ao século XXI assumindo novas posturas no que diz respeito as relações produzidas no âmbito da memória. A globalização não apenas encurtou distâncias, mas transformou os referenciais. Como disserta Stuart Hall o conceito de identidade se vê em crise, “a identidade somente se torna uma questão, (...), quando algo que se supõe como fixo, corrente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (KOBERNA, apud HALL 2006, p.43). Cabe então, tentar entender qual o papel desse sujeito contemporâneo, em um mundo que se movimenta cada vez mais rápido, alterando cenários sociais, que por sua vez modificam as identidades ao qual nos reconhecemos. Grupos antes coesos por sua história, passam a ampliar a perspectiva de mundo, pertencendo a cada vez mais núcleos sociais.

“Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição européia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.” (POLLACK, 1989, p.1)

O que tentamos enxergar nesse panorama, é que com as novas teias que foram sendo traçadas no âmbito da memória social, seria sensato entender análises usualmente

excludentes umas as outras, em uma proposta de coexistência, ainda que em alguns momentos críticas entre si. A memória é tanto, impositiva, institucional e inscrita na sociedade por meio de mecanismos coercitivos, como pode ser aderida através do afetivo.

Na verdade o que defenderemos aqui é a produção de mecanismos institucionais para a aproximação mnemônica de novas gerações a temas ligados aos direitos humanos, e a responsabilidade pela construção coletiva de mundo. Essa proposta não se vê justificada por ideologias, mas parte da premissa que ter acesso a própria História e por consequência a realidade a que estamos submetidos, possibilita a abertura de um novo horizonte em que nos sentimos responsáveis pelo porvir.

Lidar com questões sensíveis como essas, requer uma carga de empatia emocional, o que realiza um encontro entre pontos propostos pelos dois autores.

“A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (POLLACK, 1989, p.5)

A afetividade dos laços está presente no argumento de Pollack, ele apresenta memórias transmitidas por gerações e que mesmo sem o suporte de fontes escritas, seguem presentes em forma de uma resistência ativa.

Ansara (2009, p.33) aponta o processo de recuperação de uma memória histórica como a construção de uma memória política, que se projeta por meio da conscientização popular, gerando assim espaço para o surgimento de um novo sujeito sociohistórico, que no apontado por Martin-Baró “Conhece criticamente sua realidade, não poupando esforços para lutar contra essa condição.”(MARTIN-BARÓ apud ANSARA, 2009, p.33), dentro desse panorama a autora afirma que a memória coletiva pode assim ser entendida para além da transmissão geracional, se impondo como estratégia de resistência em especial aos que se sentem excluídos dos direitos a cidadania, assumindo seus papéis no combate aos fatalismos históricos.

Entendemos por tanto que a resistência e a afetividade não precisam emergir pela sociedade dissociadas. A crítica a memória que se encaixa sem impasses é extremamente pertinente, não vivemos em uma sociedade estável, mas abandonar a “memória afetiva” de

Habwachs seria tão desacautelado, como enxergá-la autosuficiente para a análise. “(...) quanto mais identificado com o grupo, mais consistente será a memória sobre os eventos que o grupo realizou ou vivenciou em comum.” (2009, p.38).

“O corpo também pode funcionar como um meio em si, (de memória) na medida que os processos psíquicos e mentais de recordação são ancorados de maneira tanto somática, como neuronal. (...) estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente : pode ser vista tanto como indício de autenticidade, quanto como motor de falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência falamos de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência como uma experiência encapsulada corporalmente que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora.” (ASSMANN, 2011 p. 25)

Trazendo os apontamentos de Aleida Assmann para uma analogia do corpo social, o somático pode ser visto como as marcas que carregamos dessas memórias não elaboradas, e a afecção da mesma forma que no indivíduo, pode representar uma manipulação consciente ou não dos fatos, ou uma veracidade imanente, cabe ao pesquisador aprofundar a sua análise, para que essas memórias que foram cortadas da consciência por caminhos ainda a serem esclarecidos, voltem a fazer sentido, “(...) *memória histórica para percibir precisamente todo aquello que há bloqueado oprimido, aplastado a nuestro pueblo*”. (MARTIN-BARÓ apud ANSARA, 2009 p.32)

Adquirir consciência da própria memória histórica, é assumir a responsabilidade sobre a realidade em que se está inserido, fugindo dos fatalismos que acomodam o indivíduo no viés de passivo ao que sucede em seu entorno. Regimes ditatoriais, como os que assolaram a América Latina, ou mesmo o III Reich, tiveram como prerrogativa de aceitação popular, a resolução dos problemas em que aquele grupo supostamente estaria acometido. Se assumirmos as rédeas do que almejamos enquanto transformação social, seremos capazes de rechaçar os agentes que emanam idéias de opressão e violência na sociedade, abrindo o leque para novas trajetórias.

Não buscaremos aqui respostas simples para questões complexas, entender as relações sociais através das construções, usos e desusos das memórias, é uma tarefa delicada e que precisa ter o senso ético como eixo norteador.

1.2 Memórias subterrâneas?

Se há uma memória oficial, claramente existem seus pontos de divergência. Essas questões podem estar mais ou menos visíveis dependendo do contexto e do momento dessa

sociedade. Quando as versões oficiais, especialmente relacionadas a casos de coibição, passam a ser questionadas no âmbito público, é porque as memórias subterrâneas, (POLLACK, 1989) vieram à tona.

“Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. À luz de tudo o que foi dito acima sobre as memórias subterrâneas, pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo de justificação. Nesse caso, esse imperativo pode se impor após adiamentos mais ou menos longos.” (POLLACK, 1989 p.9)

Pollack aponta a necessidade de “se fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (1989, p. 9), na constituição do trabalho de memória, e observa que quando a memória oficial ignora esses imperativos que ele classifica como enquadramentos da memória, aplicando uma lógica meramente impositiva nessa formulação do pensamento coletivo, é questão de tempo o desandar desse projeto. Seria dizer, que se os núcleos que trazem para si a responsabilidade pela organização de memórias coletivas, ignorarem as limitações a que estão sujeitos, e não se submeterem a certas exigências de justificação dessa elaboração, além de acarretarem uma violência, estão fadados aos posteriores “gritos da contraviolência.”.

Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes freqüentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência. (POLLACK, 1989 p.9)

Cabe salientar a diferença entre o que Pollack apresenta aqui como enquadramento da memória (1989 p.9), e os quadros sociais da memória de Habwachs(1990). A reinterpretção incessantemente do passado pela primeira, é resultado de um trabalho ativo de propostas de re colocação de pontos fragmentados em outros planos. A transformação na França de uma memória idealizante, que exagera o papel da resistência, para um novo panorama que aponta a uma visão mais realista, reconhecendo a validade da colaboração durante a segunda guerra, é um bom exemplo citado pelo autor.

Já para Habwachs as lembranças se formam pelos encaixes dos grupos aos quais estamos imersos, de maneira natural, sem conflitos.

Nesse contexto de produção e resignificação das memórias subterrâneas, nos chocamos com um ponto a ser destacado. O controle sobre a memória, não se dá apenas nos grupos repressivos. Ao abordamos a temática de lembranças que foram suprimidas por décadas ou em alguns casos séculos, estamos diante de tensões, ressentimentos, e é inevitável o cuidado para com alguns panoramas, em especial quando lidamos com a história oral, com depoimentos de pessoas que passaram por situações de extrema violência, e que logicamente lutam pela não repetição de tais situações. A problemática começa quando esse engajamento político faz do pesquisador apenas um militante da causa, não analisando as alteridades presentes nos discursos, como se isso garantisse a fixação dessa memória na sociedade. É necessário ampliar o olhar para os pontos “não ditos”, e mais uma vez ter a ética como fio condutor da pesquisa, para dessa forma sim, sem ignorar as ideologias presentes na subjetividades de historiadores, cientistas sociais, etc, pois como humanos trazemos nossa carga de perspectivas, fomentar nossa parte na luta pela consciência social de que tais ações repressivas devem ser exauridas da coletividade.

“Uma análise de conteúdo de cerca de quarenta relatos autobiográficos de mulheres sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, publicados em francês, inglês e alemão, e completados por entrevistas, revela em muitos casos o desejo, simultâneo ao regresso do campo, de testemunhar e esquecer para poder retomar uma vida "normal".* Muitas vezes também o silêncio das vítimas internadas oficialmente nos campos por motivos outros que não "políticos" reflete uma necessidade de fazer boa figura diante das representações dominantes que valorizam as vítimas da perseguição política mais que as outras.” (POLLACK, 1989 p. 12)

Ao nos apresentar o conceito de memórias subterrâneas aplicado a diferentes contextos europeus, como os deportados durante a II guerra, que por falta de espaço social tiveram suas narrativas silenciadas, ou a dos recrutados a força pelo exército nazista, que levam junto consigo as lembranças da repressão soviética, Pollack trás luz a pontos fundamentais no que se refere as recordações de tempos traumáticos. O conflito entre o desejo de lembrar e a não *ressonância* (GONÇALVES, 2005) de suas histórias na comunidade ao qual pertence, produz o isolamento dessas narrativas, que embora ofuscadas nunca deixam de latejar, esperando o dia de se abrirem para a sociedade.

“(…) a memória subterrânea clandestiniza-se, como proteção ao lembrar, como resistência à ocultação, talvez isso explique porque em momentos de calma social ou rigidez momentânea das estruturas sociais as lembranças coletivas tem menos importância do que em fase de tensão ou de crise(…)” (CASTRO, 2007 p.123)

Os exemplos citados remetem a necessidade do portador dessas memórias de enxergá-las como aceitas pela sociedade que o circunda, porém como elucida Primo Levy, o pavor da rejeição para com essas narrativas é constante.

Quase todos os sobreviventes, oralmente ou em suas memórias escritas, recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variado nos particulares, mas único na substância : o de terem voltado para casa e contado com paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados. Na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente. (LEVI,1990 P.1)

Estela Carlotto, uma das “abuelas” argentinas que teve a filha assassinada, e o marido seqüestrado, afirma que ao ouvir os horrores que lhe narrou o companheiro, a família julgou que a experiência o havia deixado algum tipo de seqüela mental, “mas era verdade, depois soubemos” (CARLOTTO 2011, p. 27)

E quando essas narrativas começam a vir a público? Quando é possível olhá-las através de lentes do contemporâneo, por onde começar? É possível ainda afirmá-las como clandestinas?

1.3 Violência de ontem?

O contexto da Guerra Fria, em que a tensão pela possibilidade de novos conflitos com o agravante da tecnologia nuclear, pairou por gerações inteiras no embate das duas novas potências mundiais: Estados Unidos que defendia o ideal capitalista, e a União Soviética com o comunismo, se manifestou de diferentes formas, e na América Latina, com exceções pontuais, como afirma Hobsbawm:

O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional(...) Essa estratégia, que enfurecia os que preferiam o caminho das armas às vezes pareceu dar certo, como no Brasil (...) e no Chile em 1970. Talvez não surpreendentemente quando chegou a esse ponto foi detida de chofre por golpes militares(...) (HOBSBAWM, 2009, p. 424)

A ditadura civil-militar que se instaurou no Brasil por mais de duas décadas, fomentou medidas de repressão política e social, que além de atingir os que lutavam diretamente contra o regime, interferiu na lógica de diversos núcleos da sociedade,

consentido e afirmando, velhas e novas formas de coerção, como a censura e a banalização de práticas inconstitucionais de violência.

(...)“sob o comando de oficiais do Exército e completou-se o processo de militarização de seu treinamento.(...)A Constituição de 1988 apenas tirou do Exército o controle direto das polícias militares (...) mantiveram as características militares. Tornaram-se novamente pequenos exércitos (...)Essa organização militarizada tem-se revelado inadequada para garantir a segurança dos cidadãos. O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos.”(CARVALHO 2002, p. 213)

É necessário salientar que a questão das polícias no Brasil é bastante complexa, a divisão entre polícia Civil e Militar sempre existiu, porém no contexto da ditadura, as atribuições da Polícia Civil foram se esvaziando e a Militar tomou para si toda a parte ostensiva e a preservação da ordem pública, sobrando a primeira as funções judiciárias e a apuração de infrações penais, exceto as militares.²

De acordo com Castro (2007, p. 133) as instituições não se tornam democráticas naturalmente pela mudança da ordem social, elas possuem seu próprio sistema que aponta a práticas separadas de qualquer regime político, e os “entulhos autoritários”, como ela classifica os resquícios de um regime ditatorial, permanecem como desafio aos caminhos da democracia.

Dentro do campo do direito internacional a Justiça de transição aparece como o conjunto de medidas a superar os graves danos causados a sociedade por regimes totalitários e/ou ditatoriais que em contextos de anomalia constitucional, cometem violações aos direitos humanos, ela se fixa por quatro eixos básicos, o de verdade, que busca a construção de uma memória histórica, o de justiça, que se afirma pela responsabilização judicial das violações aos direitos humanos, o de reparação, (que são medidas de ordem tanto material, como simbólica nas formas de restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição) (apud Theo van Boven, in cuya p. 40), e as reformas institucionais, que devem promover através de mudanças estruturais do Estado a garantia de transformações sociais a realidade do período ditatorial. De acordo com Paulo Abraão, atual presidente da Comissão de Anistia, a principal característica do processo de justiça de transição no Brasil é enxergar

² Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/entenda-o-que-e-a-desmilitarizacao-dapolicia/>

as medidas de reparação como norteadoras para se tratar dos legados deixados por essa violência de Estado. (JUNIOR, 2014, p. 384)

“Não houve mudança nesse país nem na lógica das forças armadas e nem na política das polícias, isso é um ponto que a justiça de transição não avançou nem um milímetro, a questão é a gente se perguntar porque? (...)”³Vera Vital Brasil psicanalista que fez parte da primeira equipe de terapeutas do Grupo Tortura Nunca Mais e que agora coordena o projeto-piloto das *Clínicas do Testemunho* no Rio de Janeiro, defende a Justiça de transição como instrumento fundamental no processo de avanços sociais ao caminho da democratização, contudo afirma que não se trata de um mecanismo único, mas de vários componentes que sendo engendrados em determinado tempo se caracterizam como disparadores das transformações. Para ela quando o Estado se responsabiliza pelos danos provocados em determinada época, tanto na implementação de medidas reparatórias no campo simbólico e material, como mais diretamente pedindo desculpas dentro de um contexto de formalidade e ressonância como é o caso das *Caravanas da Anistia*⁴, há um compromisso que está sendo selado naquele momento de que o Estado não deve mais cometer aquele tipo de ação.

Maria de Fátima Oliveira Setúbal, teve sua vida marcada pela ditadura por diversos ângulos. Para ela é difícil separar as marcas pessoais do coletivo, e ao ser indagada sobre as consequências desse período para o Brasil, afirma que há muito se pensar, mas que na prática policial essas nuances ficam mais claros, com a formação repressiva que a corporação dissemina.

*“Lutamos pela desmilitarização da PM, porque ela é treinada para ser violenta, é o “prende e arrebeta” do Figueiredo ainda. Hoje é importante frisar que são as camadas populares que sofrem, (...) a tortura existe ainda nas delegacias, todos os dias deve ter gente torturada e não é da classe média.(...)”*⁵

Ao tratarmos de marcas deixadas na sociedade por um período ditatorial, lidamos com aspectos que não dizem respeito a nichos específicos, mas ao contrario. Influenciando núcleos dos mais variados, essas cicatrizes devem ser elaboradas institucionalmente, na busca de atingirem aspectos concretos na subjetividade de indivíduos que não

³ Entrevista concedida em 15 de março de 2014.

⁴ As Caravanas da Anistia caracterizam-se por sessões que se realizam de forma itinerante, percorrendo as localidades do Brasil onde ocorreram perseguições políticas, na intenção de expandir a participação da sociedade civil aos atos reparatórios oficiais, e estão inseridas dentro de um projeto maior da Comissão intitulado “Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os direitos humanos”

⁵ Entrevista concedida por Fátima Oliveira Setúbal, em 15 de março de 2014.

necessariamente estão imersos aos debates do tema. Traumas sociais, acontecimentos disruptivos ou efeitos subjetivos, a conceituação para os impactos à posteriori do regime ditatorial no Brasil é vasta, porém levam a uma mesma questão. Como realizar os paralelos entre os problemas contemporâneos e seus correspondentes históricos? É preciso expandir as análises, tirar essas memórias cada vez mais de seu estado clandestino, e incluí-las na vida pública, considerando as tensões inerentes ao tema.

Esse processo de encontro entre as questões atuais, e a procura por matrizes que produzam sentidos para o tempo presente, se dá em uma via dupla, pois é ela também que desperta o interesse das novas gerações por sua própria História.

"A violência hoje, é que tem levado aos jovens fazer essa conexão, entre a violência do passado com a violência hoje. Não foi o discurso que nós fazíamos, em que nós íamos a faculdade, falávamos com um, com os que nos buscavam no Grupo Tortura Nunca Mais, eles faziam suas teses e se desligavam. Essa conexão que está sendo feita agora, a partir do ano de 2012 quando começaram os escrachos, foi quando eu olhei e vi que algo começou..."⁶

A memória se fixa com maior fluidez ao encontrar um suporte anterior. Ao se conhecer alguém e precisar citá-lo posteriormente, é muito mais fácil lembramos de seu país de origem que de seu nome por exemplo, pois ao país temos possivelmente mais referências prévias que a aquele nome. Assim se dá em outros planos da memória, se buscamos estratégias de inscrevê-la a partir de suportes com maior visibilidade, suas condições de se manter na lembrança coletiva se multiplicam. Ao tratarmos das reminiscências da ditadura partindo das problemáticas atuais, produzimos pontes em que os que não viveram a época tem maiores chances de assimilá-las de alguma forma.

1.4 A lei de anistia e as suas continuidades

Dentre os efeitos do período militar passíveis de análise, a lei de anistia é possivelmente a mais emblemática questão. Votada em 1979 foi resultada de uma acirrada luta que se intensificou a partir de 1975, com uma grande campanha realizada por militantes, ex-presos, familiares, etc., e que inclusive teve grande repercussão fora do país. (FERRAZ, 2013). Duas propostas seguiram para o congresso nacional, a dos movimentos sociais, e a "da ditadura" (Fausto Macedo, Estado do São Paulo, de 27/05/10). Por cinco votos, a proposta que de ampla, geral e irrestrita (Como afirmou o presidente João Figueiredo), na

⁶ Entrevista concedida por Vera Vital Brasil, em 15 de março de 2014.

realidade não tinha nada, ganhou, e passaram a ser anistiados todos que de 2 de setembro de 1961, a 15 de agosto de 1979, cometeram “crimes de motivação política ou conexos com estes e crimes eleitorais” (2013). Além de terem sido deixados de fora condenados por ações de terrorismo, assalto, seqüestro, e atentado pessoal, a inserção de crimes conexos gerou um problema que até hoje desafia juristas, que tentam encontrar meandros para uma nova perspectiva da lei. Na interpretação que se deu, os perpetradores da violência de Estado que cometeram crimes de lesa-humanidade, definidos pelo Estatuto de Roma por condutas tipificadas como assassinato, extermínio, deportação, tortura, violação, escravidão sexual, perseguição por motivos políticos, religiosos, ideológicos, raciais, étnicos, desaparecimento forçado ou quaisquer atos desumanos que causem graves sofrimentos ou atentem contra a saúde mental ou física de quem os sofre, sempre que referidas condutas sejam cometidas como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil e com conhecimento do dito ataque, foram auto-anistiados, o que desrespeita as indicações de diversos documentos, aos quais o Brasil é signatário, como o citado Estatuto de Roma.⁷

Anistia derivada do grego *amnestía*, significa esquecimento. Castro questiona como a Lei de Anistia, fomentando o olvido institucionalizado pode representar um recomeço sem marcas dolorosas. (2007, p. 122) Ela afirma que uma das conseqüências mais fortes a essa separação entre memória e justiça, é a impossibilidade de proclamar que um acontecimento é, como indica Todorov (1995, p. 320) “ao mesmo tempo único e deve nos servir de lição para interpretar e julgar muitas outras informações.”

Uma das expressões mais fortes entre os movimentos sociais é que “Não se pode virar uma página que ainda não foi lida”, e é exatamente esse problema que a perspectiva tradicional de anistia remete no caso brasileiro; até uma sociedade que para seguir em frente, usa o esquecimento como ferramenta, o problema é que enquanto seguirmos com perspectivas rasas sobre essa História, deixando de elaborar o passado por vê-lo como doloroso, seguiremos com feridas incapazes de serem cicatrizadas.

“O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona (...) Quando o medo não é reprimido, quando nós permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá(...)” (ADORNO, 1995, p.119-138)

⁷ <http://www.dji.com.br/decretos/2002-004388/2002-004388.htm>

Dessa forma, a ressignificação do conceito de anistia, apresenta uma nova perspectiva a sociedade, em que de acordo com integrantes da Comissão de Anistia⁸, o “direito à reparação” no Brasil, tornou-se um verdadeiro “direito à anistia”, e dentro do viés da justiça de transição, a idéia de esquecimento é substituída por reparação, e o perdão por parte do Estado para com os anistiados, é invertido na proposta das Caravanas da Anistia, em que se realizam sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais, promovidas pelo Ministério da Justiça, que desde 2007 passou a pedir desculpas oficiais pelos erros cometidos pelo Estado consubstanciado no ato declaratório da anistia política.(JÚNIOR, 2014 p. 387) Ou seja institucionalmente a anistia passa a trazer outros significados, e por mais que o Estado apresente múltiplas condutas em relação a esse tema, é importante salientar que há um avanço nas lutas sociais, quando o governo afirma as práticas coercivas da ditadura como inconstitucionais e apresenta uma postura ainda que processual de buscar trabalhar juridicamente essas questões.

Maria Rita Kehl (2011) assinala que a naturalização da violência, pode ser vista como um sintoma social produzido pelo período militar, e que de acordo com Paulo Arantes professor da USP, a polícia brasileira é a única na América Latina que mata e tortura em maior escala depois da ditadura, que durante a mesma. É uma violência que se banalizou, e deixou de ter um caráter diretamente político, assumindo um viés de classe social e cor da pele, se mesclando com o outro grande trauma da sociedade Brasileira, a escravidão, que assim como as duas ditaduras do século XX, ficou para trás através de um compromisso com o progresso pelo esquecimento.

(...) o efeito do trauma é a repetição. O silêncio e o esquecimento do fato traumático vão conduzir à repetição. E eu gostaria de propor aqui uma hipótese para pensar : que a violência consentida, o abuso consentido , traumatiza não apenas as vítimas, mas também traumatiza quem comete o abuso, e é por isso que ela se repete. (KEHL 2011 p. 50- 51)

Se os agentes responsáveis por crimes classificados, como inaniáveis, e inaniáveis, além de não terem sido submetidos a qualquer tipo de julgamento, tiveram o processo de anistia revalidado em 2010, com a sentença do STF, que reconheceu como legítima a interpretação dada à lei, aclamando a tese da pacificação nacional por meio do

⁸ Comissão é o órgão do Estado brasileiro responsável por reconhecer oficialmente o cometimento de atos de exceção, na plena abrangência do termo, contra brasileiros e estrangeiros, materializados em

perseguições políticas e que ensejam o direito constitucionalmente assegurado à reparação . Vide para tanto o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República

Federativa do Brasil e sua regulamentação pela Lei 10.559/02

esquecimento reiterando a semântica autoritária de equiparar as idéias de resistência e terrorismo, considerando as supostas “partes” do conflito como dotadas de igual simetria, (JÚNIOR, 2011 p. 129) como não esperar que haja reflexos diretos dessas ações na sociedade contemporânea?

Desde o século XIX, despontaram no horizonte estudos sobre as conseqüências do trauma. Com as grandes guerras, eclodiram pesquisas no campo, dedicadas cada vez mais a entender como uma situação extrema afetaria a coletividade. Na América latina no contexto dos regimes ditatoriais que se seguiram, fluiu por diversas áreas o interesse de debater esses meandros através das realidades locais. Da psicanálise à poesia foram os intentos de abrir os debates a essas questões.

A disciplina do terror visa a dismantelar as subjetividades, a anular as possibilidades de pensar diferente, a unificar o discurso. (...) Sabemos dos efeitos devastadores no campo simbólico, tanto no coletivo, quanto no individual, e das ressonâncias para as gerações seguintes. Por isso em vez de apagar vestígios, queremos recuperar a memória; em vez de esquecer a história, queremos recontá-la. Não para rondar enlutada e melancolicamente em volta dela e sim para abrir novas possibilidades de simbolização que permitam uma nova articulação. E, sobretudo para legar às gerações que nos sucedem aquilo que lhes corresponde por herança simbólica.” (CERRUTI, 2011 p.16)

Cecília Coimbra psicóloga, professora da UFF, fundadora e atual vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, propõe refletir sobre as explicações psicopatológicas utilizadas por algumas vertentes da psicologia, para escusar os responsáveis por ações de violência de Estado durante o regime militar, classificando tais condutas como “sádicas” ou “desequilibradas”. Ela afirma que esse viés exclui o processo de subjetivação massiva em que a tortura ao inimigo era justificada por um bem maior, e que esse cenário continua como realidade nos dias de hoje (COIMBRA in ANSARA 2009, p.13). Em outras palavras a idéia da violência justificada se fixou na sociedade, e os casos destacados como extremos são associados a distúrbios de indivíduos, e não resultado de uma prática repressiva.

“ (...) Entretanto diferente da inquisição não é ela, a verdade que absolve e redime o torturado. (...)muitos após terem ‘confessado’ foram – e continuam sendo mortos ou desaparecidos. Além disso, a tortura tem tido como principal papel o controle

social: pelo medo, cala , leva ao torpor, a conivências e a omissões.” (COIMBRA in ANSARA 2009 p.13)

Observa-se, portanto a prática da tortura como mecanismo de difusão de uma cultura do medo. Muito mais que garantir a segurança de uma coletividade, ela serve para sistematizar uma padronização social através do terror, e se concebe com tamanha impunidade que deixa de necessitar argumentos que a justifiquem. Essa realidade não é exclusiva do nosso tempo, muito menos do caso Brasileiro, como fica claro no fragmento abaixo.

“A cultura do terror/1

A Sociedade Antropológica de Paris os classificava como se fossem insetos: a cor da pele dos índios huitotos correspondia aos números 29 e 30 de uma escala cromática. A Peruvian Amazon Company os caçava como se fossem feras: os índios huitotos eram a mão-de-obra escrava que dava borracha ao mercado mundial. Quando os índios fugiam das plantações e a empresa os agarrava, eram envolvidos numa bandeira do Peru empapada em querosene e queimados vivos. Michael Taussig estudou a cultura do terror que a civilização capitalista aplicava na selva amazônica no começo do século vinte. A tortura não era um método para arrancar informações, mas uma cerimônia de confirmação do poder. Num longo e solene ritual, os índios rebeldes tinham suas línguas cortadas e depois eram torturados, para que falassem.” (GALEANO, 2002, p.73)

Pode-se dizer que o Brasil foi tão bem sucedido na criação de mecanismos coercitivos, que “(...) exportou o terror e a morte para as demais ditaduras latinoamericanas, através de técnicas de tortura , dos torturadores e da figura do desaparecido político (Que inventada pela ditadura brasileira, segue presente até os dias de hoje).” (COIMBRA in ANSARA, 2009, p. 14). Podemos acrescentar a esses dados, o já citado processo de subjetivação da construção de uma *violência necessária*, a banalização para com ações de repressão é talvez a mais forte marca que trazemos da ditadura.

Levando-se em conta a perspectiva de psicanalistas de núcleos de combate a violência, a tortura não é conectada pelo eixo torturador-torturado, mas ao contrário, ela engloba o Estado e a sociedade, e é passível de se estender no tempo e no espaço, produzindo marcas capazes de se transmitir por gerações. Sendo assim, os traumas daqueles que viveram diretamente as torturas, fazem parte de todo um contexto social, que inclui a impunidade dos torturadores de ontem, refletida na impunidade dos tantos crimes de lesa-humanidade que acontecem na contemporaneidade. Como considerar, que o Estado leva em conta as

narrativas daqueles que sobreviveram a essas práticas, se como sociedade não as reconhecemos? Como encontrar inscrição social (KOLKER, 2010, p. 184) nesses discursos?

“Pensar criticamente o nosso presente e tentar mudá-lo é, portanto, um dos efeitos de se conhecer essas histórias dos “vencidos”, essas memórias que ainda hoje nos vêm sendo negadas (...) para aqueles que foram atingidos diretamente pela violência institucionalizada faz parte da construção de um processo de reparação trazer outras memórias daquele período, apontar os crimes então cometidos, seus responsáveis, seus parceiros, assessores e aliados. A fim de lutar pela publicização e responsabilização dos criminosos, articulando tal luta com a violação aos direitos humanos hoje tão naturalizada e banalizada em nosso cotidiano, sem dúvida tem sido o início de uma reparação. Não só uma forma de resistência, mas fundamentalmente a procura de uma reparação que o Estado Brasileiro ainda hoje se nega a admitir.” (COIMBRA in ANSARA, 2009, p. 15).

Sintetizando o que foi exposto até aqui, as violações aos direitos humanos, e seus respectivos traumas, não podem ser vistos apenas pelo caráter individual, eles fazem parte do Estado como um todo. E os processos de apaziguamento pelo viés dos apagamentos históricos, são capazes de ecoar elementos do agente repressivo por gerações. “como esperar que esses fatos não se repitam (...) enquanto não ficar claro que em um Estado de Direito todos devem responder por seus atos, especialmente seus governantes e agentes? (KOLKER. Tânia, p.191) Que mecanismos temos então para buscar uma reparação que além de contemplar os que sofreram diretamente os atos da última ditadura, ampliem medidas a toda a sociedade no sentido de não só afirmar essas narrativas na coletividade, como buscar a não repetição desses crimes? E talvez mais problemático ainda, como lidar com questões tão urgentes, em um mundo onde que a capacidade de armazenamento informacional é inversamente proporcional a habilidade de nossa cultura para se engajar em um processo de rememoração ativa?

“Entretanto entendemos que apesar de termos participado direto dessa História recente do Brasil, não é esta marca que nos qualifica lutar pela publicização e responsabilização e denunciar as torturas que muitos ainda hoje continuam sofrendo. Entendemos que essa luta não é somente daqueles que como nos por suas utopias foram exterminados e/ou marcados como a peste. Esta é uma luta de todos, de todas as sociedades. Não uma luta particular específica; mas uma luta geral, coletiva, por novas produções de mundos e de vida: por uma sociedade sem torturas.” (COIMBRA in ANSARA, 2009, p. 15).

1.5 A catarse como forma de reparação: O caso brasileiro por diferentes ângulos

*No novo tempo, apesar dos castigos Estamos crescidos,
estamos atentos, estamos mais vivos Pra nos socorrer, pra
nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos
Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
Pra que nossa esperança seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho que se deixa de herança
No novo tempo, apesar dos castigos
De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga....*

Novo Tempo, **Ivan Lins**

Abordamos as ações do Estado durante a ditadura, e suas respectivas continuidades ao longo das décadas ditas como democráticas, por diferentes locais de fala conceituais. Nos cabe então sair da teoria e defrontar-nos com os discursos daqueles que encontraram na militância, pela não repetição da violência, um caminho para que suas memórias saíssem de seu estado subterrâneo, passando dessa forma a fazer parte de um plano coletivo.

Celebração da voz humana/1

“Os índios Shuar, chamados de Jíbaros, cortam a cabeça do vencido. Cortam e reduzem, até que caiba, encolhida, na mão do vencedor, para que o vencido não ressuscite. Mas o vencido não está totalmente vencido até que fechem sua boca. Por isso os índios costuram seus lábios com uma fibra que não apodrece jamais.”
(GALEANO, 2002, p.15)

Essas mulheres que terão parte de suas vidas destacadas aqui, podem haver sido vencidas diversas vezes, presas, torturadas, humilhadas, mas jamais caladas...

Como já foi expresso, optamos pelo uso de entrevistas semi-estruturadas, em que o sujeito a ser pesquisado terá liberdade para descrever realidades referentes ao seu cotidiano,

bem como explicá-lo situando-o dentro do contexto relacionado ao tema da pesquisa. (APUD BONI, 2005, p. 75, in BRISOLA E MARCONDES, 2011).

Uma questão central foi colocada a cada uma das entrevistadas:

Em meio a esse contexto de comissões da verdade, congressos de justiça de transição, e eventos sobre o tema se multiplicando. O que seria realmente a prática da reparação para você?

*Fátima*⁹

“Mudar o mundo meu caro Sancho, não é uma questão de utopia, não é questão de sonho, de delírio ou devaneio, mudar o mundo é uma questão de justiça.”

É com essa citação que Fátima de Oliveira Setúbal inicia a entrevista que foi concedida a essa pesquisa. Professora de História, da rede estadual do Rio de Janeiro, militante política durante a ditadura militar, foi presa duas vezes antes de completar dezenove anos. Nessas prisões foi vítima tanto de torturas psicológicas, como físicas. Ela afirma que até pouco tempo atrás não tinha coragem de incluir-se nas narrativas sobre a ditadura durante suas aulas.

“(...)Eles queriam detalhes. A questão não é como a manivela era rodada, ou como era meu grito. Quando tem um filme que explicita a tortura eu saio. Aquele detalhamento, talvez porque eu sofri isso, eu não acho necessário, talvez quem não tenha vivido precise de detalhes, eu ao sei . Tem gente que suporta, eu não suporto.Mas agora, no últimos debates que eu fiz lá, eu consegui falar da tortura. Eu consegui falar da tortura. Eles perguntavam, e eu dizia, teve choque, pau de arara...”

Questionada sobre o que ocasionou essa mudança de postura, ela descreve a experiência do depoimento¹⁰, como forma de se sentir mais aberta ao debate de temas tão delicados. Cabe salientar que esse não foi o primeiro depoimento de Fátima, contudo o contexto envolvido era diferente de qualquer outro, em especial por se tratar de um evento

⁹ Entrevista concedida em 15 de março de 2014.

¹⁰ Depoimento prestado a Comissão Estadual da verdade do Rio de Janeiro em novembro de 2013, pelo esclarecimento público da Chacina de Quintino que resultou na morte de um de seus irmãos, Antônio Marcos Pinto de Oliveira, na época com 22 anos, de Lígia Maria Salgado Nóbrega, e Maria Regina Leite Lobo Figueiredo.

com membros do Estado. Além disso é preciso ressaltar sua participação em um grupo das *clínicas do testemunho*¹¹.

A idéia (Das clínicas) surgiu a partir dos dez anos de atuação da Comissão de Anistia e dos milhares de testemunhos colhidos voluntariamente. Esse processo histórico e político de dar voz aos que foram calados arbitrariamente, por si só, é terapêutico. Para muitos, significa a libertação do peso da imposição do silêncio e do esquecimento. Sentimos que era preciso um passo adiante. O dever de reparação, como se sabe, é imprescritível. E cabe ao Estado, outrora criminoso, manter um serviço de apoio psicológico aos que ele mesmo prejudicou¹²

De acordo com o instituto Sedes Sapientiae uma das entidades que integram o projeto, “O processo de reparação individual da memória está ligado à possibilidade de elaboração das marcas traumáticas da violência de Estado vividas pelos sujeitos. A atenção psicológica é uma das formas possíveis de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal.”¹³

“ Em toda minha carreira organizei eventos nas escolas que trabalhei para falar de ditadura, só depois do depoimento na CEV-RIO é que fui capaz de me incluir nessas Histórias(...) Eu dediquei meu depoimento as novas gerações. Agora é com vocês!(...) Eu acho genial aquela música do Chico... ‘Num tempo página infeliz da nossa história Passagem desbotada na memória...Das nossas novas gerações... Dormia A nossa pátria mãe tão distraída... Sem perceber que era subtraída... Em tenebrosas transações (...)'As novas gerações não sabem... Para que não mais aconteça, eles tem que saber!’”

Mais uma vez destacamos o reconhecimento da sociedade pela história narrada como uma forma de reparação. O já citado sonho de Primo Levy, é o medo de que um relato tão cheio de dor seja ignorado ou mesmo silenciado por incomodar os que não compartilham daquele sofrimento, daquele contexto de loucura. Nosso argumento é o de que esse cenário não pode ser visto apenas por seu viés subjetivo. São questões que afetam o coletivo, e os traumas sociais, a cada dia mais pulsantes, estão aí para provar.

¹¹ O Projeto Clínicas do Testemunho consiste na formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência do Estado.

¹² Paulo Abrão em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,vitimas-da-ditadura-militar-terao-ajudapsicologica-nas-clinicas-do-testemunho,1012076,0.htm>¹³

http://www.sedes.org.br/site/clinica_testemunho

Vejamos no relato fornecido, um exemplo de como uma conjuntura pode seguir esquecida por décadas, até que no momento de contato com aquela memória, o problema que havia se somatizado, de alguma forma, se dilui.

“(...) algumas vezes falei, mas eu tinha um trauma muito grande de falar sobre isso, inclusive para escrever, e eu que adoro escrever não conseguia escrever esse depoimento, demorei esses cinco meses e só na reta final que eu consegui , (...) já havia escrito algumas vezes sobre isso, já tinha até saído em jornal , já tinha ido na televisão (...) e no Seminário primeiro do Tortura Nunca Mais que saiu publicado o meu depoimento, mas a maneira como eu colocava... eu escrevi duas folhas naquela época. Agora foram treze páginas, de duas passou para treze. Eu tinha mais a falar, e a própria maneira de me expressar, eu consegui colocar para fora de uma outra forma, houve uma mudança de qualidade nisso, então eu acho que a clínica do testemunho combinada com a CEV- rio... Como eu falei eu fiquei cinco meses lá para pesquisar com eles, foi uma coisa de interação, eu junto com eles fazendo isso. E não conseguia, (escrever), foi um esforço enorme para mim, e eu descobri que era um trauma de tortura psicológica da minha primeira prisão , eles ficaram dois dias e meio sem me dar água e comida, só no “escreve, escreve, escreve” e eu escrevia e eles rasgavam “Não ta bom...”(...) Eu tinha dezoito anos quando fui presa pela primeira vez, (...) conversando com o Dorneles da CEV- Rio , eu falei para ele que não conseguia e estava buscando o motivo na análise. Ele que é da área jurídica sacou! Não sei porque, mas ele teve a sensibilidade de sacar. Aí ele disse assim: Não será por causa daquela tua primeira prisão, por causa daquele negócio de “escreve, escreve, escreve” aí eu vi... É pode ser... Levei isso para a minha análise, primeiro para a minha analista do Tortura Nunca Mais... e depois para as clínicas do testemunho, (...) E aí eu levei para ela (analista) que uma pessoa na área jurídica teve essa sacação refinadíssima,’ Como pode, como a gente aqui nunca viu isso?’ E ela me disse, ‘você nunca falou disso.’. Ué na minha cabeça eu tinha falado... ‘Você falava da sua segunda prisão, da primeira não. Você dizia que a primeira era barra leve, que barra pesada tinha sido a segunda.(...)’ Mas não tira o mérito da pessoa da área jurídica que teve essa sacação... Eu comecei a lembrar... Olha aí o subterrâneo da memória! Que quando eles mandavam eu escrever minha mão tremia e eu dizia ‘eu não consigo!’ Então eles mandavam eu falar e me dava uma sufocação...eu sei que foram dois dias e meio sem beber e sem comer, no final eu enrolei e enrolei e entreguei lá um documento.(...)”

Uma memória que vai se descongelando é descrita por Assmann, como exemplo de que algum tipo de botão pode acionar toda uma cadeia de memórias. “(...) à medida que descongela começa a desprender um aroma leve (...)” (ASSMANN, 2011 p. 181). Hegel com o seu “Poço do esquecimento”, elucida esse cenário onde lembranças inacessíveis temporariamente, podem ser recuperadas. (ASSMANN, 2011 p. 181) , assim como as memórias subterrâneas de Pollack, em que o jogo entre lembrar e esquecer, além de fundamental para o manutenção da memória, é o que gera a cadeia de força, de impulso, para que no momento propício ela venha à tona, e ressurgindo seja capaz de todo tipo de transformação. Dito de outra forma a memória precisa do esquecimento, e esse processo de olvido se dá por diferentes mecanismos, se transmutando novamente em lembrança ainda que nem sempre de forma clara, produzindo assim algum sinal somático - o indivíduo ou o social- passa a cobrar então a elaboração dessa memória.

Vera¹³

“(...) então poder falar isso é recuperar uma memória e reconstruir um passado que tem que passar, mas que para passar precisa ser elaborado, senão fica sem lugar, recalçado.”

Vera Vital Brasil foi estudante da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no final dos anos 60, participou ativamente do movimento estudantil, e devido a sua militância em dezembro de 1969 foi presa e torturada nas dependências do DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna.), depois de três meses na prisão, se exilou no Chile, retornando apenas em 1976, ao voltar ao Brasil dedicou sua carreira à área da psicologia voltada a questões de direitos humanos, atuando por décadas no projeto clínico do grupo Tortura Nunca Mais, atualmente é coordenadora do projeto-piloto das *Clínicas do Testemunho* no Rio de Janeiro.

“Entendemos que esse processo envolve memória, verdade e justiça. Reparar um dano cometido pelo Estado, necessariamente tem que ter suportes de memória, centros de memória, enfim produções para que se conheça o que aconteceu. Há também a justiça, e

¹³ Entrevista concedida em 15 de março de 2014.

essa discussão no Brasil é ainda muito insipiente, o projeto que se iniciou aqui foi o da reparação econômica, tanto na comissão dos mortos e desaparecidos, como no início da comissão de anistia. Foi na gestão do Paulo Abrão que as mudanças começaram a ser processadas, as caravanas da anistia começam a problematizar com os depoimentos a necessidade de outros suportes de reparação. (...) Na medida em que se chama uma pessoa para narrar sua história, isso causa uma comoção social naqueles que acompanham o evento, de tal ordem que fica evidente que as pessoas que vão fazer esses depoimentos necessitam de um suporte, muita gente se desestabiliza, tem gente que engasga, tem gente que chora, tem gente que não quer falar, então por isso nós afirmamos que foi uma consonância de interesses essa possibilidade de se falar o que aconteceu, com a ação das caravanas, quero que fique evidente o que representa a recuperação da memória de situações tão bárbaras de vidas, que a clínica pode entrar e deve entrar como um suporte para que as pessoas possam estar em condições de construir exatamente o que aconteceu nesse país através da palavra das vítimas, embora eu não goste dessa palavra – vítimas- ela é marcada por uma posição de passividades (...) O que é importante para as pessoas afetadas nesse processo?

Falar sobre aquilo que viveu em primeiro lugar, mas também destinar essa experiência a um sentido novo, não mais guardada dentro de si como uma situação ameaçadora para si e para os outros – Compartilhar, tirar de dentro de si essa experiência, narrar o que cada um viveu, é a possibilidade de reordenação psíquica dessa experiência, encontrar um certo alívio quando se é escutado pelo outro que ou viveu algo semelhante, ou que se sensibiliza por aquilo que está sendo dito. A Fátima (Setúbal) é uma pessoa que fala disso, ela me disse – ‘parecia que todos estavam entendendo tudo que eu estava falando, parecia que eu estava dialogando, as pessoas me olhavam e eu me sentia acolhida pelo olhar,(durante seu depoimento para a comissão da verdade) (...)’ Pensei muito no Primo Levy... ele queria falar com as pessoas e todos saíam(...) então essa é uma dimensão muito importante que diz respeito a construção de um acolhimento necessário para o reconhecimento daquele que viveu atrocidades, reconhecimento esse que foi negado publicamente pelas autoridades da época, os teatrinhos são negações do que aconteceu, então poder falar isso, é recuperar uma memória e reconstruir um passado que tem que passar, mas que para passar precisa ser elaborado, senão fica sem lugar, recalçado. (...) Quando você não tem com quem falar porque se corre risco de vida, você coloca o outro em risco, quando você já exercitou sua memória para esquecer (...) é um efeito devastador da repressão ao ponto das pessoas acharem que não tem memória mais, só que quando elas tem a oportunidade de conversar

entre elas, vão vendo esses efeitos do silenciamento que atravessou a vida de todos (...) os pais não queriam expor os filhos à dor, os filhos lutavam para não expor os pais à dor, então a clausura dessa experiência foi muito grande, quebrar essa clausura que é o que se está fazendo inicialmente aqui nesse país, romper essa barreira é fundamental. Nesses espaços coletivos isso pode ser mais produtivo, exatamente pela riqueza que pode se dar nesse processo de elaboração, o subterrâneo que você tanto fala... me chamou a atenção, ele está ali mas não pode aparecer, e quando você abre um buraco ele começa a aparecer, a questão agora é fazer com que este buraco possa se ampliar para que mais coisas possam vir.”

A prática clínica é apontada aqui como um suporte de extrema importância para aqueles que vivenciaram atos de violência, criando condições para elaboração dessas experiências. Contudo Vera sinaliza sua insuficiência no que diz respeito à proposta de reparação, e aponta algumas ações do Estado que em conjunto com a prática jurídica e social, começam a emitir novos panoramas. Ela narra sucintamente o âmbito da criação das clínicas do testemunho, que deve-se destacar, não pode ser desassociada do contexto de mudança nas práticas do Ministério da Justiça, especialmente da comissão de anistia, que nos últimos anos fomentou espaço para que indivíduos perseguidos pela ditadura falassem de sua história publicamente, propondo uma inversão da lógica tradicional de anistia, que ao invés de “perdoar” esses cidadãos, lhes fornece um pedido de desculpas em nome do Estado Brasileiro. Essa atividade é claramente simbólica, mas é nesse simbolismo que encontramos novos meandros a reparação, afirmamos através dessas experiências de vida as quais tivemos contato, que reparar o indivíduo é reparar a coletividade, da mesma forma que patrimonializando lugares de memória, em uma ação claramente social, se formula também um viés de retratação.

Em diversos momentos do depoimento, é citada a valorização dos lugares de memória como fundamentais dentro do processo de transição, entretanto salientamos que não são apenas os lugares, como não é a prática clínica solta, ou o uso do judiciário sem referenciais do tema abordado, que representam a possibilidade de mudanças em si. Assman (2011 p. 349) ao abordar lugares traumáticos, assinala a memória religiosa e a nacional como rica em sangue e vítimas, no entanto essas lembranças não se firmaram como traumáticas, por terem além de uma forte conotação normativa, fixado seu sentido individual e coletivamente, ou seja por haverem produzido um meio em que as memórias absorvidas pela

sociedade fossem as que enxergassem positivamente as ações tanto dos Estados-nação, como da igreja. (Podemos questionar se isso não se converteu em um trauma ainda maior.)

A problemática que destacamos nesse ponto da pesquisa, é o permanente risco de que esses espaços capazes de fazer lembrar os traumas dos que por ali passaram, e por consequência os efeitos traumáticos de toda uma sociedade, se percam em meio ao contexto e não alcancem a proposta dos grupos que visam significá-los almejando em um caminho de ênfase aos direitos humanos, contando a História pelo prisma dos que foram calados violentamente por décadas. Esse cenário é capaz de criar mecanismos para que esses discursos se façam representar, produzindo ressonâncias a essas narrativas, inscrevendo-as socialmente.

Há uma marcada diferença entre a narrativa de uma experiência e a informação, essa afirmação apontada por Benjamin (1993) no início do século passado, segue como fundamental na contemporaneidade, e entendendo o testemunho como capaz promover transformações (CERRUTI, 2011 p. 9), é que indicamos a necessidade de meios de memória para esses depoimentos. Se uma narrativa encontra respaldo fora do local onde foi emitida tem maiores chances de ser lembrada. Em outras palavras, se ao sairmos de um evento em que uma explanação nos tenha chamado a atenção, e dias depois nos depararmos com algo que nos faça rememorar-la, a probabilidade de que ela abra caminho a novas reflexões é bastante significativa.

Ana¹⁴

“(...) tentaram não enlouquecer, não enlouquecer individualmente, porque coletivamente não era possível.(...) eu não falava, em compensação hoje eu falo sem parar!(...)”

Ana Bursztyn Miranda, foi militante da Ação Libertadora Nacional , presa e torturada entre 1970 e 1974. Apenas em 2001 depois de muita insistência por parte de amigos, procurou o atendimento clínico do Grupo Tortura Nunca Mais. Ao longo dos anos teve que se submeter até mesmo a exames para provar a inexistência de um rim, perdido em consequência das torturas...

¹⁴ Entrevista concedida em 04 de abril de 2014.

"Nessa época fiquei deprimida, tive crises de alergia. A violência foi deles e eu tinha que correr atrás de provar o que tinha sofrido. Fui me tratar na clínica do Tortura Nunca Mais. Os terapeutas têm um olhar diferenciado que ajuda muito. O sofrimento não passa, mas você consegue dar outro significado. (Luciana Nunes Leal , O Estado de S. Paulo, 22/03/2013)

"(...) A gente ta em pleno processo (de transição)... Teve várias fases, mas logo que eu sai da cadeia em 1974 parecia que eu vivia uma certa esquizofrenia, entre o que eu tinha vivido naquele sentimento todo, os locais, a intensidade, as marcas, as torturas, as mortes...E a vida do lado de fora. Os argentinos tem uma expressão que eu acho muito boa, o inxilio, que é o exílio para dentro. Então você não podia falar com qualquer um, e as pessoas também não estavam muito habituadas a ouvir e nem sempre acreditavam em tudo que você dizia. Logo sobre esses temas se falava muito pouco e com cuidado porque ainda era ditadura, 1974... Praticamente a gente só podia falar entre nós, quem estava agrupado como amigo, não mais aquela situação que existia antes das organizações e tal ... Então o 'entre nós' é uma coisa muito diferente, porque especialmente falando do local de ex preso, cada um tem um lugar, tem o cara que foi para o exílio, etc.... Eu to acompanhando a coisa de um cinco, seis anos , olha quanto tempo eu demorei... Um pouco por conta dos processos da comissão de anistia, houve uma certa aproximação dos ex presos, as pessoas queriam saber como é que era, se deveriam entrar ou não, o que era isso, nós não acompanhamos o processo, quem acompanhou mais de perto era quem estava organizado em sindicato (...) Eles foram os primeiros a serem julgados na comissão de anistia, nós estávamos dispersos, muitos ex estudantes, por tanto profissionais liberais , muito dispersos, nos unimos em pequenos grupos de amigos e só lá conversávamos (...). Aconteceu um acordo por cima! Não com a campanha de anistia ampla, geral e irrestrita. Saiu essa anistia que está aí, sem acordo nenhum com os movimentos, depois da lei de anistia o clima de silenciamento seguiu muito pesado, até hoje a imprensa não dá muito espaço para a gente. Mas agora tem saído ... Esses cinqüenta anos de descomemoração está um sucesso, sai em tudo quanto é canto! Houve mais de setenta eventos até agora no Brasil inteiro... Então aos poucos na década de oitenta, começou a ter uma certa abertura, com as Diretas já, trabalhos de bairros, movimentos femininos, início do PT... São várias fases, as fases não são iguais, a gente estava na rua, a gente fazia campanha.,

Mas sobre o passado, sobre repressão não se falava, continuou não se falando, isso não estava na pauta, você continua silenciado, alguns de nós que puderam, que tinham condições financeiras e psicológicas, procuraram analistas, tentaram não enlouquecer, não enlouquecer individualmente, porque coletivamente não era possível , a sociedade não

escutava, a própria esquerda foi se reorganizando de outras formas com um constante 'isso já passou' a gente tentava colocar em pauta, mas não estava em pauta, haviam várias lutas acontecendo, mas essa (da memória), não estava em pauta, era um deixa pra lá... Olha a governabilidade... Olha os caras podem voltar... Início dos anos oitenta eles não tinham nem saído, embora a sociedade já conseguisse se movimentar mais organizadamente, as Diretas já foi em 83, 84, já existia o PT, outros partidos, alguns governadores já tinham entrado, aqui no Rio o Brizola, em São Paulo o Mario Covas dava uma certa abertura, Arraes em Pernambuco...etc Então Já tinha algo, mas essa questão continuava não entrando na pauta... 'deixa pra lá, isso já aconteceu', então nos continuávamos sem espaço para falar. Aos pouquinhos alguns foram escrevendo memórias, mas ainda eram lances individuais isolados, isso tudo praticamente até o meio da década passada... De 1964 até 2004, quarenta anos... É muito tempo não é? Isso acabou se refletindo também nos nossos filhos, porque nem sempre as pessoas conseguem conversar... Eu era uma! Não falava, eu achava essa história muito pesada para conversar, então eu não falava, em compensação hoje eu falo sem parar! Mas era assim, a gente teve que recompor a nossa vida, estudar, trabalhar, os amores, os desamores... Crianças, tudo isso... Eu por exemplo me envolvi de diversas maneiras, desde na época da escola em que eu era muito ativa, até a profissão, duas crianças pequenas... Cada um ainda com as suas marcas. Eu por exemplo... teve um médico militar chamado **Amílcar Lobo** que disse que eu tinha o útero retrovertido e nunca ia poder ter filhos, então isso era um objetivo na minha vida, tanto que eu tive um atrás do outro... O primeiro tinha 9 meses quando eu engravidei de novo, então eu fiquei uns 3 ou 4 anos por conta de casa, filho, e trabalho... E aí a vida envolve você em outras coisas, você vai se aproximar de quem tem filho na mesma faixa etária dos teus... Você tá tentando pensar em linhas gerais e discutir política, mas sempre que você abre a palavra ao público aparece alguém contando seu caso pessoal, se lamentando, se vitimizando, é porque ainda vive aquela história do passado e aí eu falo das clínicas do testemunho, elas são muito importantes! Eu disse no outro dia no meu grupo, para mim é muito importante chegar nesse momento que nós estamos vivendo da nossa História de comissões da verdade, de caravanas da anistia, de movimentos por memória verdade e justiça, já estando me tratando há muitos anos, porque eu tenho companheiros que até hoje não falam, e não falam nem em família, não falam pra os filhos... Tantas coisas me vem a cabeça, especialmente meus filhos, meu grupo terapêutico é meio a meio de idosos, e jovens na faixa dos 30 e poucos até os 45, são os filhos... Quando eles falam, caramba... Quando reclamam... Como terá sido para os meus filhos? Não deve ter sido fácil também... Eu acho que para os meninos deve ter sido bastante

difícil, hoje minha história ficou pública, então o que eles quiserem ou não saber... Acaba que hoje eles tem orgulho, quando me vêem ajudando alguém a fazer um relato, já ajudei muita gente a fazer requerimento que dizia assim 'eu sofri pouco' Essa história que a tortura foi de leve, afinal tanta gente morreu, desapareceu, então... o pessoal acha que não tem direito, teve gente que poucos anos depois cometeu suicídio, mas não liga a depressão, a impotência, a aquele momento... Então essa parte da minha vida, hoje não tenho mais problemas para falar, mesmo em relação as crianças..Crianças? Não tem mais criança lá em casa! Mas eles sabem que uma boa parte da minha vida é dedicada a memória a verdade e a justiça, isso faz muita diferença, fora o fato que por anos eu conseguia esconder debaixo do tapete, (E nessa época) eu tinha urticárias todos os dias desde de 2000, e em outras épocas também. Meu marido foi fazer doutorado fora em 84, ai nos preparamos para ir, eu fui com os meninos, eu não consegui visto... Obvio nunca me deram porque pedia atestado de antecedentes, então eu entrei como turista e isso me deu diversos trabalhos, montes de problemas lá, os meninos que entraram comigo também ficaram por algum tempo ilegais... Eu tive uma depressão muito grande, foi como voltar de novo a clandestinidade, uma amiga lá quase me carregou para o analista(...) mas depois eu consegui, a questão é que em vários momentos, essa parte da minha vida não falada, não resolvida, não digerida, não deglutida ela voltava... A questão do mortos e desaparecidos sempre foi muito presente ... E houve uma certa vitimização.... O tratamento não pode ser 'coitadinho' porque isso não melhora as pessoas,(...) Essa vitimização por parte de alguns movimentos sociais...E isso vem até agora (...) eu vi pessoas muito fragilizadas que resolveram com muita dificuldade entrar na comissão de anistia e depois que foram anistiados, são outras, porque isso faz parte da nossa reparação, a memória a verdade e a justiça é lembrar o que aconteceu, é o Estado reconhecer o que fez com a gente, a gente sabe que é uma parte do Estado, que não é o Estado todo nunca, mas simbolicamente isso faz uma diferença enorme. No início eu queria deixar para lá, em primeiro lugar porque eu não queria tomar contato com a dor(...) Enquanto não houver o reconhecimento geral, enquanto não houver espaços de memória, enquanto não houver justiça não há reparação. Essa história não é individual, mas muita coisa é simbólica, um memorial inaugurado por exemplo, isso tem um simbolismo muito grande, isso é reparação, quando você é anistiado o Estado reconhecer, se preocupar, com as clínicas do testemunho...Isso por parte do Estado demorou demais.”

Esquecer é em grande parte das vezes, fugir ao temor de sentir novamente a dor. Lembrar pode significar abrir uma ferida que se recusa a sanar. Mas, sem lembrança, nada pode ser esquecido, e a reconciliação com o passado se torna impossível. O apagamento forçoso, assim como a preservação do passado sem filtro que possibilite seu escoamento (CASTRO, 2007, p. 49), são experiências que reemitem o padecimento daqueles que as vivenciam, ocasionando os conflitos traumáticos.

Ana Miranda nos apresenta uma síntese de diversas fases da transição. Não surpreende a falta de subsídios por parte do Estado, para que essas histórias se firmassem na sociedade tanto durante, como nos tempos que se seguiram a ditadura. O que se destaca aqui é a apresentação de uma esquerda temerosa de olhar seu próprio passado recente, deixando claro o sucesso do regime em instaurar uma política de medo.

A impossibilidade de se manter são, em uma sociedade acometida à loucura é associada a ausência de escuta desses indivíduos. Se Ana não falava, hoje como ela mesmo descreve, fala sem parar. E o que reverbera tal mudança é claramente a ressonância de seus discursos em novos espaços sociais, em especial os amparados pela guarda do Estado, que no passado se colocou na figura do violador, reconhecendo hoje essas práticas como inconstitucionais.

Discorreremos muito sobre as novas gerações, contudo existe um grupo que vive exatamente no meio desse contexto: Os filhos, netos, sobrinhos... Alguns tendo sido atingidos mais diretamente, separados de seus pais, outros conviveram com o silêncio de uma história que pulsava, mas que na maioria dos casos não se fazia ecoar. Como foram afetados esses que cresceram em meio a sussurros, e narrativas cheias de interrupções? No meu caso, posso destacar como exemplo, que nunca entendi porque sempre que o assunto se voltava para política, minha mãe diminuía o tom de voz, e colocava a mão na boca, como se tivesse que esconder algum segredo: “A ditadura já acabou, mãe!” Posso afirmar com certeza que repeti essa frase muito mais os usuais clichês de adolescente.

Para Asmann, “Os campos de extermínio são locais traumáticos porque os excessos das atrocidades lá cometidas, implodem a capacidade humana de apreender e representar.”(ASMANN, 2011, p.361) E quanto a essas experiências de tortura? Como representá-las aos mais próximos? Aos filhos? Aos netos? Se trata de um cenário tão absurdo que narrá-lo se converte em um doloroso desafio.

“Retirar o caráter clandestino das memórias de um tempo sombrio significa recolocá-la no espaço público para as devidas providencias, isto é, desclandestinizam-se para não serem esquecidas (...)”(CASTRO, 2007, p. 141)

Para que não sejam esquecidas, mas que principalmente para que sejam lembradas em prol de construções ao futuro, de nada adianta lembrar da dor, se essa apenas serve como cápsula potencial a vitimização. Precisamos de memórias ativas, que façam representar essas e tantas outras histórias de luta.

*Cecília*¹⁵

“(...)Se você fica só do lado batendo palma, eu acho que você tá simplesmente aceitando o que é possível, e eu... Ah eu ainda estou no maio de 68, eu quero o impossível!”

Cecília Maria Bouças Coimbra possui graduação em História e Psicologia, o que segundo ela, a capacitou fomentar um olhar crítico aos conceitos psicológicos, direcionando-os para a sociedade. Sua imagem é fortemente associada ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, ao qual é fundadora e atual vice-presidente, é professora adjunta aposentada na Universidade Federal Fluminense, e vinculada ao programa de PósGraduação Estudos da Subjetividade. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), presa e torturada durante os anos setenta, tanto no DOPS/RJ, como no DOICODI/RJ.

“A Justiça de transição eu vejo como uma forma de você dizer: Não, calma! Vamos fazer o que é possível hoje. Até porque a gente sabe dos acordos que foram feitos, acordos políticos e econômicos, principalmente com os grandes grupos econômicos que financiaram os golpes militares na América Latina, tanto que o grupo da professora Virginia Fontes de História da UFF, onde eles estão fazendo uma análise dos grupos econômicos que adubaram, que alimentaram o IPES e o IBAD para o golpe, que aparelharam a tortura, financiaram o aparato repressivo e que hoje estão aí. A partir daí eles chamam de golpe empresarial militar, a Justiça de Transição vem como uma forma de dizer: Calma, nós estamos em transição. Não sou jurista, não trabalho com a questão do direito, mas acho um grande emboto. Valeria a pena alguém do Direito pensar e se debruçar um pouco mais sobre isso. O possível dentro dessa Justiça de Transição que justifica tudo, ela tem sido usada para

¹⁵ Entrevista concedida em 07 de maio de 2014

justificar o pouco avanço que se tem e isso vem justamente depois da África do sul, das ditaduras latino americanas no sentido de tentar garantir para aqueles que participaram, não contar toda essa história. (...) É muito percebida, e muito experimentada por nós, sem maior aprofundamento, até porque não sou da área do Direito. Para nós os argumentos que o Estado brasileiro tem usado tem sido justificados nesse contexto(...). Obviamente o Estado tem que reparar, agora para reparar...[Silêncio]. Esses acordos com esses grupos econômicos estão aí vigentes, então se vai até um certo ponto, até a página 3... (...) O que a gente sente no Brasil, como a Justiça de Transição vem sendo utilizada é uma forma de dizer calma, o possível hoje é isso! O conceito de reparação da ONU, que não tem nada de revolucionário fala de uma questão, que em função do que ocorreu no passado, as polícias, todo o esquema de segurança do presente, pense no que aconteceu. Quando você investiga, averigua, responsabiliza, publiciza, você tem que pensar no que está acontecendo hoje, e essa ligação não é feita mesmo. Essa parte (do conceito de reparação da ONU): para que não se repita outras coisas, as forças armadas, as polícias, essa questão da segurança pública ... tem um item sobre isso no conceito de reparação que é totalmente silenciado, não é falado(...) A medida que você aponta lá ao passado, é como se você isentasse o presente, dizendo que isso não existe hoje, nós hoje estamos fora disso apontando o terror lá... Agora seqüestro, assassinato, desaparecimento é como se não existisse, então eu acho extremamente capenga esse conceito de reparação, mesmo o da ONU, capenga no sentido da aplicabilidade no Brasil, mesmo o da ONU que não tem nada de revolucionário. Que se use o que aconteceu como forma de pensar o que está acontecendo hoje, acaba que esse conceito é muito claro, e no Brasil você repara financeiramente , ao nosso ver essa reparação dita financeira, que na realidade não repara nada, foi na verdade um cala a boca, porque ela iniciou , quando na verdade ela deveria ser o final do processo (...) Averiguar, responsabilizar, investigar, tornar público isso não foi feito até agora... (...) Sobre as comissões de verdade, uma coisa é oficializar, outra coisa é dizer que você descobriu aquelas informações. Isso para nós é apropriação, apropriação do trabalho de outras pessoas, é uma forma de anular os movimentos sociais , principalmente aqueles que não estão apoiando. É importantíssimo que o Estado torne oficiais pesquisas que foram feitas ao longo de mais de 30 anos, mas não assuma aquela pesquisa como sua.(...) Queriam que eu fizesse depoimento público para a comissão estadual, '(...) eu tenho um depoimento escrito, encaminho para vocês e usem como quiser', mas isso eu não faço, não vou fazer isso, porque a gente está ali sendo torturada de novo na hora em que você relata tudo ... É um sofrimento terrível (...) tem uma série de redes que se entrecruzam ali, de acordos que a

gente não fica sabendo, e nem se o pessoal que integra essas comissões sabem. Essa comissão do possível é revoltante para quem passou pelo que a gente passou, eu fico indignada (...) Se o Estado continua violando hoje, de que adianta ele me pedir perdão?(...) Ser familiar de um desaparecido é ser cotidianamente torturado. (...) A ditadura sofisticou uma série de dispositivos que hoje são usados nesse Estado democrático de direito, e isso não é falado! São autos de resistência, a figura do desaparecido, (...) o medo da gente no Brasil, até pelo atraso que se tem, é que esses centros de memórias se burocratizem (...) Esse Ocupa DOPS é interessante, estamos apoiando... Está sendo muito interessante, mas é diferente!... Diferente do Chile, da Argentina.... A gente não tem fôlego para afirmar essas ocupações... O trabalho do Levante (Levante popular da juventude), de tornar público o nome dos torturadores... Já ouvi: 'Cecília meu vizinho é torturador e eu não sabia!'... Mas isso... Isso não é simbólico! O Estado tem obrigação, concordo! Mas a questão é como, como se viabiliza para que não se torne algo burocrático, esse é o pulo do gato, como se viabilizar este espaço de memória respeitando as instituições envolvidas, os grupos, as entidades, os movimentos envolvidos nessa luta? É obrigação do Estado, seria dever, seria não, É dever do Estado! Ele tem que financiar isso, como não é favor nenhum ele financiar cultura, é obrigação. (...)É obrigação viabilizar isso, para que não se torne burocrático, agora interessa ao Estado que se torne... E ele vai usar... Como usou a reparação financeira.(...) O Estado é competentíssimo e a gente tem visto isto nos últimos anos, desde Henrique Cardoso...O Estado é competentíssimo em capturar os movimentos sociais, e tem capturado esse é que é o fio da navalha, é você estar ali sabendo até onde você tem autonomia, senão daqui a pouco você está aceitando a máquina do Estado e não tem modelo, cada momento é momento, cada experiência é uma experiência, não tem uma coisa que a gente possa seguir como modelo, e a gente tá vendo como o capitalismo é vencedor mundialmente, e como o Estado brasileiro hoje ele cada vez captura mais os movimentos sociais.(...) Outro dia eu fui receber o título de professor Honoris Causa em um universidade lá em Florianópolis e o cara que me apresentou era um membro da comissão de anistia, e falou das caravanas da anistia... eu disse que nunca fui em nenhuma, e até mexendo, brincando com ele... 'Mas Cecília porque não?' Se o Estado continua violando hoje, de que adianta ele me pedir perdão?(...)A gente tá vendo o AI 5 da copa tá aí, a força nacional e o exército sendo mandados para cá, o governo federal apoiando as ditas Unidades de Polícia Pacificadoras, como polícia pode ser pacificadora? Não tem diferença da ditadura... (...) Se a gente quer saber se o cara foi torturador, olha o currículo dele se ele tem a medalha do pacificador, cuidado! Então você não distingue mais, aí é utilizado sabe... 'A ex presa

política’... Na época que a Dilma assumiu a presidência um jornalista falou para mim, ‘Cecília o que vocêalaria para uma ex presa política que vai assumir o mandato maior da nação?’ eu colocaria o seguinte: ‘Quem foi presa, quem passou pelo que a gente passou, que viu companheiros assassinados, quem passou pela tortura, as marcas estão aqui, são invisíveis mas estão, e vão conviver com a gente a vida inteira! O pulo do gato da gente é poder transformar isso não na vítima, na pobre coitada, mas no instrumento de luta da gente! Eu espero que essas marcas que estão lá nela, possam falar mais alto que os acordos.’ (...)

É até o uso, você usar publicamente, de forma sedutora a questão da tortura , eu acho isso indigno, e não é uma questão moral, é uma questão ética mesmo, é no concreto, isso me envenena... então eu to fora disso. É isso... reparar seria, averiguar, investigar, esclarecer, publicizar, responsabilizar e fazer a ligação com o hoje... dentro do conceito da ONU, não estou querendo nenhuma coisa revolucionária, é apontar o que ta acontecendo hoje, você não pode fazer acordo com determinados partidos políticos que hoje estão fazendo o que está sendo feito no Rio, e ao mesmo tempo ficar apontando torturador da ditadura, quando hoje tem milhares de Amarildos por aí... Nos últimos cinco anos chegam quase a dez mil desaparecidos na cidade do Rio, o número é altíssimo, a OAB até fez os desaparecidos da democracia... Um cara da argentina uma vez me falou ‘Sou abolicionista penal, sou contra prisão, mas para os atos de terrorismo de Estado tem que ter prisão perpetua sim’ Aí eu falei, ‘ah então nós somos cidadãos de primeira categoria?’ Os que são torturados hoje, o neguinho da esquina sem visibilidade não tem problema? Esse tipo de coisa tem que se parar e pensar ... E são muitas especificidades, a gente não pode totalizar nada, sabe? Tem avanços importantes? Claro que tem. O Levante popular é ligado inclusive ao PT... O Tarso Genro que se coloca contra determinados acordos, o Vanucci já esteve na secretaria de direitos humanos, nós nunca fomos tão respeitados, a pesar de discordar, como fomos no período do Vanucci, e se há avanços? Sem dúvida que houve! Agora, não teatralizar e dizer, ‘Estamos resolvendo tudo e vamos contar’... Quando a gente sabe que vários depoimentos que não tem poder de justiça, como a gente sabe que nenhuma comissão da verdade tem... Mas não vem manter sob sigilo os depoimentos... Alguns estão sendo mantidos em sigilo... São certos acordos que são feitos, é uma coisa meio indigna, e que a gente tem que olhar e dizer, não, nós não podemos bater palma e dizer que vai contar um pouquinho... A gente sabe muito bem, que vai ser contado aquilo que é permitido contar. (...)

A Rosa Cardoso no dia da medalha Chico Mendes, eu adoro a Rosa... Conheço desde a época que ela era advogada de preso político... Aí ela veio falar ‘Você está vendo Cecília, como nós estamos conseguindo avançar...’ aí eu né... ‘Rosinha vocês estão oficializando o que já se tinha

pesquisado (...)' Ela perguntou, 'Mas vocês nunca estão satisfeitos?' 'Rosa, eu acho que a gente precisa existir para fazer com que vocês avancem ...' Então é importante certos grupos que estejam ali apontando no sentido de poder avançar um pouco mais... Se você fica só do lado batendo palma, eu acho que você ta simplesmente aceitando o que é possível, e eu... Ah eu ainda estou no maio de 68, eu quero o impossível!'”

Como já imaginávamos a entrevista com Cecília Coimbra foi diferente de todas as outras. Exatamente por isso fizemos questão de incluí-la na pesquisa, ultrapassando todas as dificuldades de agenda e prazos, pois sabíamos a enorme contribuição que sua narrativa pessoal e perspectivas políticas seriam capazes de agregar ao trabalho investigativo.

Sua postura a respeito da Justiça de Transição é marcadamente crítica. Ela destaca que esse posicionamento não é devido a comparações com outras formas de aplicação do Direito, mas sim direcionada ao que ela classifica como uma proposta de apaziguamento da sociedade, que se desenvolve em conjunto a uma série de acordos, grande parte deles compostos como continuidades dos que já haviam nos tempos de ditadura. Dessa forma a reparação em sua perceptiva deve avaliar o que ainda temos de herança ditatorial, extraíndo esses resquícios do corpo social antes de qualquer pedido de desculpas, justamente para que esses façam sentido.

Quando ao longo do texto afirmamos a necessidade de inscrição social (KOLKER, 2010, p. 184) dessas narrativas, precisamos ter em conta que a própria idéia de o quanto um discurso é ou não recebido pelo outro, ou nesse caso pelo Estado, acaba caindo na subjetividade. Enquanto nos demais depoimentos a ação de poder narrar o que lhe aconteceu já representava uma forma de reparação, considerando que se há espaço para que essas histórias venham a público, é porque elas finalmente estão sendo reconhecidas, para Cecília e obviamente para um significativo grupo de indivíduos que passaram pelos anos de opressão militar, se esse Estado segue com condutas de violação que não se diferenciam das que eram cometidas durante a ditadura, é impossível considerar que ele leva a sério esse cenário de retratação.

De acordo com ANSARA, para Martin-Baró:

“(…) não basta o trabalho de intervenção psicológica aos que foram submetidos a situações traumáticas, é necessário ir além do trabalho psicoterapêutico e fazer um tenso trabalho de despolarização, desideologização e desmilitarização que seja capaz de transformar as relações sociais permitindo as pessoas elaborar sua história

em um contexto interpessoal diferente do contexto de terrorismo de Estado e de ameaça política.”

(MARTÍN-BARÓ apud ANSARA 2009, p. 128)

O que é lembrado por Cecília é justamente o marcado por Martin-Baró, de que sem uma mudança radical nos paradigmas da sociedade, em que se enxergue as marcas da época ditatorial não apenas como passíveis de análise, mas como reais, como elementos que interagem na construção do Estado, não se chegará nunca a uma reparação concreta. Quando o GTNM firma sua postura de não se sentar ao lado do Estado, não está meramente apontando suas críticas ao *modus operandi* do governo, ele realiza um trabalho que qualquer grupo ou indivíduo que estivesse em outra posição não seria capaz, o de querer *o impossível*, de reivindicar mais e mais, sem nunca estar satisfeito... “*a gente precisa existir para fazer com que vocês avancem ...*” .

Quando a entrevista já havia encerrado, continuamos conversando... Eu dizendo que quem sabe pudesse fazer a diferença, construindo algo de palpável utilizando dos subterfúgios do Estado, para da memória, gerar ação ...

“*A tua função menina, é tentar!*”

Uma análise geral

Martin-Baró questiona se o aumento massivo de publicações sobre a psicologia fomentou um melhor conhecimento da sociedade sobre si mesma (MARTÍN-BARÓ, 1985, p. 1), décadas depois de sua morte vemos um mercado editorial bastante voltado aos textos de auto-ajuda, e seguimos com a mesma indagação. Aprofundando a análise encontramos em seus escritos uma crítica ao tipo de produção acadêmica que se veicula na América Latina, sendo essa massivamente voltada a problemáticas de países com realidades distintas, o que geraria em sua concepção, além de um problema identitário, uma inversão de valores que justifica a opressão aos mais pobres, em detrimento da individualidade. É necessário no entanto destacar o local de fala de Baró, em meio a guerra fria, havendo estudado nos Estados Unidos e trabalhando em El Salvador, não é de estranhar sua ferrenha crítica ao sistema capitalista, observando na prática suas mazelas. Citando uma frase que se tem atribuído ao atual presidente uruguaio, José Mujica “(...) dizem que não se deve dar o peixe, mas ensinar as pessoas a pescar; mas quando destroçamos seu barco, roubamos sua vara e tiramos seus

anzóis, é preciso começar dando-lhes o peixe”¹⁶, se em pleno 2014 afirmações como essa seguem fazendo todo sentido na América Latina, por mais que tenhamos que relativizar as aspirações ideológicas de décadas atrás e suas respectivas produções, há que no mínimo considerar a lógica de todo esse cenário.

“O individuo classificado ontem de idealista, é tido hoje como paranóico, o ato de exigir responsabilidades será qualificado como ‘uma projeção’ e as aspirações egoístas de quem não quer renunciar aos seus privilégios, poderão se amparar pelo multicolorido guarda-chuva da ‘necessidade de autorealização’” (MARTIN-BARÓ, 1985, p.1)

Uma psicologia social que promove a adaptação do individuo a conjuntura que lhe é oferecida, psicologizando ao que se manifesta fora desses padrões, é a crítica de Baró ao excesso de conceitos pouco amparados na prática, e como já foi destacado, é daí que parte nossa investigação, da experiência à teoria e não o contrário. *As loucas da praça de Maio* como foram chamadas as mães que não admitiram de forma passiva, o simples desaparecimento de seus filhos, presos de forma ilegal pela ditadura argentina, são um exemplo dessa difusão de uma cultura da paranóia coletiva.

Eduardo Galeano em 1988, em plena ditadura do General Pinochet, mostra toda sua loucura ao proferir o discurso de abertura do encontro de arte, ciência e cultura pela democracia, realizado no Chile.

“(...) pobreza dos pobres não é resultado da riqueza dos ricos, mas é filha de ninguém, vinda do bojo de uma couve-flor, ou da vontade de Deus, que fez os pobres preguiçosos e burros. Da mesma forma a humilhação de alguns homens provocada por outros, não tem porque motivar a solidária indagação, ou o escândalo, porque pertence a ordem natural das coisas: as ditaduras latino-americanas, por exemplo, fazem parte da nossa exuberante natureza e não do sistema imperialista de poder(...).

(...) Nós dizemos não ao medo. Não ao medo de dizer, ao medo de fazer, ao medo de ser. (...) O colonialismo invisível, mais eficaz, nos convence que não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser. (...) Marcados pela fatalidade, nascemos preguiçosos, irresponsáveis, violentos, bobos, pitorescos e condenados à tutela militar. (...) Dizemos não aos que nos convidam a lavar as mãos perante as cotidianas crucificações que ocorrem ao nosso redor (...).

¹⁶ <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/01/mujica-teorico-da-transicao-pos-capitalista/>

(...) Acontece que nós dizemos não, e dizendo não nos estamos dizendo sim.

Dizendo não as ditaduras, e não as ditaduras disfarçadas de democracias, nós estamos dizendo sim a luta pela democracia verdadeira, que a ninguém negará o pão e a palavra, e que será bela e perigosa como um poema de Neruda ou uma canção de Violeta Parra.

Dizendo não ao devastador império da cobiça, (...), nós estamos dizendo sim a outra América possível, que nascerá da mais antiga das tradições americanas, a tradição comunitária: a tradição comunitária que os índios do Chile defendem desesperadamente de derrota em derrota, há cinco séculos.

Dizendo não à paz sem dignidade, nós estamos dizendo sim ao sagrado direito da rebelião contra a injustiça (...) sim a solidariedade humana, (...) a esperança obstinada como os filhos do Chile rompendo a noite.” (GALEANO 1990, p. 12 – 15)

Essas mulheres que aqui narraram parte de suas histórias, disseram *não*. Não as injustiças, a cultura do medo, a repressão, e hoje encaminham suas vidas para muito além da figura de vítimas, elas se propuseram a ressignificar seu sofrimento em luta, luta pela não repetição da violência, pela consciência histórica, e sem nenhum medo de beiráramos o clichê, luta por um mundo melhor. Fátima, Vera, Ana, Cecília e tantas outras, foram além de suas ideologias, e ao se depararem com essa sociedade tão intrinsecamente marcada pelos anos de opressão, seguiram *enlouquecendo*... Para que essa e as tantas outras gerações que estão por vir, tenham subsídios de impedir e se for caso, enfrentar qualquer aspiração de cultura autoritária.

1.6 Patrimonializando memórias

Essa pesquisa nasceu da observação de uma nova realidade que se produz relacionada à temática da ditadura militar: A militância por parte dos que viveram esses tempos de coibição, direcionada a difusão dessas histórias às novas gerações.

Dessa forma conduzimos nossa mirada a todo um cenário com diferentes locais de fala, e partindo da análise empírica de eventos sobre a ditadura, notamos que uma mesma ação se repetia de forma recorrente. Havendo ou não espaço destinado para tal, uma pessoa que tenha sofrido algum tipo de marca da repressão, seja ela física ou psicológica, se manifesta, realizando um depoimento em forma de catarse, ou seja mesmo em situações em que não há abertura para fala, mas por se tratar de um lugar em que se reverberam essas questões, o indivíduo sente aquele âmbito como capaz de acolher suas histórias com a devida

atenção. Associamos esse quadro ao cenário de não ressonância dessas narrativas, que vivemos até pouquíssimo tempo atrás, (E que para muitos ainda segue presente).

Durante esse acontecimento o público ao redor se emociona junto, e sente aquela violência como se fosse sua, porém se não há no que se referenciar sobre esse contexto, essa experiência se torna mais uma no meio de tantas informações que a sociedade contemporânea nos trás. Através dessa constatação, recorreremos ao conceito de Empatia catártica superficial, (HUYSSSEN, 2004, p.85) a que Andreas Huyssen se refere, ao questionar o uso de histórias de vítimas individuais, dissociadas de uma narrativa que tente representar o que significou o contexto histórico em sua totalidade. Essa posição segundo ele, carrega o risco de se fazer esquecer, a conclusão assustadora a que chegou Adi Ophir, de que o Holocausto resultou, como evento histórico de uma combinação excepcional de procedimentos normais. É justamente esse conceito tão singelo, dos procedimentos normais, de que as construções históricas não se dão por simples maniqueísmos, que pode vir a representar uma significativa mudança de posturas. Ao entendermos que barbaridades como o Holocausto, ou as torturas cometidas no Brasil, obviamente considerando as devidas proporções de cada caso, são resultados de ações humanas, e não de “personificações” perdidas no tempo, a responsabilidade sobre o hoje e o porvir adquire um aspecto concreto.

Huyssen (2004) aponta a uma memória que seduz para a doce ilusão de tudo lembrar. Jorge Luis Borges (2008, p. 123- 136) já nos alertava em seu magistral conto “Funes, o memorioso”, de que a memória sem o esquecimento de nada serve no mundo dos vivos. Que precisamos lembrar e sentir e desejar, para novamente ter o que recordar, mas sem a capacidade de abstração, vamos nos congelando, e definhando até que não sobre existência a ser memorada.

“Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.” (p. 136)

Enxergar a memória como criação, é levá-la mais além. Tentar acumular os elementos que a compõe, como se fosse possível vislumbrá-la em uma totalidade, é abandonar a realidade de que não existe lembrança sem esquecimento, que selecionamos, subjetivamente ou em grupo o que permanecerá. É preciso manter viva a bandeira de que lutar pela memória não é o mesmo que buscar inscrevê-la em algum monumento protegido pela aura da eternidade. Que nunca mais se esqueça? Não! Que possamos esquecer com dignidade, por opção, para abrir espaço a novas experiências, novas memórias, mas antes é

preciso direcionar uma mirada crítica a esse passado, assumir as responsabilidades pelo que recalamos , e elaborar nossos traumas enquanto sociedade, e aí sim, como afirma Estela Carloto em seu depoimento, ser capaz de esquecer, sem nenhuma vergonha.(2011)

Para Castro, “É possível cogitar que, historicamente, o agir social envolve um nível de esquecimento frente a situações que implicam conflito de memória.” (2007, p.122)

Admitindo o caráter perecível do patrimônio, e por conseqüência, das memórias que ele visa representar, o enchemos de vida e o olhamos com verdade, “patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir”, (GONÇAVES, 2003, p. 27) partindo daí é possível construir mecanismos que realizem paralelos com os inúmeros problemas sociais contemporâneos. O objetivo de um monumento pela paz, é que chegue o dia em que ele não seja mais necessário.

“Nos gostaríamos de preparar, a partir de hoje, o museu de amanhã e reunir os arquivos de hoje como se fosse já ontem, tomados que estamos entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. Para quem?(...)” (HARTOG, 2006, p. 271)

Os lugares de memória de Nora são determinados por um mundo em constante aceleração em que “se fala tanto de memória porque ela vão existe mais” (NORA, 1993, p. 7), produzindo uma sociedade em desespero de salvar o pouco que ainda lhe resta de real relacionado as suas memórias. Sem maiores critérios ou capacidade crítica, essa realidade fomenta um grande arquivo, inalcançável e petrificado para sua própria proteção.

“Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou” (NORA 1993, p.21-22)

Esse processo de acumulação vem da ilusória garantia de preservar provas para o que ele ironiza como um possível tribunal da História, que nem ao menos se apresenta com um objetivo concreto, apenas existente pelo inchaço hipertrófico que produz ligado ao conseqüente sentimento de perda que a memória conduz. (NORA 1993, p.14)

Por caminhos tortuosos a sociedade moderna busca resguardar o que lhe sobrou de verdadeiro, como em uma realidade caótica, esses tesouros devessem ser protegidos para que sigam fazendo sentido pelas gerações posteriores.

Segundo Nilson Alves de Moraes, esses lugares de memória de Nora, estabelecem a compreensão dos laços e relações entre o passado e o presente, produzindo ou atribuindo sentidos aos processos, relações e símbolos, enfatizando ou reinventando o mundo e as relações que o cercam, e, portanto, as lutas e tensões que o constituem. (MORAES, 2005 p.95)

“O que ficou recalcado na sociedade brasileira, desde a tal pseudoanistia, é que somos nós os agentes sociais a quem cabe exterminar a tortura. Esquecemos de que é possível viver sem ela. Só que esta mudança não se dará sem enfrentamento, sem conflito. A tortura resiste como sintoma social de nossa displicência histórica.” (KEHL, in TELES, Edson & TELES, 2010 p.132)

Dentro da lógica relatada, a questão que chegamos, foi a de como fazer com que memórias desse tempo traumático, fossem além da superficialidade, e gerassem ações efetivas no mundo real? (MORAES, p.98, 2011). Como basear a criação, partindo do caráter indizível de algumas experiências? Benjamin já enunciava o desafio de uma narrativa, ela não impõe um contexto psicológico, mas ao contrário, uma mesma história sempre que narrada, gera uma nova experiência ao narrador e ao público que a recebe, abrindo possibilidades à ação. “Metade da arte da narrativa está em evitar explicações(...). Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que já não existe na informação” (BENJAMIN, 1994 p.203) 57

203). Ela tem em sua composição básica o preceito de ser útil, de aconselhar, de propor um caminho a continuação da história. Dessa maneira a idéia da narrativa nos induz a questionar, como queremos continuar a escrever nossa História enquanto nação.

Vale salientar no entanto que essa narrativa descrita por Benjamin, se apresenta em um caráter solto, despreocupada em fazer sentido historicamente, entendida como um resquício das sociedades tradicionais. Olhar esse contexto sem uma lente que possibilite a interpretação de tais conceitos para a contemporaneidade seria no mínimo leviano. Dessa forma nos apropriamos da narrativa benjaminiana como experiência, porém em um mundo onde a informação e toda sua fugacidade é a cada dia mais constante, entendemos a necessidade de uma ordem histórica, em especial ao tratarmos de temas delicados e

fundamentais para a sociedade. Por mais frágeis que sejam as composições desses processos narrativos, nada nos dá mais esperança de um futuro melhor, do que trabalhar pela construção um presente crítico de si, com indivíduos conscientes de suas próprias experiências.

“Na ampliação de seu significado, a memória vem sendo entendida como consciência social, conhecimento da temporalidade do homem. Tanto a memória individual, (...) tanto a memória coletiva como força social tem sido estudada no sentido de integrar as dimensões de tempo, indivíduo e sociedade.” (CASTRO, 2007, 119)

1.7 O ressentimento clandestino

Marc Ferro, ao analisar o ressentimento e suas esferas de influência no campo da História, aponta seu grau de intangibilidade se comparada a contextos mais concretos como o racismo, ou a luta de classes. Isso se dá pelo caráter muitas vezes perene com que se apresenta, sendo cultivado individual e coletivamente, e instigado por ações de memória, como no caso da expulsão dos Mouros da Espanha, em 1492, lembrada até os dias de hoje em festas populares conhecidas como *Moros y Cristianos* (Ferro, 2009, p.7-9)

Esse sentimento que parece por vezes suspenso do fluxo de realidade, age “como um vírus que julgamos extinto, quando está apenas adormecido, subitamente reativado, ganha vida para surpresa dos que nem ao menos suspeitavam de sua existência.” (2009 p. 8)

Ferro aponta ainda, o ressentimento como matriz das ideologias contestadoras tanto da esquerda, como da direita e questiona historiadores que ao invés de buscar o apaziguamento de grupos em conflito, reverberam suas análises para explicitá-los ainda mais. (2009 p. 194)

Essa quase clandestinidade do ressentimento anda de mãos dadas com as memórias subterrâneas, e pode vir à tona junto com elas. Dessa forma nos cabe questionar, como trabalhar o ressentimento de nichos excluídos ou que sofreram graves formas de repressão no passado, para que o processo não se inverta e esses passem a repetir a violência a que foram vítimas. Mais ainda, como produzir análises históricas que não incentivem conflitos, mas ao mesmo tempo não deixem de lado o direito a resistência e o de trazer a superfície Histórias apagadas pelas versões oficiais?

“(...) o fenômeno atual de uma memória projetada, de segunda mão, de sofrimentos que não tenham sido vivenciados em primeira mão, não torna as pessoas mais generosas, gentis ou sensíveis às dores dos outros. Pelo contrário, estimula os descendentes das vítimas a serem cruéis com os descendentes dos responsáveis pela crueldade, e isso é usado como recibo de pagamento antecipado pela insensibilidade, é como um cheque em branco pela desumanidade. (...)” (BAUMAN, 2012 p. 14)

Bauman aborda aí, a questão da vitimização de grupos, que em determinados períodos históricos ao ascender a alguma possibilidade de controle social, reproduzem a mesma hierarquia a outros núcleos. Afirmando também, que não seria possível atingir um caráter pedagógico as gerações posteriores ao trauma apenas colocando-as em contato com suas respectivas memórias, já que esse processo se daria em segunda mão .

Somos obrigados a concordar em parte com Bauman. Em um primeiro momento pode parecer incoerente a sinalização positiva em relação a essa ideia, principalmente por nos firmarmos em Halbwachs e em suas memórias afetivas (2004) como base da hipótese que apresentaremos com maiores detalhes no último capítulo, - de que podemos sim lembrar o que não se conheceu através de aproximações miméticas ligadas ao afetivo, que por sua vez estão diretamente conectadas aos problemas que enfrentamos hoje. – Concordamos que memórias por si só, não representam caráter de transformação social, e como qualquer elemento passível de transição, tem seu destino indefinido, porém quando essas lembranças são expressas através de narrativas, produzindo na perspectiva Benjaminiana, novas experiências, e dessas experiências retiramos o material para a constituição de mais e mais fontes criadoras, talvez seja possível enxergá-las como recodificadoras de traumas passados.

Se a partir de suportes de memória for possível moldar contemporaneamente novas experiências que sirvam de paralelo entre a História e a problemática presente na sociedade brasileira, as memórias afetivas de Halbwachs podem fazer bem mais que unificar grupos, podem atingir e transformar positivamente o pensamento coletivo de uma geração que ainda em significativa escala, aponta o acorrentamento de um assaltante a um poste, não apenas como lógico, mas como digno de heroização .¹⁷

¹⁷ Referência ai caso ocorrido no dia 31 de janeiro de 2014, em que um jovem que praticava assaltos na zona sul do Rio de Janeiro foi agredido a pauladas, e acorrentado nu pelo pescoço a um poste.

“Quem está com pena dessa sementinha do mal, deveria levar ele e os amiguinhos dele pra casa. Se fosse eu, teria quebrado as pernas e os braços dele!”

“Se todos os DELINQUENTES fossem tratados desta forma, não teriam tantos crimes na sociedade. Se a policia é ineficaz, a sociedade deve agir, ótima ideia dos JUSTICEIROS.”¹⁸

1.8 A memória experimental

Nos apropriaremos da definição de cultura apresentada por Geertz, como as teias de significados produzidas pelo homem e suas respectivas análises, que devem ser promovidas pela real imersão na realidade que se objetiva estudar.

(...) compreender a cultura de um povo expõe sua normalidade sem reduzir sua particularidade (...) colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade e essa manobra que se refere habitualmente com uma casualidade excessiva que tantas vezes leva a noção de que antropologia é uma variedade da leitura da mente a longa distância ou alguma fantasia da ilha de canibal.(...)(GEERTZ, 1973, p. 24)

Apresentando a discussão de Gilbert Ryle sobre a “descrição densa”, Geertz trás o exemplo das piscadelas, que é bastante significativo para as análises acadêmicas. Um grupo de rapazes pode piscar pelos mais variados motivos, por um tique nervoso, como uma piscadela conspiratória a outro amigo, ou ainda imitando ao que não tem controle dos movimentos (o primeiro caso), dentro de um ambiente que não é o meu, todas essas ações remetem a um mesmo significado, não as distingo, interpreto-as a partir das minhas referências, por outro lado, ao entrar naquele contexto, passo a ter possibilidade de compreende-lo, junto com suas variadas nuances. (GEERTZ, 1973, p. 5)

Aleida Assmann trás o problema da decadência da memória experimental, “Com o avanço rumo à próxima geração, as testemunhas que sobreviveram a maior catástrofe deste século, a Shoah, terão morrido uma a uma.” (2011, P. 18) Ela segue citando o historiador Reinhart Koselleck, com sua perspectiva de necessário distanciamento do pesquisador, que se envolto por afecções, reivindicações e protestos põe em risco seu método acadêmico. Como proposto pela autora, o caso do Holocausto remete exatamente

¹⁸ Alguns comentários retirados do espaço para expressão do público do jornal Extra.

<http://extra.globo.com/noticias/rio/adolescente-atacado-por-grupo-de-justiceiros-presos-em-poste-poruma-trava-de-bicicleta-no-flamengo-11485258.html#ixzz31CFuCP7Z>

ao contrário, “Quanto mais nos afastamos de Auschwitz, tanto mais próximo esse evento está, tanto mais somos acossados pela lembrança desse crime” (Reisch in Assman, 2011, p. 19), ou seja seguimos afetados emocionalmente por esse que poderia ser apenas mais um tema de estudo, mas que não perde seu caráter passional.

A proposta apresentada é que para que não se perca o sentido das memórias experimentais, deve-se utilizar de subterfúgios que as traduzam a uma memória cultural, com uma linguagem acessível à posteridade, capaz de produzir o discernimento daquele que venha a tomar contato com essa história, de que qual tipo de *piscadela* se estará tratando.

Essa operação se dará por suportes como museus, monumentos e arquivos, etc. Asmann segue apontando a natural ausência de auto-organização da memória cultural, que necessita do apoio de mídias e políticas coletivas, indicando o risco da deformação na instrumentalização dessas recordações, que só pode ser combatida se fomentada dentro de um trabalho sério e reflexivo. (p.19)

“(…)o vivente que chega aqui (Aushchwitz), vindo de outro mundo nada possui senão seu conhecimento de números, de relatos escritos e de depoimentos de testemunhas ; essas coisas são parte de sua vida, pesam sobre ele, mas compreender de fato, isso ele só consegue, diante de algo que aconteceu com ele mesmo.” (WEISS apud ASSMANN 2011, p. 353)

Nossa hipótese é que os traumas vivenciados na sociedade resultantes da última ditadura representam essa experiência capaz de aproximar mesmo os que não viveram a época militar, de coabitar com essa história como sua. Além disso nos apropriamos do argumento de Benjamin, de que uma narrativa cria uma nova experiência cada vez que é exposta, fornecendo assim outra possibilidade de vivência real para a aproximação com essas memórias.

Como aplicar então essa estratégia da memória experimental, ao caso brasileiro?

A proposta de musealizar ex-centros da ditadura , não é compensatória como se afirmam os lugares de memória de Nora ou os museus de Lubb (HUYSSSEN, 2004 p. 29), não se busca uma compensação social, mas uma alternativa de reparação. A própria idéia de um processo compensatório por meio de ações de patrimonialização através de uma ótica petrificada, é vaga e sem força real, pois como se pode buscar esse reequilíbrio em relação a aceleração do tempo, ou a cada vez mais rápida produção de informações e propagação de conhecimentos, pelo congelamento de arquétipos do passado, que nessa estrutura não são passíveis de produção social, mas ao contrário, servem como referência

de um tempo que possivelmente (através de construções de memória rígidas) foi daquela forma. De que nos serve um passado com a visão tradicional da expressão “peça de museu”? O museu pode ser vivo, criativo, ativo, e as memórias devem ter esses adjetivos quando abordadas em meio público.

Os projetos de ressignificação de centros de violência, realizados através de uma operação metonímia, sem a necessidade de nenhuma intervenção artística, são segundo Françoise Choay a forma mais eficiente de se fazer lembrar as futuras gerações do ocorrido ali. O peso do real é incomparável. “(...)mortos e seus carrascos haverão de advertir eternamente aqueles que vão a Dachau ou a Auschwitz” (CHOAY, 2001, p.24)

Discordamos de Choay no que se refere a não necessidade de intervenções, pois entendemos que esses lugares, podem e devem ser filtrados a novos públicos, não se estagnando unicamente a aqueles capazes de deglutir sua história tão marcadamente penosa. Apontamos em especial as crianças e aos adolescentes, que se inseridos a um projeto político-pedagógico que os enxergue enquanto indivíduos ativos dessa sociedade, aptos não só a questioná-la, como transformá-la, fomentamos a base de uma geração contestadora e suficientemente crítica para assumir a responsabilidade por sua própria História.

“Sempre obedeci ordens sem questionar, meu pai me ensinou que a autoridade é autoridade por algum motivo, e ele aprendeu isso do meu avô, minha mãe não me deixou vir aqui, disse que não faz bem se meter com esses temas, já estive no La Perla, também sem ela saber, quando saí de lá chorei muito, mas tive a sensação de que algo precisava ser feito, aquela História não podia continuar sendo esquecida, saí de lá com vontade de lutar para que todos conheçam o que aconteceu no meu país, na minha cidade, e hoje aqui tenho a mesma sensação”¹⁹

Entendendo os traumas coletivos a que a sociedade está submetida em função do período civil-militar, os jovens podem ser peça chave na luta não só pelo reconhecimento dos crimes cometidos na última ditadura, mas em um projeto de país em que esse tipo de ação não tenha espaço. Formar cidadãos com senso crítico, e envolvidos nas questões políticas com consciência social e histórica, é um desafio que aceitamos ao longo dessa pesquisa, contudo apresentaremos não soluções, mas caminhos, para que esse processo se desenvolva.

¹⁹ Entrevista concedida em 14 de agosto de 2013, pela estudante Flor Marques no Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba, ex centro de torturas, ressignificado em museu. La Perla é o outro sítio de memória na Província de Córdoba. Tradução nossa.

Pretendemos aqui, que não importando se os avôs desses jovens tenham sido médicos, professores, carpinteiros, militares ou mesmo guerrilheiros, eles possam não só apontar os dígrafos e hiatos presentes em cada palavra, mas saibam usar as ferramentas que a gramática os apresenta como elemento de luta social.

Recordar: Do latim *recordis*, tornar a passar pelo coração.

Capítulo II

Desmemórias da Resistência no Brasil: O caso de São Miguel das Missões e a invisibilidade Guarani

2.1 Primeiras palavras. *Ranhe ayvu*

O Museu das Missões está localizado no sítio tombado pela União em 1937, onde está situado o mais significativo remanescente material dos Sete Povos das Missões, comunidades indígenas lideradas e organizadas pelos Jesuítas. Neste sítio foi erguida a Igreja de São Miguel Arcanjo, declarada patrimônio mundial pela Unesco, em 1983. O museu criado em 8 de março de 1940, abriga a maior coleção de arte missioneira do Brasil.

Ao longo dessa investigação acadêmica um conceito de Andreas Huyssen se fez presente de maneira significativa. A “empatia catártica superficial” (HUYSSSEN, 2004, p.85) citada no primeiro capítulo, e sua aplicabilidade em temas presentes no cotidiano, se deu de forma tão intensa, que sua presença se faz notar por todo o texto. Porém nem só de superficialidade são feitos os encontros. Nas palavras da antropóloga Regina Abreu, a produção do conhecimento é derivada da multiplicidade de caminhos à pesquisa (ABREU, p.30, 2011), sendo assim, moldamos nossos encontros empáticos e catárticos, em uma proposta de mostrar a resistência por outros panoramas para além dos estudos relacionados a ditadura. Nossa intenção é justamente entender como se deram os processos de patrimonialização de locais que carregam uma História marcada por traumas e esquecimentos, assim como as do período militar. A hipótese desse capítulo se dá em inverter a proposta geral da dissertação, que é a de planificar caminhos a uma musealização criativa e direcionada aos Direitos Humanos, ou seja partindo do abstrato à formação do patrimônio. Aqui direcionarmos a mirada ao revés, esmiuçando que componentes se destacaram durante o processo.

Citar Paulo Freire é lugar comum nas ciências sociais. É difícil encontrar acadêmico que não considere a educação o ideal a ser seguido como produtor de possibilidades, contudo da teoria à prática temos um mundo a ser transportado, por essa razão trazemos em suas palavras a inspiração de nossas ideias:

“Foi assim, socialmente aprendendo que ao longo dos tempos, mulheres e homens perceberam que era possível- depois, preciso- trabalhar maneiras, caminhos, métodos de

ensinar. Aprender precedeu ensinar(...)" (FREIRE, 1978, p. 26).

E por esse viés de aprender e apreender o que cada novo encontro poderia nos oferecer, é que resolvemos investigar seus processos de elaboração, os personagens envolvidos, e o mais importante, caso essa experiência resultasse em uma questão relevante ao corpo social, de que maneira levá-la a mais indivíduos fornecendo vivências próprias dentro da perspectiva educadora aqui indicada.

Quando Walter Benjamin apontava o fim da narrativa, ele enxergava com as lentes de um mundo trágico, embalsamado em seu próprio destino. Décadas depois, diversos autores nos fornecem arcabouço para declinar a essa teoria, onde destacamos a crítica de Beatriz Sarlo:

“Das trincheiras ou das frentes de batalha da guerra, (...) os homens voltaram emudecidos. É inegável que Benjamin se equivocava quanto à escassez de testemunhos, justamente porque ‘a guerra de 1914-8 marca o começo do testemunho de massas’”

(SARLO, 2007, p.43).

Um século após seus primeiros escritos, o cenário social se reconfigura, apontando outros formatos a proposta narrativa, se a partir disso, é possível entendê-la como viva, pulsante e capaz de se adaptar a novos panoramas, por que não apropriá-la a outros sentidos?

Analisamos aqui a musealização de lugares traumáticos, apontando nossa proposta de estudo a inclusão dos testemunhos daqueles que esses locais almejam representar, seria dizer que se excluimos a voz dos grupos aplastados pela violência que ali foi gerada, é possível que se crie um novo trauma no processo, e é esse contexto que almejamos investigar.

O eixo que conduz o segundo capítulo de nossa investigação se baseia no olhar de observador participante e em entrevistas, nas quais buscaremos analisar os processos de patrimonialização e musealização do sítio arqueológico de São Miguel das Missões, localizado no noroeste do Rio Grande do Sul, a 480 km de Porto Alegre. Se trata das ruínas mais bem preservadas em território nacional relacionadas a História Jesuítica Guarani, esse local foi palco de uma das principais batalhas da Guerra Guaranítica, que culminou com a expulsão de Centenas de Guaranis e Jesuítas da região,

e hoje funciona como lugar de memória não só da História que ronda os embates do século XVII, mas de todo um contexto social que afirma a presença indígena, em especial a Guaraní como protagonista.

Que História ronda essas ruínas? Que traumas passaram por ali? E hoje mais de três séculos depois, como são tratados os guaranis que se fazem presentes? Como se constitui a exploração do local pelo turismo? Destacaremos por fim a questão que nos trouxe até aqui, o primeiro questionamento a surgir no contato com a História da região. O que esses Guaranis tem a dizer sobre a própria História? E que memórias lhes parecem esquecidas na constituição museológica do Espaço das Ruínas?

Mais uma vez lembrando Paulo Freire, deixamos o aviso: “De uma coisa, qualquer texto necessita: que o leitor ou a leitora a ele se entregue de forma crítica, crescentemente curiosa. É isto que este texto espera de você que acabou de ler essas ‘primeiras palavras’”(FREIRE, 1987 p. 22).

Seguindo os passos de Freire, também nos preocupamos em alertar o público sobre o que esta por vir.

2.2 O outro lado da fronteira, entre narrativas e ruínas.

Inicialmente nossos questionamentos se baseavam na proposta de filtrar a aura e a propensa linguagem carregada de lugares de memória que foram símbolos da violência de tempos de repressão, em narrativas acessíveis e comunicáveis ao público em idade escolar. Ao longo da investigação nosso olhar se expandiu, e por meio do que Beatriz Sarlo em seu livro autobiográfico “*viajes*” classifica como “um salto para fora do programa”, fomos levados a novas perguntas. Esse salto segundo a autora seria a representação de um acontecimento inesperado, uma experiência que de forma abrupta modifica algo ao seu redor, vale salientar que:

“O fora do programa deve ser respeitado em suas regras. Não buscá-lo jamais, pois se converte no mais vulgar dos exotismos. Deixar simplesmente que aconteça. E depois capturá-lo e ser capturado em uma envolvente hélice dupla.”

(Sarlo, 2014,p. 15. tradução nossa)

Essa dissertação é resultado de diversos saltos para fora do programa, desde o já descrito encontro com o “Archivo Provincial de la memoria de Córdoba” até o “La Perla” e toda sua jornada épica, mas nada se compara a São Miguel, desde o primeiro contato algo despertou, estava claro que questões muito relevantes se encontravam ali, que esse lugar de memória muito mais do que belas ruínas, continha memórias subterrâneas (POLLACK, 1989) ainda esquecidas ou ignoradas pelos processos políticos que o envolviam.

Nesse momento há uma observação ainda que não consciente de si, indagações começam a surgir e com a interação, os registros são feitos, ainda que só conectados a uma hipótese maior, tempos depois. Bastaram alguns meses para que ficasse clara a relação entre a pesquisa que já se encaminhava e aquele sítio histórico, a partir daí, a observação passa a ser participante e novos horizontes são almejados.

Córdoba fica a 1.514 km de Porto Alegre, o aeroporto mais acessível a um pesquisador em início de carreira. Embora tenhamos muito que agradecer a CAPES pelo financiamento desses anos de estudo, uma passagem internacional está ainda um pouco além do cronograma. Sendo assim teríamos que elaborar o melhor roteiro até a Argentina, entre as opções estava passar pela fronteira de São Borja, e a algumas horas de lá, estava a cidade de São Miguel das Missões, que para alguém formado em História, e influenciado pelas ideias dos lugares de memória, parecia uma grande oportunidade. Assim em agosto de 2013, voltando de Córdoba, depois de já haver passado pelas ruínas do lado argentino e paraguaio, chegamos a Santo Ângelo, cidade de importante cunho histórico, de lá havia ainda mais um ônibus para chegar ao destino final, entre o pegar a mochila no porta malas e a compra da nova passagem, fomos interpelados pelo motorista sobre o que estava fazendo ali, era nítido o quanto destoava das famílias, dos estudantes de medicina que decidiam ir para o lado argentino, ou das senhorinhas que cruzavam a fronteira com compras para revender, não havia grande turismo pela região.

As ruínas argentinas e paraguaias não se diferenciavam muito, a dificuldade por chegar até elas era latente, nos dois dias reservados a percorrê-las, o número de problemas decorrente da falta de estrutura para o turista, que podemos concluir era totalmente inesperado, foi surpreendente. Desde sermos esquecidos na aduana pelo ônibus que cruzava a fronteira até horas de caminhada de uma ruína a outra, já que o transporte nessas zonas definitivamente não é ostensivo, comprovando essa tese pela última história digna a de se classificar como um “dos saltos para fora do programa” descritos por Sarlo.

Na segunda noite após haver visitado a ruína de *Santísima Trinidad del Paraná* e o seu show de luzes, nos dirigimos ao ponto de ônibus mais próximo, com o passar do tempo o pouco comércio que havia foi se fechando e o lugar se tornando cada vez mais escuro e deserto, em determinado momento um táxi para e nos oferece carona, perguntando o que fazia sozinha ali, já que não haviam mais ônibus naquele horário, (9 da noite) aceitamos a carona com uma história extravagante de que nos esperavam na rodoviária, já quase chegando ao destino ele confessou que passara por mim duas vezes antes de parar, e percebendo que se tratava de um mocinha, o melhor a fazer era socorrê-la, afinal “jovenzinhas não deveriam estar tão tarde sozinhas por aí”, esse foi um daqueles momentos confusos em que normalmente a resposta seria uma crítica rude ao machismo presente na situação, contudo não havia como recriminar aquele senhor que provavelmente me salvara de na melhor das hipóteses ter que passar a noite em um ponto de ônibus. Agradecemos a gentileza e me despedi, refletindo sobre a ausência de infraestrutura para o viajante presente naqueles lugares, que sem dúvida era compensada pelo fator humano. Ao chegar na rodoviária para o segundo transporte da noite, fui notificada que não necessariamente ele passaria por ali, mas sem maiores rodeios um grupo de funcionários resolveu nos fazer companhia para esperá-lo, nos oferecendo o típico mate da região, conhecido aqui no Brasil como chimarrão. No fim tudo deu certo, são e salva cheia de histórias para contar. Mas o que destacaria de tudo isso, para além da amabilidade e simpatia em quase todos em que esbarrei por aquelas terras, é o fato de lugares categorizados como patrimônios nacionais, ou mesmo da humanidade, que além do valor histórico inerente, poderiam se classificar como rota turística de destaque, movimentando a economia dessas localidades, que em boa parte dos casos relatados está em zonas de baixa renda.

De que vale o patrimônio se ele não está inserido na vida local, se não ressoa na sociedade? Falta de estrutura ou de interesse? Questões políticas sempre estarão presentes, mas quando falamos de territórios que rerepresentam também a cultura indígena, parece haver um apagamento ainda maior... E sobre o caso Brasileiro? O que São Miguel pode nos dizer?

2.3 Em busca de origens: São Miguel das Missões.

Com a chegada do homem europeu às terras que hoje reconhecemos enquanto América, uma ordem para sua exploração foi proposta, e em 1494 é firmado o tratado de

E assim seguiram os jesuítas catequizando (ou doutrinando dependendo da perspectiva escolhida) ensinando ofícios, alfabetizando e regando a vida dos guaranis. Importante dizer que o tratamento não era o mesmo para todos os guaranis, segundo Fleck (2007) líderes e seus filhos tinham mais oportunidade de aprendizado, e isso era justificado pela permanência de apenas dois jesuítas na redução. Uma ação de catequização que se firmou no aldeamento foi o ensino de cantos e danças, pois segundo a autora, tinha melhor resposta dos indígenas.

No entanto, no ano de 1750 foi assinado o Tratado de Madri e nele novos limites territoriais foram decretados para região platina. As novas fronteiras exigiam que os habitantes dos Sete Povos saíssem do território onde se encontravam, à margem oriental do Rio Uruguai, pois esta zona estava sendo trocado pela Colônia do Sacramento (a qual estava sob domínio português). Essa imposição, acaba gerando um ambiente hostil que tem como resultado a Guerra Guaranítica (1754-1756). Processo que culmina na morte de centenas de guaranis, e tem na igreja de São Miguel sua simbólica derrocada, com o incêndio da mesma. Após a guerra, a coroa espanhola decreta a expulsão dos jesuítas das missões, por terem conspirado contra ela e incitado a Guerra.

Esses fatores colaboraram para a decadência dos Sete Povos das Missões, que foram gradativamente sendo despovoados, seja por abandono ou pela expulsão dos Guaranis. Aqueles retirados forçadamente do local, foram para a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, em Viamão, onde deveriam ser aportuguesados ao máximo. Não era permitida a fala de sua língua mãe, precisavam se vestir e se portar como portugueses, e assim receberam nomes de acordo, sendo punidos em caso de desobediência e recompensados em caso de acusação.

A região dos Sete Povos ficou abandonada por anos, com seu valor revisto somente no século XX, tendo como auge a inscrição das ruínas da igreja de São Miguel, no Livro de Tombo de Belas Artes em 1938 e registro de Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2 de dezembro de 1983.

2.4 A Ruína como lugar de memória

O que hoje reconhecemos enquanto resquícios, vestígios de uma época, representaram uma lógica político-social. As reduções se estruturaram como a forma mais eficiente de disseminação do cristianismo aos nativos dessas novas terras de além mar. Os povoados jesuítico-guaranis fundados na Província do Paraguai a partir de 1609, foram também instrumento de controle da Monarquia Espanhola sobre territórios de fronteira e

sua população. De maneira geral eram planejados em zonas afastadas do contato urbano, na intenção de favorecer um relativo isolamento do que poderia ser considerado como ameaça a purificação desses indígenas, “salvando-lhes da barbárie”.

Nas palavras de Antonio Ruiz de Montoya, um dos mais importantes jesuítas desse contexto:

Lhamamos reducciones a los pueblos de indios que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separadas a legua, dos, tres y más, unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política humana, a beneficiar algodón con que se vistan (MONTROYA [1639], 1989 p. 34).

Segundo Andreas Huyssen (2014, p.91) a ideia de nostalgia se relaciona com a irreversibilidade do tempo, algo do passado que deixa de ser acessível, essa saudade de um tempo perdido pode ser entendida também como uma utopia às avessas, em que a noção de temporalidade e de espaço se relacionam. Exemplo perfeito para o panorama descrito são as "ruínas", algo que foi, e hoje se mostra em resíduos de um passado a ser investigado. “No corpo da ruína o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia” (Huyssen, 2014, p.91).

Assim também se dá com as reduções de São Miguel, que não nos são tangíveis em seu sentido literal, mas que partindo do conceito de lugar de memória oferecido por Pierre Nora (1993) se ressignificam em um novo plano no qual o vestígio é também produção de novos horizontes.

Elas carregam ainda um sentido afetivo, visto que produzem uma zona de integração, estabelecendo conexões de identidade entre o corpo social. Ao mesmo tempo, são capazes de transcender a noção estética usualmente associada a espaços turísticos, evocando todo um sentido histórico.

A conceituação original de Nora nos remete à passagem de uma História totêmica para uma História crítica, é o momento dos lugares de memória. O interesse por esses lugares onde:

(...) se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma

época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura. (NORA, 1993 p.28).

A ideia dos lugares de memória é talhada no entendimento de um mundo com ausência de experiência verdadeira, na transição das sociedades tradicionais ao caos do mundo contemporâneo. Memória para ele nada mais é, que o carregado por grupos vivos, como décadas antes propôs Halbwachs (1925). Logo se há mais informação do que capacidade de degluti-la, novas estratégias devem ser elaboradas, e é aí que o autor aponta a um processo de cristalização do pouco de memória que ainda temos, como artifício para que o corpo social reflita sobre o que se tornou através de seus vestígios.

Nora reconhece na História a capacidade de ampliar, de multiplicar os olhares da sociedade sobre sua própria trilha de erudição, projetando memórias particulares a novas possibilidades, contudo quando se faz necessário uma História da História, quando ela se torna crítica até sobre si mesma, abrindo variáveis para a identificação desse grupo (a nação), ela deixa de ser guiada por um sujeito portador, o que retira sua vocação pedagógica da transmissão de valores. A crise na educação é apontada como exemplo para comprovação da tese apresentada.

O que questionamos nesse panorama é a ausência do aspecto criativo que a crítica pode gerar. Enquanto unitária, a História é sim arauto de valores que auxiliam na manutenção da ordem social, porém quando a identificação a essa História já não flui naturalmente e novas memórias disputam uma possível hegemonia, a disciplina desse contexto se dilui abrindo caminho à criação. O pensar sobre si é um exercício de tensão, pois abre caminho ao novo, e esse não necessariamente será melhor que o antigo, contrariando a lógica positivista de evolução, porém a partir daí podemos refletir sobre que História nos representa, e de que maneira nos posicionar sobre sua composição, dito de outra forma, nos tornamos responsáveis sobre o porvir.

Mas o que buscamos analisar aqui seria a História ou a Memória dessas ruínas? O texto de Nora, em especial pelo caráter endurecido a que associa seus lugares, foi e segue sendo alvo de diversas resignificações, algumas já apresentadas anteriormente, o próprio autor indica em outro momento pontos críticos em sua explanação. Não almejamos uma resposta concreta sobre qual seria o lugar de memória mais adequado as problemáticas contemporâneas, mas não podemos deixar de indicar que para os estudos relacionados ao patrimônio, ainda mais se destacarmos a nova museologia, e todo um cenário de interação

entre o objeto e seu público, é inerente que a cristalização desses lugares se substitua pela ideia de relação, de troca entre os personagens que por ali venham a passar.

2.5 Conhecendo os Mbya

Existem diversas formas de se conhecer um lugar, o simulado olhar de “expert”, derivado da inserção em leituras, vídeos, ou narrativas dos que antes passaram por ali, ou a mirada um tanto quanto assustada, de quem inesperadamente chegou a um novo destino. Dessa segunda opção se forma um observador tanto crítico, quanto neutro no que lhe é possível, considerando que a ausência de neutralidade nos é inerente enquanto seres pensantes, a partir daí esse explorador deixa que a viagem se encarregue de mostrar-lhe o que pode oferecer, e sem maiores pretensões vai percorrendo caminhos, conhecendo novos discursos. São Miguel foi resultado da mistura desses fatores. Não nos passava pela cabeça até então que o poder das conexões que a memória é capaz de criar, entraria em ação possibilitando diretrizes a novos questionamentos.

O sítio arqueológico de São Miguel das Missões seduzia a cada nova parede que atravessávamos. O espaço físico é de tirar o fôlego, da fachada da igreja que se apresenta imponente, até o museu das missões obra do arquiteto Lucio Costa então diretor da divisão de Estudos de Tombamentos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que mais tarde veio a se converter no atual IPHAN. Logo no início da instituição criada em 1937, Costa voltou a atenção para a preservação e recuperação dos assentamentos jesuíticos do Rio Grande do Sul, entre os quais se destacava a igreja do sítio de São Miguel Arcanjo, pertencente aos Sete Povos das Missões, nesse mesmo ano o local é tombado pela união, e em 1940 é fundado o museu, que tinha como objetivo resguardar as peças oriundas dos tempos das missões espalhadas pela região, esculturas de arte sacra que em sua maioria carregavam feições muito mais indígenas do que o clássico semblante “santo-europeu”, composições artísticas provavelmente elaboradas pelos Guaranis. Nessa primeira visita, ao olhar para além do espaço percorrido tradicionalmente, um grupo chamou a atenção, pareciam...Seriam índios? Vendiam artesanatos no chão da parte de trás do museu, poderiam ser descendentes dos Guaranis das missões? Seriam Guaranis? Mas o que faziam ali no chão, quase invisíveis a perspectiva do turista tradicional? E indo além, essa capa de invisibilidade que os cobria alcançava também muitos funcionários, como mais tarde ficou claro. A partir dessa experiência veio a ideia de conhecer a aldeia mais próxima... “Visitar índio? Tanta coisa

para fazer...” Foi a fala do senhor que aceitou me levar até lá, a energia da viagem de trinta quilômetros até a aldeia Koenju, foi concentrada em frases de efeito que criticavam “os latifúndios indígenas” que segundo ele haviam na região. A visita foi bastante breve, mas rendeu um ótimo encontro, Ralf um jovem guarani que não aparentava ter mais de vinte anos, acabou aproveitando a carona e voltou comigo para a cidade, passamos a tarde conversando, e com ele descobri que aquele artesanato vendido atrás do museu é a única fonte de renda da maior parte das famílias da aldeia, que as lojas que funcionam nas dependências do sítio, pertencem a associações privadas, e que o espaço das ruínas, embora emane óbvias referências a História Guarani, dificilmente os inclui em qualquer tipo de discussão sobre sua administração.

Aos poucos um debate bastante desvelado na região ficou claro, existe todo um questionamento sobre a legitimidade daqueles guaranis em respeito das terras do sítio arqueológico, suas origens são constantemente interrogadas, e isso serve de potente munição para aqueles que não os consideram dignos de estarem ali.

Vale trazer um breve panorama da História dos Guaranis Mbyá em São Miguel das Missões:

Conforme a pesquisa de campo do antropólogo Carlos de Moraes, que realizou no ano de 2000 a dissertação intitulada de A RECONFIGURAÇÃO DA TAVA MIRI SÃO MIGUEL NA MEMORIA COLETIVA DOS MBYA GUARANI NAS MISSÕES/RS, BRASIL pela UFRGS, há indicações da presença Guarani Mbyá nas décadas de 50 e 70 em regiões bem próximas a São Miguel, mas é em 1990, que de acordo com informações que ele destaca como resultado de conversas pessoais com membros de um antiga ONG da região, que se registra a chegada de uma kombi vinda de Palmeira das Missões, que deixa ai um grupo de Mbyá guarani sob a justificativa de que “terra índio é São Miguel”. O poder público permite que eles ocupem a área da fonte jesuítica e com a consolidação do local, passam a chegar Mbyá de outros pontos. Esse contexto leva a aproximação dos guaranis da Tava Miri, que segundo nos relatou Ferrera Aldo, um dos Guaranis da aldeia:

"A Tava quer dizer casa de pedra. E é uma palavra usada somente pelos guaranis, por se referir como a casa dos deuses. Pra nós não é uma igreja. É mais do que isso, mas é terrenal. Pois se não fosse terrenal ninguém chegaria perto, não existiria cidade. Quando a tava não é terrenal, mesmo que a pessoa esteja pisando não vai saber que está na tava, ela é sagrada."(Entrevista realizada em setembro de 2014)

Aos poucos eles passam a explorar a área próxima ao museu com a venda de artesanatos, todo esse contexto logicamente se deu por conta de variadas negociações, e

aos poucos como afirma o antropólogo, a visibilidade dos Mbyá se dividiu de forma dicotômica, se por um lado moradores e visitantes, negavam veementemente sua legitimidade enquanto descendentes dos guaranis missioneiros, por outro eles passam a encontrar novos grupos para apoiá-los em suas reivindicações. Somente em julho de 2001, se efetivou a criação da reserva indígena Inhacapetum, de 236 hectares, com o advento desse espaço os guaranis passam a pleitear novos serviços como saúde e educação de forma que a aldeia fosse atendida.

Muitas Histórias rondam a criação da aldeia, mas é sua relação contemporânea com o espaço das ruínas que nos interessa aqui. De fato a questão da origem, se conecta com o debate sobre o quão genuíno pode ser apontar esses guaranis como descendentes do que viveram no período missioneiro. Dessa forma irremediavelmente precisamos recorrer a conceitos como identidade e relativismo, ou nesse caso a ausência dele.

Zygmunt Bauman em uma entrevista concedida na Inglaterra e transformada posteriormente em documentário, reflete a individualização dos valores sociais. Ele aponta que a noção de identidade se transformou drasticamente nas últimas décadas, que hoje ela deve ser criada e não mais herdada, “Não apenas você precisa fazer isso a partir do zero, mas você tem que passar sua vida de fato, redefinindo sua identidade.”²⁰. Para uma sociedade em que essas ideias parecem permear com tanta fluidez, cabe-nos discutir a escassez de capacidade crítica ao olhar direcionado a outras culturas, sem maiores generalizações, o que buscamos é simplesmente indicar o quanto ainda somos presos a valores próprios, como a noção de identidade apresentada. Se para nós ela é construída e reconstruída, para os Guaranis ela vem de suas memórias, de sua busca pelo sagrado.

Patrícia, professora guarani da aldeia esclarece um pouco acerca desse debate de legitimidades:

Antes a gente morava na fonte missioneira, bem pertinho das ruínas. Muitas pessoas falam isso, é o que sempre falam, que não somos os mesmos guaranis. Os próprios turistas, as próprias pessoas do IPHAN. As lideranças lutaram muito para conseguir aquele espaço para gente, ali no chão do museu... Então eu acho que quando a gente pesquisou também sobre as ruínas, a gente foi para o Rio, para a Argentina e fomos para outras aldeias daqui, então todas as pessoas que a gente entrevistava eles diziam “Ah nos passamos por aquela ruína no ano de mil e tal... Quer dizer todos os guaranis sempre

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>. Acessado em 26 de janeiro de 2015.

estiveram ali nas ruínas, sempre foi um lugar de referência então todo mundo vai dizer “já passei”, “já cheguei lá”. Então os Guaranis sempre estiveram lá, eles nunca deixaram, eles fugiram claro, mas depois eles voltaram por aquela região , sempre estiveram ali... Mas não querem dar o direito, não querem reconhecer que nos voltamos sempre a morar ali, ficavam uns dias e iam... Mas sempre estiveram ali os Guaranis, desde que houve a guerra. E nós somos Guaranis.”(entrevista realizada em Setembro 2014)

2.6 De Koenju para o mundo. *Duas aldeias: Uma caminhada*

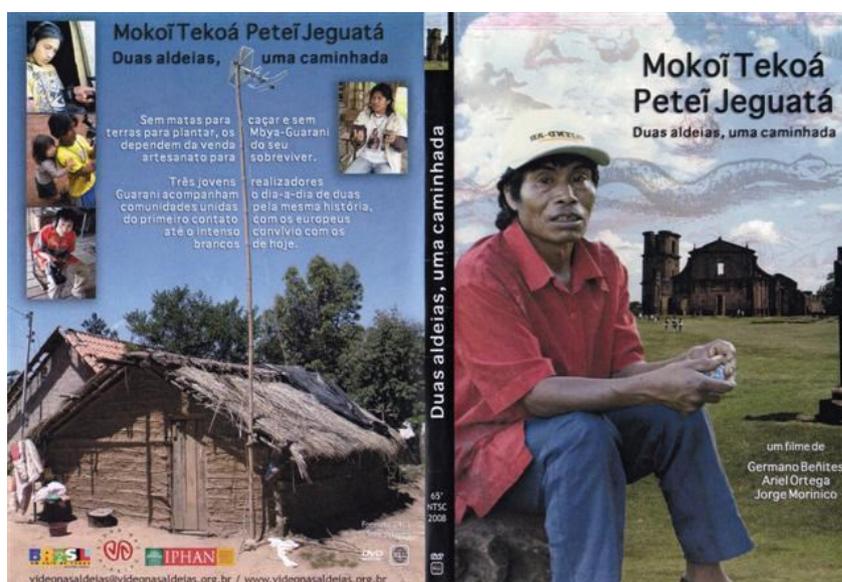


Figura 5

O documentário *Mokoĩ Tekoá Peteĩ Jeguatá - Duas aldeias: Uma caminhada*, narra o dia-a-dia de duas comunidades unidas pela mesma história, uma em Porto Alegre, e a outra em São Miguel das Missões, a aldeia Koenju. Produzido por três Mbya-Guarani, entre eles Ariel o atual Cacique, esse filme faz parte do projeto Vídeo nas aldeias criado em 1986. O objetivo do projeto foi, desde o início, apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais. Em 1997, foi realizada a primeira oficina de formação na aldeia Xavante de Sangradouro. O VNA foi distribuindo equipamentos de exibição e câmeras de vídeo para estas comunidades, se tornando cada vez mais um centro de produção de vídeos e uma escola de formação audiovisual para povos indígenas. Desde o “Programa de Índio” para televisão em 1995, até a atual Coleção Cineastas Indígenas, passando por todas as oficinas de filmagem e de edição, em parceria com ONGs e Associações Indígenas. Em 2000, o Vídeo nas Aldeias se constituiu como uma ONG independente, com uma coleção de mais de 70 filmes, a

maioria deles premiados nacional e internacionalmente, transformando-se em uma referência nesta área.²¹

Cabe assinalar que ações como a do VNA, muito mais do que fornecer possibilidades aos indígenas, lhe proporciona autonomia na gestão sobre seus próprios projetos. No campo museológico existem variados exemplos de espaços geridos pelas aldeias, como apresenta José Ribamar Bessa Freire em seu artigo, A descoberta do museu pelos índios, nele são enunciados casos como o museu Maguta, que surgiu em meio a um contexto de tensão, aonde os Ticuna buscavam seu reconhecimento enquanto parte daquela sociedade. A grande lição que esse lugar gerou: “(...)foi a de mostrar a lideranças indígenas de todo Brasil a força que pode ter um museu para reafirmar a identidade de uma etnia (...)” (Freire, 2009, p. 222) E quanto aos Guaranis de São Miguel, premiados pela qualidade dos filmes que produziram, não seriam capazes de estar a frente de um espaço que representa sua própria História?

Ao longo da película vemos a complexa relação entre os Guaranis, suas tradições e crenças, e a necessidade do convívio com o homem branco, em especial na venda de artesanatos, que para muitas famílias acaba sendo a única fonte de renda. Destacamos alguns trechos, salientando que não existe identificação de quem é cada personagem, os únicos que conseguimos reconhecer são Ariel, o atual cacique da aldeia Koenju, e Patrícia professora da escola Guarani.

Logo na cena de abertura, um senhor que parece liderar o grupo que toca variados instrumentos, se manifesta:

É verdade que hoje estamos quase dominados pelos brancos mesmo assim não podemos esquecer nossa cultura, não podemos esquecer de tudo. Como os próprios brancos dizem: “Não troquem a sua cultura pela nossa.” Isso falam alguns brancos.

Analogias entre a liberdade da forma de vida dos animais da floresta, em comparação as imposições a que os Guaranis são submetidos, vão levando outras partes do filme. Com uma Colméia seca nas mãos um deles diz:

Isso também dá mel. Só que agora as abelhas deixaram suas casas. Sabe porque deixaram suas casas? Elas deixaram suas casas porque algo estava incomodando

²¹ <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=1>

elas. E elas não gostam disso, por isso se mudaram. São que nem os Mbya-Guarani. Elas não foram embora porque queriam ir. Às vezes os Mbya se mudam, porque tem alguém incomodando. Por isso elas foram tentar viver melhor em outro lugar, os Mbya-Guarani também são assim.

Como já destacado, existe um forte debate na região, sobre que direitos teriam os Guaranis contemporâneos, sobre o lugar das ruínas.

Por aqui andaram nossos parentes, mas os brancos tiraram tudo da gente e se apropriaram dessas ruínas que nossos parentes fizeram. Agora eles não querem dar pra gente o que é nosso. Eles tem ciúme desse espaço. Nossos parentes construíram isso forçados pelos brancos, os padres jesuítas. Eles forçaram os índios a trabalhar nisso



Figura 6

É verdade, nossos parentes sofreram muito. Nossos parentes trabalharam enfrentaram sofrimento, pra deixar isso aqui na terra, deixaram isso e trabalharam tanto, para que depois os brancos os matassem todos. Os brancos brigaram por causa disso aqui. Até das crianças, eles cortavam os pescoços, foi assim. Os brancos fizeram isso com os nossos parentes. Isso tudo é doloroso para nós. Se pensarmos dói até hoje.



Figura 7

Os Guaranis foram os protagonistas dessa história. Mas agora eles estão ali daquele jeito. A morte deles só tem valor na História... Ainda existimos, e os turistas vêm os Guarani tentando vender no museu. Essa é a nossa realidade.

(Ariel)

A gente não quer isso aqui de volta, não é. Não estamos aqui porque gostam da gente. Se a gente tomasse isso de volta, certamente nos matavam de novo.



Figura 8

Um dos momentos mais emblemáticos, e em paradoxo divertidos do documentário, são os diálogos entre os turistas, que pedem por fotos, reclamam do valor ou da qualidade do que é vendido, enquanto as resposta dadas são em Guarani.

Posso bater uma foto com a senhora? Não...

Qual a origem vocês? Tupi, Guarani?

(Em Guarani): Comprem, não fiquem só tirando fotos. Vocês não compram nada, só ficam tirando foto.

Um pouco mais a diante Ariel entrevista um dos professores da excursão que acontecia no dia:

A gente vê os alunos ficarem tristes, vendo principalmente ali dentro do parque, a situação dos índios, sujos, dependendo de dinheiro, e até...

Ariel: Sujos?

Sujos... E até pedindo dinheiro para fotografar, para ser fotografados eles cobram... Então é tipo um comércio com índio né?

Nesse momento uma estratégia bastante interessante é usada, a câmera passa a filmar Ariel que debate com o professor, e segue filmando por outro ângulo. A imagem nos imerge pela própria produção da película, dando a sensação de estarmos em sua constituição.

Ariel: Você acha que os índios tão vendendo a sua imagem é isso?

Professor: Tão vendendo sua imagem, eu creio que sim, aproveitando para vender a sua imagem.

Ariel: É que muitas pessoas vem, fotografam os índios, e até filmam, e levam essas fotografias para usar em seus trabalhos e ganhar dinheiro em cima. Eu acho que é isso que acontece, os Guaranis... Pensam que eles são bobos...



Figura 9

Depois dos brancos é que começamos a falar em “Brasil”. Nossos avós não chamavam de Paraguai, de Argentina, nem de Brasil. Só se referiam as terras entre os rios. Essa era a referência. Era assim que chamavam.

Ariel: Os Guaranis não ficavam num lugar só. Eles ficavam num lugar 5 anos, e depois se mudavam. Eles andavam livres. Não imaginavam que um dia os brancos acabariam com as matas. Limpavam um pouquinho para plantar depois se mudavam.

É por isso que agora nos somos vistos como nômades. Mas só estamos seguindo o jeito dos nossos avós.

Ariel: Eles somente queriam andar livremente. Viam a terra como sendo de todo mundo. Os brancos é que dividiram em propriedades, em governos. Antes podia ficar na fronteira com a Argentina... Nós os Mbya, não falamos “Essa terra é minha”. Os brancos não, cada um tem a sua propriedade...



Figura 10

Quase no final Patrícia narra uma história que aconteceu entre ela e um turista: *Um branco perguntou porque os artesanatos eram caros. Perguntou se era pena de pássaro mesmo. (...) Quando eu falei que era só pena de galinha pintada, ele riu e disse “Então não vou comprar.”*

Ariel: Porque você não perguntou para ele, se era para sair matando passarinho só para vender?

Na cena final a reflexão é jogada ao público:

A gente não fica triste só porque não vende, é porque parece que a gente depende do dinheiro deles, que se eles não compram, a gente morre de fome.

Alguns também falam “Porque vocês ficam aqui, onde mataram seus antepassados?”



Figura 11

Se até a origem das penas usadas no artesanato entra em questionamentos de legitimidades, em um tribunal que parece buscar valores simbólicos baseados na eterna devassa por um “estado natural”. O que dizer dos Guaranis, que para determinados círculos, deveriam conseguir provar com atestados fidedignos aos olhos do homem branco, a real e inegável descendência consanguínea para com os dos tempos missioneiros. Mais do que improváveis, tais buscas não são necessárias se direcionarmos a mirada a lógica social dos Mbya, em um exercício de relativismo, consideravelmente trabalhoso para alguns grupos, seria possível não só entender como se dão diferentes culturas desde seu lugar de fala, mas atingir o âmago de práticas de intolerância e preconceito, combatendo-as.

2.7 Analisando métodos: Entre a observação e a pesquisa participante

Segundo o antropólogo e historiador americano James Clifford, as produções indígenas contemporâneas não se encaixam com tanta facilidade a conceitos correntes de arte e muito menos de cultura, para ele há um jogo em que esses grupos se utilizam dos aportes oferecidos pela sociedade moderna, subvertendo-os. Ou seja sem se apartar das

imposições do capitalismo, esses indígenas foram capazes de se apropriar das ferramentas cedidas pelo mesmo, para afirmarem suas próprias crenças e identidades.

“Os grandes discursos sobre o desaparecimento cultural e restauração do patrimônio podiam ser substituídos pelos relatos de renascimento, lembrança e luta.” (GEERTZ,1973, p.256)

Embora Clifford esteja se referindo a casos específicos do noroeste americano, é possível tirarmos dessa análise elementos reflexivos sobre a situação dos Guarani Mbyá, ou qualquer outro grupo imerso em posição de vulnerabilidade, sejam eles indígenas, quilombolas, etc. Até onde vai o papel do pesquisador, do militante, ou ainda no caso mais comum, do pesquisador militante, que acredita estar lutando por direitos necessários a essas sociedades, esquecendo-se muitas vezes que lida com indivíduos capazes de se expressar, a ponto de terem suas próprias vozes e determinações?

Como destacado inúmeras vezes, trabalhamos com a observação participante, onde interagimos com o grupo estudado na busca de dados e relatos capazes (ou não) de confirmar nossas hipóteses. Em conjunto trazemos as entrevistas semiestruturadas, que embora abram espaço para novos rumos propostos pelo entrevistado, seguem um padrão pré-definido pelo entrevistador, dessa forma o corpo social analisado ganha voz, ainda que se faça ecoar de acordo com as diretrizes do investigador.

A ideia da pesquisa participante não traz longos debates sobre o rigor acadêmico que é necessário em sua prática por nada, quando pretende-se neutra e objetiva, é justamente quando não o é, autores como Paulo Freire, Orlando Fals Borda e diversos outros que analisam a realidade latino americana desde a ponto vista da educação, enunciam a ciência nesse contexto como para muito além de um possível diagnóstico de confiabilidade, mas no sentido de sua contribuição para construção de uma sociedade não apenas mais instruída, mas igualmente mais justa, livre, crítica, criativa, participativa, e solidária.(Brandão, 2006 p.24) Ou seja, que as pesquisas possam ir muito além da mera coleta de dados, que elas se caracterizem como “participantes” por incluir atores sociais antes excluídos, agora como protagonistas, abrindo espaço para indivíduos conscientes de sua realidade e habilmente responsáveis por alterá-la.

“Toda ciência social de um modo ou de outro deveria servir a política emancipatória, e deveria participar da fundação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e fraternidade humana.” (Brandão, 2006 p.24).

Assim a pesquisa é “participante” porque se apresenta como uma alternativa solidária de criação do conhecimento coletivo, passa a estar inserida em processos relevantes, dedicados a uma ação social transformadora e emancipatória.

O que nos interessa para além do já explicitado, é justamente o caráter emancipatório desse método investigativo, não pretendemos aprofundar esse debate, apenas acenamos a questão, de até onde vai a imparcialidade do investigador, quando está imerso em uma realidade conturbada lidando com grupos de certa forma marginalizados, e que outros percursos lhe estariam disponíveis.

Enquanto aqui em função de uma escolha relacionada ao pouco tempo que nos é disponível na produção de uma dissertação, optamos por observar e interagir, a pesquisa participante vai além, não só indicando trajetórias capazes de solucionar alguma possível problemática, mas no trabalho em conjunto, que entende aquela comunidade como soberana de seu próprio destino.

A partir da lógica exposta acima apresentamos nossa proposta de pesquisa, ao falarmos dos guaranis de São Miguel, queremos abrir um canal para que a voz da aldeia ecoe por novos caminhos. Enquanto acadêmicos podemos observar e até mesmo apontar soluções, mas essas diretrizes somente farão sentido se ecoarem de maneira livre pelos atores centrais dessa história.

A singularidade da aldeia é no mínimo interessante, a última visita a mesma se deu em setembro de 2014, durante a semana que por coincidência haveria uma grande festa com guaranis de outros lugares, inclusive do Paraguai e da Argentina, para muito além das entrevistas, a intensidade da pesquisa se deu por estar presente em um ambiente tão informal em que foi difícil entrar em conversas mais profundas, onde os três dias de festa, que ininterruptamente se dividiam entre campeonatos de futebol, bailes com direito a jogo de luzes, e muito churrasco gaúcho em uma nítida mistura de culturas, propiciaram bem mais que o esperado.

Se é a voz desses guaranis que desejamos propagar. Que eles sejam escutados!

2.8 Nossa voz – Roguereko ayyu

Na segunda visita a aldeia, realizada em setembro de 2014, fomos recebidos pela Diretora da escola e por Lisiane uma jovem professora que se tornaria peça muito importante na jornada por São Miguel. As duas embora falassem guarani, e dessem aula aos pequenos, não eram da aldeia. As crianças me olhavam curiosas, mas corriam ao menor contato, e passada a parte das apresentações, fui convidada a participar da grande

festa que se realizaria dali a duas noites, quando informei que não seria possível, pois o albergue da cidade já estaria lotado, o convite se estendeu a casa de Lisiane.

No dia da festa cheguei antes das 7 da manhã, aproveitando a carona do senhor que levaria os mantimentos, logo minha presença foi solicitada na cozinha, e a divisão social daquele pequeno grupo foi ficando mais clara. Estamos imersos no interior do Rio Grande do Sul, a cultura gauchesca mesmo na aldeia é altamente reconhecida, as mulheres na cozinha preparando maioneses e outros pratos, enquanto os homens assavam o churrasco do lado de fora, e no meio disso um campeonato de futebol com premiação em dinheiro, que mais tarde foi completamente revertida na barraquinha de bebidas e guloseimas.

Tentei desde o primeiro contato falar com Patrícia, a professora guarani da escola, e com Ariel o atual Cacique, mas com os preparativos da celebração que estava por vir, não recebi muita atenção.

Foi Alice, a cozinheira da escola, que me entreteve enquanto buscava formas de conseguir entrevistar alguns guaranis, que na maioria ou me olhavam de longe desconfiados, ou como nos casos já citados se dedicavam a outras atividades. Descendente de europeus, com seus olhos verdes, Alice falava guarani com bastante confiança, e enquanto me dava atenção, narrava histórias do local e de sua vida pessoal, de como tudo mudou quando resolveu trabalhar ali, que a aldeia lhe trouxera de volta a vida após uma séria crise de depressão. Sua filha Emanuelle Cassandra, ou Manu como era chamada, logo se juntou a conversa na cozinha, seus 14 anos que inicialmente traziam certo afastamento típico da idade, em alguns minutos se transformaram em uma aproximação, as duas me contavam a história de cada um que passava por ali, desde os casamentos desfeitos até casos mais sérios e dignos de profunda análise, como o de um velho guarani que estuprara uma criança alguns anos antes, e que como castigo fora colocado em um tronco sem comida e água até que conseguiu fugir, a “polícia dos brancos” não foi acionada, porque acabaria por prender o cacique pela atitude de castigá-lo. Pela primeira vez ele voltara a aldeia, para participar da festa. Ela contava também da dificuldade que as famílias passavam por terem que vender seus artesanatos na cidade, que o transporte para lá era difícil, e a casa onde ficavam não tinha energia elétrica, mas que o maior dos problemas era o afastamento daquelas pessoas da aldeia, que em geral, senhoras já com alguma idade, eram as que ficavam responsáveis pela venda, e como não falavam português, sentiam-se isoladas.

Foi apenas no último dia de festa que consegui conversar com Patrícia e Dona Elza, sua mãe. Cheguei na aldeia por volta das 4 da tarde e a pequena discoteca improvisada ainda estava funcionando, os poucos que resistiam já estavam sentados, sem maiores agitações, e foi lá que encontrei as duas, que me levaram até a casa onde moravam.

A senhora está aqui na aldeia desde o começo? Sim

Trabalha vendendo artesanato nas ruínas de São Miguel correto? Como é estar lá?
(Patrícia Traduz)

Vou lá para vender artesanato, por isso fico lá

As pessoas que trabalham lá recebem vocês bem?

Sim

O que representa o lugar das ruínas?

(Patrícia traduz)

(Elza responde em guarani e patrícia traduz ao português)

Ela disse que sente uma tristeza, mas ela tem que ir porque precisa vender artesanato.

E porque a senhora sente tristeza indo lá?

Porque lá é cidade, onde tem pessoas que falam uma língua diferente, ela se sente mais a vontade aqui na aldeia, ela prefere ficar mais aqui na aldeia do que lá...

Sobre a Historia dos guaranis que é contada lá, é também a sua História?

Sim...

(Silêncio)

Elas conversam em guarani

Patrícia: Ela diz que sim

Sobre o show que acontece nas ruínas todas as noites, a senhora já assistiu?

Sim...

E o que achou?

É triste...Porque morreu tudo nesse lugar... Nossos parentes guaranis E

como é para senhora vender o artesanato no chão atrás do museu?

Elas conversam em guarani

Patrícia: Ela disse que é o único espaço, que esse é o único espaço que tem, então...

Patrícia: Posso falar uma coisa ?

Sobre as perguntas que você fez para ela, muitas vezes os próprios guaranis que não falam português, não sabem como as pessoas tratam, tanto dos turistas, como dos que trabalham ali... A gente já trabalhou um pouquinho sobre isso, quando a gente fez o filme, (Duas aldeias) como é que as pessoas tratam, quais as perguntas que os turistas fazem, tipo vocês são da onde? Vocês vieram do Paraguai? Vocês são índios? Eles fazem perguntas que são óbvias... Nós somos guaranis e estamos ai, então muitas vezes as pessoas chegam com todo o seu preconceito, e não percebem, não sentem... Sei lá, ou então ignoram...

E outra coisa é, a gente aprendeu muito quando fez os documentários, que existem outros guaranis brasileiros que pensam de diferentes maneiras sobre as ruínas. Depois dessa experiência, eu fiquei pensando o que é ruína para mim, como jovem, muitas vezes a gente não sabe o que significa ruína para gente, eu por exemplo não sei o que é, mas depois que a gente fez esse filme... Por exemplo muita gente que vem estudar o lugar, pergunta se essas ruínas eram sagradas, se foram feitas pelos guaranis, ou o que é aquilo para os guaranis...

Tem pessoas que falam que aquilo é uma casa de pedra sagrada para gente, e tem outros que falam que aquela era uma casa de pedra construída pelos guaranis, com a ajuda dos jesuítas e que aquilo foi feito com os guaranis que foram escravizados e tal...

Então tem isso, se é sagrada ou não.

E você o que acha?

Antes de trabalhar com essa questão eu não sabia o que dizer, queria descobrir o que era...

Muitas pessoas falavam, é sagrado, não é. Pra gente uma coisa sagrada a gente não vê. Por exemplo falam muito de terra sem males né? Que é onde as pessoas alcançam... Essa seria uma coisa sagrada... Por exemplo a gente tem Deuses, então as pessoas que

alcançaram a terra sem males a gente chama de Semideuses, então onde esses semideuses moram é sagrado ...

Não é um lugar para se visitar então?

Não! Porque não é qualquer pessoa que pode ver. Por mais que eu queira ver essa terra sem males eu não vou ver, agora se eu estou meditando muito, se os semideuses acham que eu estou pronta para ver eles vão me mostrar...

Alguns mais velhos falam que aquele não é um lugar... Mas um lugar sagrado, eu não sei te explicar ...

Na História tem famílias que ficaram naquela redução né? E outras que fugiam pro mato, e eu acredito que essas que fugiam não tem muita coisa para falar sobre as ruínas, e as pessoas que ficaram ali vão geralmente conhecer um pouco mais a história. Por exemplo a minha mãe estava falando “que desde pequena meu pai e a minha mãe não falam disso, então eu não sei o que falar das ruínas”.

Onde dá para perceber isso também é que cada aldeia tem o seu grupo de coral, que se apresentam na cidade , em algum evento, então dependendo de quem é o professor ou os próprios guaranis, a gente percebe que usam colar... Isso também dá para perceber que são descendentes daqueles que estavam dentro do sítio.

E para você aquele lugar é sagrado?

Sim, porque eu acredito que... Sabe que eu tenho, não uma duvida, mas eu não sei se eu chamo isso de sagrado, mas eu sempre falo que é um lugar importante para os guaranis, foi e sempre vai ser porque é um lugar de referencia, ali o guarani lembra da História, então de certa forma é um lugar importante sim.

E um lugar da memória dos guaranis então?

Sim

Mas vocês só tem o espaço ali atrás do museu certo?

Isso a gente vem conversando com as pessoas que trabalham ali como é que a gente pode melhorar, por que para conseguir isso já foi muito difícil, isso já foi uma pequena conquista na verdade, então agora a gente está querendo melhorar, fazer outros pontos de venda de artesanato, mais dignos... a gente precisa disso, porque a nossa renda é do artesanato e da agricultura.

Você acha que no espaço a figura dos guaranis é incluída?

Não muito, porque por exemplo os próprios guias que trabalham ali, contam a história que teve guerra, essas coisas, mas nunca falam que os que estão ali são os guaranis descendentes daqueles povos que foram mortos, nunca falam. Os Guaranis para eles foram importantes na História, não agora. Eu não vejo nada de escrita em guarani, não sei se um dia vai ter...

Você já assistiu o som e luz? Não

Já convidaram vocês para assistir?

Não

Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Não... Acho que muitas vezes eles contam a história dos jesuítas, e nunca tem um livro que fala dos guaranis mesmo, falam um poucos dos guaranis, mas nunca a visão dos guaranis, só dos jesuítas. A gente com os vídeos que fez queria mostrar isso.

Ano passado a gente participou de um seminário, pela secretaria de turismo, um debate sobre o que precisa melhorar no sítio, essas coisas. O que a gente percebeu é que as pessoas de São Miguel são muito fechadas, muitos não conhecem a aldeia, não sabem, não conhecem, aí a gente discutiu um pouco, que para entender precisa fazer atividade cultural, e eles disseram também, “os guaranis que não são abertos, são fechados, não se comunicam”. E teve também outra história, que aqui dentro da aldeia quando falta alguma coisa a gente dá, ou alguém vem pedir, farinha ou açúcar, quando falta você vai e pede. E aí teve um dia, que as crianças, porque as crianças é que aprendem mais essas coisas, a mãe vai e fala, vai pedir para sua tia, então quando eles saiam da aldeia eles continuavam fazendo isso, então vieram e reclamaram :Ah que vocês estão mendigando e isso não pode!”, e gente tentou explicar para eles, que isso não era assim, que é da cultura, já que quando a gente precisa aqui pede, acaba achando que pode na cidade, e aí chamam o cacique para falar que isso não pode acontecer. Então eu acho que ainda tem muito preconceito na cidade, depois que a gente trabalhou com os filmes diminuiu, mas ainda tem muito, a gente passou lá na escola da cidade. Antigamente você entrava numa loja, ninguém te olhava, ninguém te atendia, as pessoas contam isso, mas agora isso está mudando um pouco. (Setembro de 2014)

2.9 Patrimônio em ruínas

O patrimônio material segue o ideal proposto por um grupo normalmente em posição de poder, dessa forma exclui conscientemente ou não, divergências ou pontos que fujam do arquétipo almejado. Maria Cecília Londres em seu artigo para além da pedra e do cal, (2003) apresenta o exemplo da materialidade presente hoje na praça XV do Rio de Janeiro, e como o patrimônio que ali se encontra, deixa de lado referências a presença negra no Brasil colônia, em contraponto destaca o olhar distante dos viajantes que movidos pelo interesse ao desconhecido, acabam por documentar a realidade dos “esquecidos” da ordem social, um bom exemplo seriam as obras de Debret. Destacamos ainda uma observação simples a respeito, basta um olhar mais cuidadoso das obras expostas no Museu Imperial e a teoria levantada pela autora ganha ainda mais força, as poucas peças produzidas no século XIX no intuito de figurar como arte, em que o negro é evidencializado, é produto de artistas estrangeiros. Ao que parece a identidade nacional foi e segue sendo não uma questão de constatação de nossa realidade, mas uma grande construção sobre o que determinados núcleos gostariam de ser.

Uma das principais críticas de Londres a esse modelo de patrimonialização que durou mais de sessenta anos, se basearmos o cálculo do início do SPHAN,(1937), até o decreto 3.551/2000 que instaura o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”, é a produção de um retrato de nação que acaba por identificar-se com a cultura trazida pelos colonizadores, vide o caso da cidade de Belém, que com o centro histórico tombado pela arquitetura tipicamente portuguesa, deixa de lado a forte presença indígena tão marcada nos produtos e em especial na forma de usá-los, transmitida pelos vendedores no mercado Ver-o-peso.

Ao buscarmos registros sobre a forma de gestão do espaço de São Miguel, cabe destacar a divisão entre o IBRAM, que administra o museu das missões, e o IPHAN, responsável pelo patrimônio, ou seja pela regência do lugar como um todo. A sede regional do IBRAM fica dentro do espaço das ruínas, em uma antiga casa que foi reformada para esse uso, já a do outro órgão está localizado a algumas quadras.

É importante ainda ressaltar que existem alguns importantes projetos baseados na ideia do patrimônio imaterial em processo, de acordo com Beatriz Freire (IPHAN RS)

"O trabalho que estamos fazendo tem por principal objetivo o reconhecimento do protagonismo indígena (sobretudo Guarani), tanto durante o período de vigência das

88

chamadas Missões Jesuíticas dos Guarani, quanto no tempo presente. (...) Um passo importante nessa direção será o reconhecimento dos sentidos atribuídos pelos Guarani contemporâneos aos remanescentes do sítio de São Miguel Arcanjo, que eles chamam de Tava." (Entrevista feita em Setembro 2014)

Há ainda outros planos para os próximos anos, como a construção de uma casa com maiores estruturas que a atual, para que os Mbya fiquem na cidade no tempo em que precisam vender o artesanato, ou mesmo um loja a ser administrada por eles, contudo nos é inerente uma observação da realidade presente, e nesse contexto vimos um grupo que migra entre o limbo de estar em um de seus mais poderosos lugares de memória, se fazendo notar em um sopro em que a as memórias subterrâneas a que Pollack se referia, brotam não da terra nesse caso, mas de cada parede e árvore centenária que ali se encontra, e um não lugar, onde o processo de afirmação do museu, e de todo o local, abarca ainda um discurso voltado aos tempos do SPHAN onde o concreto era o único valor a se acentuar na ideia do patrimônio.

Ao buscarmos que profissionais eram responsáveis pela manutenção do sítio dentro do IPHAN, nos deparamos com uma situação nem um pouco peculiar, mas indispensável para nossa análise, entre arquitetos, arqueólogos, e outros peritos voltados para conservação da parte física, não havia um antropólogo, historiador ou sociólogo na cidade, pelo que nos foi relatado esses especialistas ficam alocados na sede central, em Porto Alegre. Longe de tal situação figurar como um absurdo, ela apenas demonstra um pensamento ainda bastante comum dentro da lógica de patrimonialização no Brasil, de que um espaço, mesmo que figure como patrimônio da humanidade, tem seu valor medido pela estrutura concreta, muito mais do que por qualquer análise social. Que a memória e a história são construídas, não nos resta dúvida, mas que importância esse trabalho recebe dos órgãos responsáveis? Que patrimônio é esse afinal? O que se deseja extrair desse processo? Nas palavras de Londres:

“Falar em políticas significa ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis.” (2003, p. 77)

2.10 Longe de uma conclusão

O olhar antropológico é sempre a leitura do outro. Em uma banca de Doutorado realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em novembro de 2014, o professor Bartomé Meliá inicia sua fala com uma experiência pessoal, ele narra o episódio em que ao entrar na mata com um grupo de Guaranis, se coloca a frente durante toda a caminhada, e somente no final descobre terem seguido para o caminho errado, quando questiona o motivo de não ter sido alertado do que estava ocorrendo, a resposta veio em bom tom: “ porque você ia na frente!” a frase apesar de simples nos diz muito sobre o trabalho do antropólogo, que nos lembra o professor: “deve ser sempre o de escutar o outro” . A etnografia é a análise de um grupo, de costumes, tradições, mas o observador participante, não pode se colocar enquanto passivo no processo, para ouvir respostas, antes é preciso perguntar.

A situação dos Guaranis Mbya em São Miguel é complexa, e diferentes olhares são direcionados ao contexto existe ali, destacamos um deles:

A crítica que deve ser feita ao turismo “cultural” desenvolvido em São Miguel das Missões está relacionada ao fato de não se poder mais admitir que os Guaranis se coloquem na posição de esmoleiros e peçam ainda hoje um troquinho aos visitantes de um local que é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade graças a seus antepassados, assim como não se pode admitir que os Guaranis dançam e cantem em seus espetáculos em troca de remunerações praticamente simbólicas, mas não possam se sentar à mesa para comer com “os brancos”, o que seria uma atividade de respeito à diversidade cultural e um veículo capaz de promover a cidadania. (MARCON, 2007, p. 351)

A perspectiva apresentada pela professora de turismo Elza Marcon, que dentro de sua análise caracteriza os guaranis como “esmoleiros”, se desencontra com as palavras expostas por Patricia, anteriormente, em que ela lembra do choque cultural dos Myba ao sair da aldeia e tentarem reproduzir práticas absolutamente comuns entre eles, como a de pedir qualquer alimento ou objeto que fosse necessário. Se na aldeia essa lógica comunitária funciona, o preconceito para com os guaranis apenas intensifica a reação da população da cidade, com queixas sobre uma conduta não aceitável dentro dos padrões daquela sociedade. Cabe recordar também a fala do professor entrevistado por Ariel no filme Duas aldeias, “Índios sujos” afirmava sem a menor intenção de ofendê-los mas com uma certeza desconcertante. Julgamentos tão frios e desconectados da simples ação de

perguntar antes de construir panoramas incisivos, infelizmente são mais comuns do que deveriam, e lugares como o sítio arqueológico de São Miguel das Missões podem servir como intensa ferramenta contra todos esses conceitos pré-definidos. Se a voz dos guaranis for realmente incluída nas construções tanto museológicas do museu das missões, como em toda lógica patrimonial do sítio, é possível criar um mecanismo em que ao mesmo tempo os Mbya se sintam não só representados, mas integrados. Ser índio no Brasil hoje é muito mais do que pertencer a uma minoria, é ser excluído da terra, e do debate sobre ela, já as políticas públicas são quase em absoluto feitas pelas e para as classes dominantes. Não buscamos um discurso fatalista, que divida o mundo em meros opressores e oprimidos, mas são necessários sim, trabalhos sociais para que grupos excluídos por séculos, como é o caso dos Guaranis, ganhem direito a ressonância de seu discurso. Falar de lugares traumáticos vai muito além de apontar determinado fato histórico, é lembrar o que ali aconteceu não

só para que não se repita, mas para que refletindo com senso crítico, Histórias como essa, lugares como esse, sirvam para que possamos olhar o mundo para muito além de um espelho, que possamos ver o que há além de nós mesmos, que possamos nos reconhecer nas diferenças.

Capítulo III

Desmistificando o trauma: O trabalho de memória do Archivo provincial de la memoria de Córdoba

3.1 Entrando no museu

No capítulo anterior trouxemos o conceito de Beatriz Sarlo sobre os encontros abruptos que podem ocorrer em uma viagem, e que por uma força não identificável acabam por se estabelecer como elos para novas conexões. Os “saltos para fora do programa”, mais que inesperados, são secretamente desejados, pois graças a eles se adquire experiências únicas, para muito além de um traçado tradicional.

O maior de todos esses saltos foi o encontro com *Archivo Provincial de la memoria de Córdoba*, em janeiro em 2011. Por azar o destino escolhido para estudar a língua espanhola, foi justamente a província em que a vida cultural decaía vertiginosamente em época de férias escolares, já que se tratava de uma cidade universitária, dessa maneira cada ruela era percorrida em busca de alguma opção, na mais estreita delas, nos arredores da catedral, estava um prédio diferente, sem muito movimento mas de certa forma convidativo, ao transitar pelos corredores era visível que não estávamos em um espaço comum, havia uma marca não identificável, mas que incomodava. Todo o lugar continha paredes quebradas, descascadas, e se podia perceber que não era por falta de manutenção, se tratava de algo mais... Ao ler as placas fomos firmando os pés no chão e entendendo onde estávamos, um antigo centro de detenção e torturas da época da ditadura, mas e aquelas crianças caminhando por ali? Algumas que pareciam não ter mais de seis ou sete anos... É aí que a nossa história começa! O que faziam crianças do pré-escolar visitando um lugar que foi símbolo da violência de um regime tão intrinsecamente atroz? Conheciam parte da História de seu país! Pesado, não? Um museu sobre a violência de uma época, recebendo estudantes tão jovens... Porém nesse dia vimos que um discurso museológico pode ser apropriado aos mais diferentes públicos, não é necessário chocar uma criança, para trabalhar um período histórico tão denso como que ali se abordava, era possível criar mecanismos, caminhos até o entendimento infantil, sem agredi-los e ao mesmo tempo sem desmerecer seu raciocínio.

Em entrevista a responsável pela parte pedagógica do *Archivo*, nos relatou que a presença infantil vai muito além do resultado de uma estruturação específica, na verdade se trata de um projeto de mão dupla. Da mesma forma que há um trabalho para alcançá-los são eles também quem a partir de seu olhar próprio, analisam a realidade por outro ponto de

vista. Foi dessa mirada diferenciada que se montou o roteiro oficial de visitação ao sítio. Segundo Vicky, que prefere ser chamada de educadora popular em uma alusão a Paulo Freire, existe uma grande mudança entre o recorrido com os alunos do primeiro ciclo e os de séries mais adiantadas, até que os universitários, que já pouco se manifestam.

Algo acontece do primário até a faculdade, os pequenos falam e perguntam tudo que pensam, os adultos não questionam além do óbvio. Eles viam a parede rachada, e queriam saber porque aquilo tão feio estava ali? O piso quebrado, e questionavam porque ninguém consertava, eles viram os detalhes que deixamos passar despercebidos, e a partir disso organizamos as visitas. O que acontece nesse período é a escola, infelizmente é nela que as pessoas aprendem a deixar de questionar. Gostaríamos de mudar essa escola, mas acho que ainda estamos muito longe.”

(Entrevista realizada em outubro de 2013)

3.2 Um breve panorama da História do país.

A História recente da Argentina é marcada por uma série de golpes políticos que instauraram regimes ditatoriais. Em variadas escalas de 1930 até 1983 a sombra do autoritarismo pairou por diferentes âmbitos sociais. Das seis interferências a democracia no século XX que ocorreram no país, destacamos as duas últimas. A de 1966 em que o general Juan Carlos Onganía comandou um golpe na intenção de prevenir o retorno do peronismo, denominado como uma "Revolução Argentina,”, nesse período a violência se alastrou inclusive a universidades, como o conhecido caso de junho de 1966 “la noche de los bastones largos”, em que estudantes da Universidades de Buenos Aires foram brutalmente reprimidos por suas manifestações, além disso se destaca em maio de 1969 o “Cordobazo”, movimento liderado por estudantes e operários que realizaram paralisações e atos públicos. Em meio a esse contexto é decretado que as forças armadas resolvam o problema, resultando em uma verdadeira batalha na cidade de Córdoba.

“Nuestras clases dominantes han procurado siempre que los trabajadores no tengan historia, no tengan doctrina, no tengan héroes ni mártires. Cada lucha debe empezar de nuevo, separada de las luchas anteriores. La experiencia colectiva se pierde, las lecciones se olvidan. La historia aparece así como propiedad

*privada cuyos dueños son los dueños de todas las cosas. Esta vez es posible que se quiebre el círculo..."*²²

Em 1973 com a convocação de eleições presidenciais, veio a vitória de Juan Domingo Perón, com sua morte assume a esposa Maria Estela Martinez de Perón, que toma posse em meio a um cenário problemático de constantes atentados e assassinatos, em 14 de março de 1976, um novo golpe, dessa vez o empossado é o general Jorge Rafael Videla, que nos dezessete anos seguintes, até 1983, dentro do contexto de quatro juntas militares que comandaram o país, totaliza mais de 30 mil civis mortos ou desaparecidos.

O Archivo Provincial se instalou no antigo prédio do *Departamento de Inteligencia de la Policía de Córdoba (D2)*, que funcionava como divisão especial de perseguição política e ideológica do que o terrorismo de Estado denominava como “subversão”, de 1974 a 1978 se instalou um centro clandestino de detenção, se estima que aproximadamente 20 mil pessoas passaram por essas dependências aparentemente ocultas, mas essa camuflagem é altamente discutível se considerarmos a localização do edifício, cravado no centro da cidade, ao lado de uma das mais antigas catedrais do país, com vista para a praça San Martin, é difícil imaginar que o ocorrido ali, tenha verdadeiramente estado despercebido, dessa forma nos emaranhamos em um enredo no qual paralelos entre o passado e o presente se configuram a todo momento. Ainda que fugindo de maiores generalizações, observamos uma sociedade que em parte enxergava sem ver, ou sem poder olhar diretamente o que ali e em outras centenas de espaços acontecia de forma deliberada. E hoje? Estamos tão distantes disso? Se a proposta de musealizar lugares símbolos da intolerância desses tempos de perseguição política, pode ser considerado uma demanda, é porque ainda temos muito o que descortinar.

3.3 Reparação e verdade

O *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*, foi estabelecido enquanto sítio de memória com a lei provincial (ou seja de caráter distrital) 9286, de março de 2006, conhecida como “Lei da memória”, a partir dela se criou também a *Comision provincial de la memoria*, com sede no mesmo espaço. Desde 1995 se realizam trabalhos mais concretos como ações judiciais e políticas públicas na busca pela recuperação de informações essenciais a ideia de reparação. Em março de 2007 o presidente Néstor

²² Extraído de “Periódico de la CGT de los Argentinos”. Colección Completa. Números 1 al 55. Mayo 1968 – Febrero 1970. www.cgtagentinos.org

Kirchner entregou a uma Comissão com integrantes de quatro diferentes organizações (Comisión Provincial de la Memoria, Archivo Nacional de la Memoria, Secretaría de Derechos Humanos de la Municipalidad de Córdoba, e a Municipalidad de Malagueño) o espaço “La Perla”, o maior centro de detenção do interior do país.

Por toda a Argentina se espalham sítios de memória, ressignificando lugares que serviram para perseguição, tortura e assassinatos, em espaços de luta pelos direitos humanos. Em Buenos Aires se destaca a Ex- ESMA (*Escuela de la Mecánica de la Armada*), zona que foi cedida a marinha pelo Estado em 1924, (que em seu contrato original serviria somente como escola de instrução militar, sendo devolvido caso essa cláusula não fosse respeitada) ²³ e que a partir de 1976, foi usado como mais um local de detenção clandestina, em 24 de março de 2004, 28 anos após o golpe, o governo nacional anuncia a criação do espaço de memória e Direitos Humanos Ex- ESMA, vale salientar que muitas ideias foram propostas para o lugar que se encontra em um bairro nobre da capital porteña, inclusive o desmoronamento de toda a estrutura para a construção de um condomínio de luxo. Em Rosario funciona o *Museo de la memoria*, que iniciou suas atividades em 1998 através de uma ordem do conselho municipal, e em 2010 se firmou em sua sede definitiva, onde funcionava a III ordem do exército.

Sobre a questão da clandestinidade desses lugares, é importante ressaltar o porque do uso desse conceito, já que boa parte dos espaços eram institucionais das forças armadas. Uma prisão ainda que em contextos de governos firmados por golpes de estado, deve ser registrada, com o motivo, e o destino do suposto delinquente, quando isso não ocorre, se caracteriza um sequestro, agravado por ações como a tortura, crime contra a humanidade de acordo com a ONU, essas prisões se tornam totalmente ilegais, e por tanto o âmbito em que estão inseridas não pode ser outro que uma área clandestina, ao menos em teoria.

3.4 *Archivo Provincial de la memoria de Córdoba*

O espaço funciona como museu, e também conforme o próprio nome diz, como um arquivo, tanto de História oral, como de documentos relacionados a época da repressão. Ele se divide em exposições itinerantes e permanentes.

²³ <http://www.espaciomemoria.ar/origenes.php>

1- Biblioteca de libros prohibidos



Figura 12 - Fotografia: Lígia Lins, 2011

A biblioteca é sem dúvida a parte mais emblemática de toda a construção museológica, sua exposição foi alterada algumas vezes de acordo com o contato do público com a mesma.

Quando se constituiu a biblioteca, muitos militantes que tiveram que esconder seus livros, em alguns casos, até enterrando-os, doaram o acervo para o *archivo*, e esses ficaram expostos para a leitura do público, contudo com o passar do tempo, alguns foram sumindo, abrindo assim uma nova questão aos gestores do espaço. Seria necessário trancar as obras de valor afetivo? A opção escolhida foi uma pequena modificação estrutural, seguiriam havendo livros espalhados pela mesa, na ideia de proporcionar liberdade de leitura, já que se tratava de uma biblioteca, contudo o que havia sido doado passou a ficar exposto atrás de proteções de vidro.

O lugar em si não é grande, se trata um espaço retangular que conecta a parte de trás até frente do sítio, com uma mesa que se estende por quase toda a locação, e revistas e livros que foram censurados durante o último regime militar disponíveis para a leitura do público. Se destacam sem dúvida, em uma clara opção da construção do discurso que ali se quer veicular, os livros infantis que foram proibidos. Temos sempre consciência de que a censura agiu em períodos ditatoriais, mas constatar que a literatura infantil também foi alvo disso, promove um choque, e intensificando esse processo, estão expostos também as fichas com as justificativas de proibição.

No decreto 3155 de 13 de outubro de 1977, a obra *Um elefante ocupa muito espaço*, de Elsa Bornemann, se determina que o conto toma uma posição que agrava, a moral, a família e o ser humano, também se considera que ela trata de contos destinados ao público infantil com uma finalidade de doutrinação e cuja finalidade seria preparalos para a tarefa de capacitação ideológica, do acionar subversivo. (Tradução nossa)

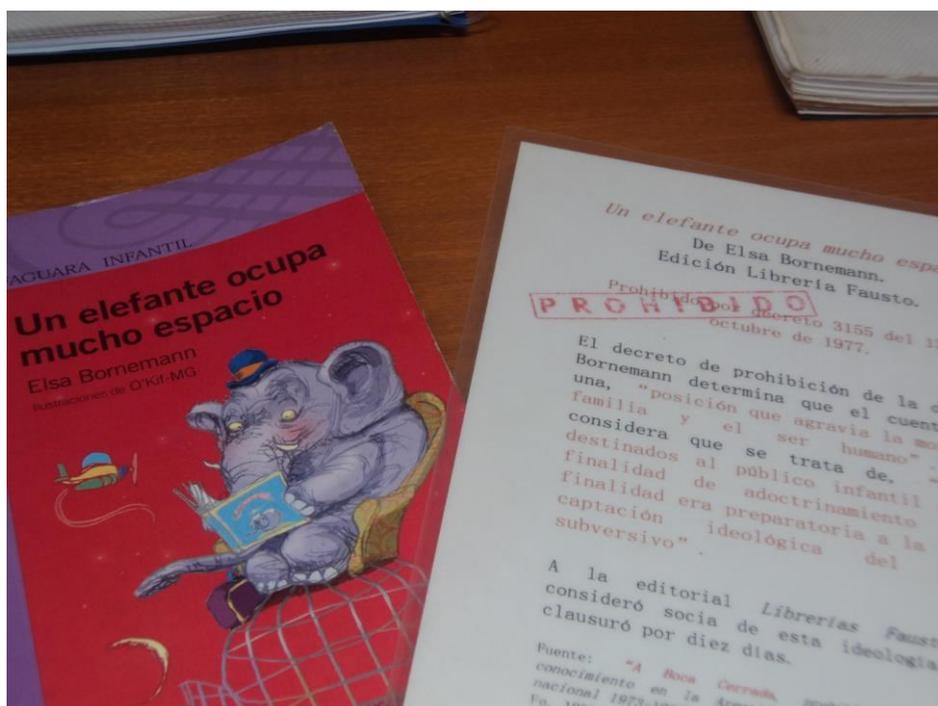


Figura 13 - Fotografia: Lígia Lins, 2011

É nessa parte do APM, em que as visitas com os grupos de menor idade ganham destaque, tanto na leitura dos contos proibidos para os pequenos, como em jogos de reflexão sobre conceitos de liberdade, direitos humanos, etc. Uma dessas brincadeiras que presenciamos foi a aproximação das histórias pessoais daquelas crianças, com ideias de censura e proibição.

"Qual o seu objeto favorito?"

Minha barbie

Está proibido brincar de barbie Porque?

Porque eu sou maior que você e disse que está. O que você vai fazer?

Brincar escondido

“E se eu levar a sua boneca embora?”

(Tradução nossa, diálogo presenciado em outubro de 2014)

Ainda sobre os contos proibidos, são produzidos diversos materiais com as questões levantadas na visita. O livreto *memórias para levar*, é um bom exemplo, nele se pede a criança que analise a própria memória, o que gosta de fazer, brinquedos favoritos, qual foi a história que mais gostou das que lhe foram narradas no museu, e trás um novo conto, ainda desconhecido, na última parte há ainda espaço para desenhos livres, e se deixa a pergunta... “Quem você traria para visitar o arquivo?”.



Figura 14 - Fotografia: Lígia Lins, 2013 2-

Vidas para ser contadas



Figura 15 - Fotografia: Lígia Lins, 2013



Figura 16- Fotografia: Lígia Lins, 2013

Essa sala apresenta as histórias dos desaparecidos na cidade de Córdoba durante o último período militar, toda constituição foi feita com o auxílio das famílias, que em

muitos casos produziram materiais escritos para exposição. A ideia é mostrar aos que visitam o espaço que os que ali foram presos, eram indivíduos como eles, jovens, com ideais, e mais do que tudo humanos, que repetiam de ano na escola, ou que tinham os boletins repleto de notas 10, se apaixonaram, casaram... Tiveram uma vida, que para alguns foi abruptamente interrompida.



Figura 17 - Fotografia: Lígia Lins, 2013

3- Sala objetos



Figura 18 - Fotografia: Lígia Lins, 2013

Ainda na proposta de humanizar os indivíduos que passaram por ali, estão expostos desde vestidos de 15 anos, até livros, e uma motocicleta que pertenceu a um jovem casal.

4- Escrache

Como o próprio nome já diz, a sala tem por objetivo fazer um escrache, uma mostra pública dos repressores que atuaram no antigo centro clandestino de detenção que ali funcionou.

5- Identidade – *Jovenes embarazadas desaparecidas de Cordoba*



Figura 19 - Fotografia: Lígia Lins, 2013

No formato de um quarto de bebê, esse espaço se propõe a lembrar de uma das mais terríveis práticas do terrorismo de Estado, o sequestro e apropriação de bebês. Muitas mulheres grávidas foram presas, e em alguns casos como no EX- ESMA, foram criados zonas exclusivas para que essas jovens fossem levadas, dessem a luz, e imediatamente perdessem contato com seus filhos, em Cordoba não foi diferente, e até hoje muitas avós, já que boa parte das mães nunca foi encontrada, seguem na busca por seus descendentes. Lá estão expostos fotos, e pequenas lembranças, dessa situação traumática.

6- Registro de Extremistas

Está em exibição aí um acervo feito pela próprio regime repressivo, fotografias de indivíduos sequestrados. E vale ressaltar o termo sequestro, porque por mais esses registros sejam feitos como os que comumente se realizam nas delegacias, não haviam provas além dos relatos orais, até que essas fotografias foram desveladas a público. Se

pede para que não se fotografe essa sala, pois muitas fotos ainda são usadas nos processos judiciais.

Além das salas relatadas, existem ainda algumas exposições itinerantes, com temáticas voltadas aos direitos humanos, duas celas que de original mantem apenas a fachada da entrada, e os dois pátios, o da frente em que está localizado o muro construído após o regime, no intuito de esconder o local, e o de trás onde se realizam atividades quando o público é maior.



Figura 20 - Vídeo institucional arquivo de la memoria de cordoba

3.5 Dos livros proibidos a consciência histórica

Como já foi destacado a biblioteca é composta por uma exposição permanente que reúne livros e revistas censurados durante a última ditadura militar argentina. Nesse tópicos buscamos entender melhor como se deu a censura aos livros infantis que o governo julgou como inapropriados a uma educação de qualidade, por conterem dentro desta perspectiva, vertentes de doutrinação ideológica. Nossa metodologia é analisar algumas dessas obras, buscando que questões doutrinarias seriam essas tão prejudiciais aos pequenos leitores, e a partir disso considerar de que forma podemos aproximar os que

não viveram diretamente as mazelas da repressão militar, a essas pulsantes memórias de luta e dor.

A Torre de cubos

De Laura Devetach, publicado pela primeira vez em 1966. A edição mais atual de 2011, começa com o seguinte agradecimento: “A todas os professores e professoras que fizeram rodar esses contos , quando não se podia, Muito obrigado!” (Tradução nossa) Na introdução ela relata a origem de algumas de suas histórias...A infância em um bairro onde se podia desenhar nas paredes, porque paredes tinham menos valor que crianças... Ou a preocupação dos papais, que ao invés de se alegrar cada vez que os filhos terminavam um caderno, já que isso era prova de que escreviam muito, apenas reclamavam, pois esses estavam cada vez mais caros...

A Torre de cubos é formado por oito pequenas histórias, a que dá título ao livro narra um dia na vida da pequena Irene, uma menina sozinha em casa que resolve montar uma torre com seus cubos amarelos e vermelhos, e bem no meio constrói uma janela para um mundo encantado, lá vivem os Caperuzos, duendes com chapéus coloridos, que vivem de defender os que precisam...

"(...)— Me defendem quando os meninos querem me bater?

— Não, porque isso não é importante, você tem força para se defender sozinha e inteligência para resolver seus problemas. Nos defendemos outras coisas.

— Defendemos os negros quando os brancos os desprezam (...) E também os brancos nos escutam. Sentadinhos em seus ombros falamos sem parar. O labirinto de suas orelhas é um tobogã para a gente, assim caímos dentro de suas cabeças. Branco , branco lhes dizemos, que o fino papel que te envolve, não te diferencie do outro homem. O pão em que você finca os dentes é igual ao dele(...)" (2007, p. 18-19, Tradução nossa)

A planta de Bartolo

Esse pequeno conto é sobre Bartolo e sua planta de cadernos. Um dia ele resolveu enterrar um caderninho, regou, e quando menos esperava sua arvorezinha cresceu...

"—Agora todas as crianças terão cadernos! (...)

—Meninada, tenho cadernos lindos para todos! Os que queiram cadernos novos, venham ver minha planta de cadernos! (...)

Porém uma pedra muito dura veio a cair no meio da felicidade de Bartolo e das demais crianças..." (p. 26-28, Tradução nossa)

O vendedor de cadernos da cidade começou a oferecer mais e mais presentes ao menino em troca de sua plantinha...Chocolates, bicicletas de ouro, duzentas árvores de natal, e nem uma cidade cheia de balas com uma lua de laranja, fizeram Bartolo mudar de ideia.... O vendedor chamou então a polícia, que prontamente atendeu o pedido de tirar aquela árvore incomoda da cidade, nessa hora se juntaram as crianças que ao assoviar e gritar aproximaram também os pássaros e coelhinhos, todos em volta do emburrado vendedor, tanto riram dele ... que ele desistiu e foi embora para um lugar tão solitário, que os ventos dormem quando não trabalham...

Proibido por ...

A torre de cubos foi proibida entre outras coisas por fantasia ilimitada, questionamentos ideológicos da sociedade, por criticar a autoridade, a propriedade privada e a vida familiar, o que poderia levar a destruição dos valores tradicionais. (BOERO, 2012)

Um elefante ocupa muito espaço

Publicado pela primeira vez em 1975, no ano seguinte entrou no quadro de honra do premio internacional “Hans Christian Anderson”, por considera-lo um exemplo de literatura com importância internacional. Em outubro de 1977, os quinze contos de *Un elefante ocupa mucho espacio* foram proibidos, voltando a público somente em 1984.

Que um elefante ocupa muito espaço todos sabemos. Mas Victor, um elefante de circo, decidiu um dia, “pensar em elefante”, isso é, ter uma ideia tão grande como seu corpo (...)

Victor explicou a seus companheiros (que mesmo sem perceber), eles eram presos ...que trabalhavam para que o dono do circo enchesse seu bolso de dinheiro...

"—Não vamos mais trabalhar no circo!... Greve geral, decretada por nosso delegado, o elefante!

— (...) Que disparate é este? Já para as jaulas! (...)

— (...) Vocês é que vão para as jaulas!... Grunhiram os orangotangos. E ali mesmo se lançaram sobre os domadores e os trancaram. Esperneando furioso, o dono do circo foi o que mais opôs resistência. Por fim, também via passar o tempo atrás das grades.(...)

— (...) Caminhem em quatro patas e depois saltem através destes aros de fogo! Mantenham o equilíbrio apoiados sobre suas cabeças!

— (...) Nos damos por vencidos! O que querem?

— Patati patatá. Ou nos enviam de volta a nossas selvas... ou... Ou o quê? Ou inauguramos o primeiro circo de homens animalizados, para diversão de todos os gatos e cachorros da vizinhança. Tenho dito. (...)

(...) Claro que o dono do circo teve que contratar dois aviões: em um viajaram os tigres, o leão, os orangotangos, a foca, o ursinho e o loro. O outro foi totalmente utilizado por Victor... porque todos sabemos que um elefante ocupa muito, muito espaço."

Proibido por ...

Ir contra a família, a moral e os bons costumes e por dedicar ao público infantil a doutrinação e a finalidade de preparação da doutrinação ideológica do acionar subversivo... (BOERO, 2012)

A linha

Publicado em 1974 por Beatriz Doumerc e Ajax Barnes, recebeu o prêmio Casa de las Américas, no ano seguinte. O que pode fazer um homem com uma linha? Passa por cima, por baixo, se enrola, vacila, duvida, se acomoda, proíbe, fere, aprisiona... Mas também, marcha contra a História, para sustentar, construir, unir... Muitos homens com uma linha, traçam uma árvore para todos, todos os frutos, um belo pássaro em liberdade, todas as mãos para defende-lo, um coração aberto a todos os homens, uma pátria grande como um sol...onde viva o homem novo! (2003)

Não demorou muito para esse homenzinho ser considerado sumariamente perigoso....

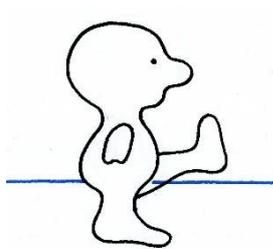


Figura 21

Mas hoje ele está de volta e em total liberdade....

Traçando paralelos

Porque tratar de um tema tão delicado como as ditaduras que assolaram a América Latina, a um público aparentemente tão frágil, como as crianças? Adorno sublinha que é na primeira infância que o caráter através da educação é formado, logo se o objetivo é evitar a repetição de formas de violência é preciso que haja um esforço especial direcionado a essa faixa etária. (ADORNO, 1995, p.119-138).

Considerando que para Assmann, “O local traumático, se vê assinalado pela impossibilidade de se narrar a história” (2011, p. 349), esse traçado entre a literatura e a realidade, é um caminho capaz de gerar muitos frutos dentro dos projetos museológicos.

Mais uma vez trazendo as palavras de Vicky:

“As crianças que tem contato com o espaço do museu, tem acesso a conceitos como, resistência, censura e direitos humanos, todos colocados em prática através de um discurso lúdico. Esse mecanismo possibilita que mais a frente, quando o tema da ditadura argentina for tratado na sala de aula na disciplina de História, esses conceitos ainda façam parte de seu cotidiano, abrindo caminho para uma análise mais crítica sobre o tema, em que a polaridade de bem e mal seja abandonada”. (Entrevista realizada em setembro de 2013)

Para que servem livros proibidos?

A função do leitor/ 2

Era o mês do centenário da morte de César Vallejo, e houve celebrações. Na Espanha, Júlio Vélez organizou conferências, seminários, edições e uma exposição que oferecia imagens do poeta, sua terra, seu tempo e sua gente.

Mas naqueles dias Júlio Vélez conheceu José Manuel Castanón; e então a homenagem inteira ficou capenga. José Manuel Castanón tinha sido capitão na guerra espanhola.

Lutando ao lado de Franco, tinha perdido a mão e ganhou algumas medalhas.

Certa noite, pouco depois da guerra, o capitão descobriu, por acaso, um livro proibido. Chegou perto, leu um verso, leu dois versos, e não pôde mais se soltar.

O capitão Castanón, herói do exército vencedor, passou a noite toda em claro, grudado no livro, lendo e relendo César Vallejo, poeta dos vencidos. E ao amanhecer daquela noite, renunciou ao exército e se negou a receber qualquer peseta do governo de Franco. Depois, foi preso; e partiu. (Galeano, 2002, P.14)

3.6 Primeiras verdades

Realizamos o total de três visitas ao *Archivo Provincial de la memoria de Córdoba*, a primeira já descrita em 2011, a segunda em 2013 por quatro dias, e a última em 2014. Na de 2013 em um dos grupos de crianças entre 8 e 10 anos, antes de adentrar ao espaço, é realizada uma dinâmica sobre as memórias individuais de cada um, e que objetos recordavam ter grande importância pessoal e o porquê. De acordo com a equipe educacional, depois dessa dinâmica os visitantes passam a enxergar aquelas peças com uma espécie de sacralidade, como se representassem suas próprias vidas, dessa forma não é necessário dizer as crianças para não brincarem com o que está exposto, pois já entenderam o significado daquele lugar. Durante outra visita, essa com alunas de pedagogia, a maioria não passando dos 19 anos, Virginia (Vicky) que realizava o recorrido, sentou com todas em roda, e leu parte de um dos livros produzidos artesanalmente pelas famílias dos desaparecidos, para que suas histórias pessoais pudessem ser ali narradas, em determinado momento ela foca em uma página do caderno de caligrafia de uma moça que desaparecera ali aos 20 anos, enquanto cursava a faculdade de literatura. A página destacada tinha a seguinte frase repetida várias vezes “*La tierra es de quien trabaja*”, e informando que a jovem frequentou um colégio católico, ela

questiona as visitantes sobre o porque de uma frase tão forte em um contexto católico, uma das estudantes lembra a teologia da libertação e partir dessa colocação começa um debate sobre o papel da igreja durante o período militar, em especial naquele centro, pois ele se localiza ao lado da catedral de Córdoba, e da torre se podia ver todo o espaço do pátio.



Figura 23 - Fotografia: Lúgia Lins, 2014.

Vista da torre da catedral desde o D2.

Há também a produção de material literário, como os já citados “*memórias para llevar*”, voltados aos alunos, e para os docentes os três livretos “*Chupinas de Colección*”, que visam um aporte de dinâmicas das mais diversas, e trabalham questões ligadas aos direitos humanos e a história da ditadura no espaço formal da sala de aula. Cabe destacar a história desse último material. Como em qualquer museu existe um livro de visitantes, e um dia havia um comentário de um grupo de jovens que por terem “matado aula”, ao passarem em frente ao D2, ficaram curiosos e resolveram entrar, disseram que naquele espaço aprenderam muito mais que em qualquer dia de aula. Surgiu daí a ideia dos “*chupinas*” que traduzindo seria uma expressão para o que os garotos fizeram, fugindo do colégio.

Enfim há um processo de humanização do museu e de suas exposições, para que ao fim da visita as crianças e adolescentes questionem se o que ocorreu ali é mesmo tão distante deles. Possibilitando a reflexão de que cabe a cada um dos que tiveram acesso a essa experiência, a luta para que essa história nunca mais se repita.

Na visita de 2014 frequentamos o sítio por duas semanas, na qual além das atividades cotidianas do espaço, estivemos presentes no maior evento com foco no público escolar realizado pela equipe pedagógica do museu, a *Ronda de la memoria*, que ocorreu nos dias 2 e 3 de outubro. Durante todo o ano, as escolas preparam diversas atividades culturais, entre sarais de poesia, apresentações de dança, ou a confecção de revistas e até livros, tudo relacionado a temática dos direitos humanos, e as apresentam no museu. Algumas escolas levam seus alunos antes para que conheçam previamente o lugar, outras trabalham com a temática dos livros proibidos e lá expõe os resultados, são desde crianças com 4 anos até adolescentes.

Pedimos a 26 jovens entre 15 e 17 anos que preenchessem um questionário e que se identificassem pelo nome e idade.

1-O que é o *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*?

2-Como foi a visita para você?

3-O que se destacaria no recorrido?

4-Indicaria que outras pessoas conhecessem o local? Porque?

E para crianças entre 4 a 9 anos, solicitamos que desenhassem de forma livre, qual era seu conto proibido favorito, e para as que sabiam escrever perguntávamos o porquê.

As respostas ao questionário foram bastante ecléticas, se destacaram algumas ideias como “verdades”, “vilões x inocentes”, dicotomias que se não forem muito bem articuladas, acabam por diluir o sentido do trabalho de memória. Mais do que refletir ideais de justiça, esse tipo de lugar carrega a missão de fazer pensar, em especial com visitas escolares é impossível que isso aconteça sem um esforço conjunto. Ainda nas palavras de Vicky:

“É muito interessante quando chega um aluno aqui dizendo que seus pais, ou alguém ou ele mesmo acha que os militares estavam certos, ou que naquele tempo era melhor. O problema é que o professor normalmente briga com ele. Não, nós queremos que eles digam o que pensam, pois só assim se constroem ideias. Esse questionador é muito melhor que o garoto que não fala nada, com esse que discorda, nós podemos construir um debate, e isso é muito rico.” (entrevista realizada em outubro de 2014)

Aylen 15 anos:

- 1- O registro do que se tem guardado sobre o que passou na época da ditadura.
- 2- A visita me pareceu muito interessante, pudemos observar parte do que aconteceu naquela época. A injustiça que as pessoas inocentes passaram.
- 3- Destaco as celas, a sensação de entrar nelas, e se esse feio sentimento dos que tiveram que estar em um lugar preso e longe de suas famílias.
- 4- Sim indicaria que outras pessoas venham conhecer, para que reflitam sobre a importância de se ter DEMOCRACIA.

Narela 16 anos:

- 1- O registro de todos os desaparecidos e mortos da última ditadura militar.
- 2- Uma mostra de verdade que foi ocultada.
- 3- Que foram mostrados outros pontos de vistas sobre a ditadura.
- 4- Sim porque penso que todos deveriam conhecer essa parte da História.

Pereyra 17 anos

- 1- Registros dos desaparecidos.
- 2- Aprender e viver o vivido.
- 3- O quarto de fotografias.
- 4- Sim, pois gostaria que todos tivessem o outro lado da verdade para pensarem sobre ele.

Guadalupe

- 1- É um lugar onde se encontra a documentação sobre o que foi nosso passado na ditadura.
- 2- A visita foi um momento para refletir e se dar conta sobre o passado que temos, conhecer com profundidade nossa História. Algo estranho passou comigo, senti fúria e solidão ao entrar aqui. Me coloquei no lugar de todos os presos e torturados.
- 3- Destacaria as marcas que ficaram e não se apagaram.
- 4- Sim, logo que entrei pensei em fazer isso. Porque algo assim te faz pensar e voltar ao passado, é algo reflexivo, gostaria que outras pessoas também pudessem sentir isso.

Muito embora essa oposição entre bem e mal seja problemática, algo esteve presente em todos os relatos, a necessidade de se pensar sobre o que ali aconteceu, e a capacidade do APM de proporcionar essa experiência aos seus visitantes. É muito complicado afirmar que trabalhamos com verdades, mas se temos a nosso favor a intenção maior de proporcionar reflexão, possibilitamos o debate, e é dele que nascem os frutos de uma sociedade melhor.

3.7 Fazendo arte com a memória

Se havia um grupo que merecia destaque nesse trabalho, eram os pequenos, afinal foram eles que inspiraram o início dessa pesquisa, por mais clichê que seja, a verdade é que toda a luta por direitos humanos, reparações pelas violações de Estados repressores não faz nenhum sentido se não voltarmos os olhos atentos as novas gerações. Dessa forma nos dois dias da “Ronda por la memória” pedi aos pequeninos que se expressassem pela arte, que desenhassem o conto proibido que os chamasse mais atenção, e se já fossem grandinhos ao ponto de saber escrever, que justicassem a escolha.

Estive também em outras atividades como apresentações de dança, e as brincadeiras que Vicky organizava, além das mais variadas histórias a que eles escutavam fascinados, a que chamou mais atenção das meninas, foi a da “princesa estúpida”, que vivia procurando um príncipe encantado, e só se vestia de rosa para estar bem feminina quando o encontrasse, certo dia ao ver um sapo não pensou duas vezes e o beijou... A princesa tinha virado uma perereca e as crianças gargalhavam alto. Com ações lúdicas como essas a equipe ia encaminhando questionamentos sobre o meio ambiente, sobre o que a sociedade nos impõe como correto e sobre quem queremos ser, que identidade escolhemos assumir...



Imagem 24 - Anto 8 anos



Imagem 25 - Pareceu divertido. Mia 8 anos



Imagem 26 - Gostei porque tem uma parte em que os cubos caem. Eugenia



Imagem 27 - Gostei porque fala de liberdade. Giuliana 8 anos



Imagem 28 - A Planta de Bartolo, porque fala de liberdade. Morena, 7 anos



Imagem 29 - Porque fala de liberdade.



Imagem 30 - A Planta de Bartolo, porque ele distribui (livros) a todos os meninos e meninas. (Irene 8 anos)

3.8 Um encontro inesperado

Já no penúltimo dia do trabalho de campo em Córdoba, caminhava apenas observando o público, porém um garotinho correndo entusiasmado acabou por chamar minha atenção, Joaquim de 8 anos olhava todas as salas quase ao mesmo tempo, enquanto a mãe caminhava a passos lentos devido a um desnível em sua coluna que a fazia mancar, ele parecia ignorar as chamadas da mãe e quando fui perguntar se poderia conversar com ele, foi a mãe quem me contou sua história, que muito tinha haver com aqueles tempos de terrorismo de Estado.

"Quando eu era criança não se podia sair a qualquer hora de noite, uma noite passei mal, chorava muito, mas não se podia sair, então minha mãe que tinha 16 anos teve que esperar até o outro dia para me levar ao hospital. Chegando lá o meu histórico não apareceu, e o médico que me atendia, que era meu pediatra não estava, minha mãe teve que esperar

mais um dia e o medico de novo não estava lá, ele havia desaparecido e todo o meu histórico clinico também, quando minha mãe reclamou disseram que as coisas eram assim, e que ou ela se casava ou voltava com a minha avó, com a demora no atendimento fui piorando, acabei pegando uma infecção que atingiu minha coluna, o problema que eu tenho vem daí." (entrevista realizada em outubro de 2014)

A mãe de Joaquim que em nenhum momento falou seu nome, foi me contando sobre a curiosidade que sempre teve em entrar ali, mas que nunca havia tido coragem, quando seu filho disse que queria saber o que acontecia naquele lugar, achou por bem que era hora de conhecê-lo.

"Sei que a minha história tem haver com isso aqui, mas não ligo, só quero que meu filho possa ter liberdade, e que não precise pedir autorização para sair na rua."

Foi com essa frase que ela terminou a inesperada entrevista. Joaquim me perguntava a todo momento se muita gente havia morrido ali, se era um lugar de filme de terror, se podia pegar os livros, eram tantas perguntas que a mãe quase em desespero querendo conversar comigo, disse que ele podia correr por onde quisesse... E assim seguiu Joaquim explorando tudo ao redor, com a liberdade que lhe cabia naquele momento, nem ao menos imaginando que a história que rondava aquele lugar em muito se conectava com a de sua família.

3.9 Confirmando hipóteses

Seria injusto finalizar esse capítulo sem enaltecer a hipótese que nos fez caminhar durante mais de dois anos de investigação. É possível musealizar um trauma sem gerar um novo trauma nesse processo? Não que outros meios de musealização sejam menos eficazes, mas nesse trabalho defendemos a ideia de que lugares em que o espectro da violência se registrou de forma tão intensa, se desejam acessar o público mais jovem, devem buscar mecanismos que os aproximem das histórias ali narradas, humanizando o contexto a ser exposto. O *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*, não apenas confirmou nossa hipótese, como mostrou o caminho que leva a ela. Em verdade, esse espaço tinha tudo para se converter em uma macabra experiência, celas, escadas de pedra, muros quebrados, paredes rachadas, mas mesmo mantendo boa parte de sua estrutura original, caminhar por aqueles corredores surpreende não só pelo número de questões que acaba suscitando, mas pelo variado público, em especial as crianças, que se deliciam com histórias cheias de indagações, ou com a constatação de que a foto na parede é de alguém que ali desaparecera décadas antes, mas que podia ter frequentado a mesma escola que ele, e apresentado tantos problemas para conseguir um boletim azul em matemática como a maioria de seus colegas. O APM coloca luz na vida dos centenas de desaparecidos, e não ilumina só para os que já buscam ver, de forma perspicaz a mistura entre museu e arquivo chama atenção dos mais variados pedestres que por ventura venham a cruzar pela *pasaje Santa Catalina*.

O seu grande diferencial é justamente a inclusão das narrativas dos que por ali estiveram, e de seus familiares. Cabe destacar que a própria equipe que trabalha tanto no

museu, como na parte de documentação, é em boa parte formada por pessoas que tiveram de alguma forma sua trajetória ligada ao terrorismo de estado, assim a maior conclusão que podemos apontar nesse capítulo é que para que um lugar traumático tenha sucesso em dialogar com as mais diferentes gerações, antes ele precisa se conectar com as vidas que por ali se chocaram, somente dando voz aos que fizeram e seguem fazendo parte daquela história é que podemos reparar qualquer tipo de injustiça e violência dos regimes ditatoriais que assolaram a América Latina, esse é apenas um caso, esperamos que eles se multipliquem, e colaborem não por um mundo melhor, mas por pessoas dispostas a melhorá-lo.

Conclusão

Iniciamos a presente análise trazendo os tão recorrentes quadros sociais da memória de Halbwachs (2004), e a eles nós remetemos nesse último momento. Essas estruturas sólidas que fixam os grupos responsáveis por nos fazerem lembrar, são também fluídas, convergindo informações que ao final se encontram, nos dando a sensação de que lembramos por um ato individual, encaixando nossas percepções. Vale salientar que essa lembrança dissociada do coletivo seria quase um ato quimérico, dessa forma Halbwachs reforça a importância do social em nossa formação singular, e é por ele que nessa investigação almejamos apresentar soluções para situações-limite que chegamos justamente como sociedade.

Se lembramos coletivamente, também podemos sanar algumas de nossas feridas mais latentes por ações que visam sua difusão no pensamento de diversos grupos, não esquecendo que as disputas pela memória, que cada vez se tornam mais claras, não podem ser ignoradas, assim o conceito das memórias subterrâneas (Pollack, 1989), que vem à tona através de embates, surge como importante revisitação ao trabalho de Halbwachs .

Quando apresentamos a associação entre o afetivo e a resistência, trouxemos um lugar de memória (Nora, 1989) dos mais potentes para ratificar a teoria que esses dois elementos não só poderiam ser trabalhados em conjunto, como se completariam na luta pela memória como ação de Direitos Humanos. E assim foi; Fátima, Vera, Ana e Cecília em suas narrativas; suas catarses, puderam nos aproximar de questões tão delicadas e relevantes, ao mesmo tempo que abriram espaço para que enxergássemos durante a pesquisa novos usos para essas e tantas outras histórias, sejam em museus, acervos, espaços para lembrar pelo afetivo, mas para também gerar vontade de ação. Um embrião talvez, de uma longa e árdua caminhada a uma lembrança saudável e acima de tudo questionadora.

Não falamos de continuidades do período militar, dos ressentimentos clandestinos que podem perdurar por gerações, ou da experiência de alguns traumas que quanto mais distantes em tempo, mais fazem sentido no âmbito social, meramente em uma análise quantitativa de eventos trágicos. Buscamos dados, conceitos e autores que nos ajudassem a responder nossa questão central: Seria possível musealizar um trauma, sem gerar um novo trauma nesse processo? O lugar do museu apareceu então como caminho de se recuperar uma memória histórica pela construção coletiva de uma memória política,

sendo projetada nesse espaço, no intuito de conscientizar e trazer luz a assuntos tão emaranhados.

No segundo capítulo propusemos inverter a ideia inicial de buscar caminhos por uma memorização criativa de situações traumáticas, e olhar para um espaço em que a musealização já havia acontecido, aonde novos e antigos traumas se encontravam, modelando outros cenários. O sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo que representa as ruínas mais bem preservadas em território nacional relacionadas a História Jesuítica-Guarani e o Museu das missões construído em 1940 para reunir o legado missioneiro deixado na região, localizados a 480 km de Porto Alegre, foram para nós a clara confirmação de que se excluímos a voz dos grupos silenciados pela violência, novos traumas são passíveis de se manifestar, e através do olhar de observador participante, pelas entrevistas, e da análise do filme *Mokoi Tekoá Petei Jeguatá - Duas aldeias: Uma caminhada*, produzido por guaranis da própria aldeia Koenju, fomos nos integrando e questionando o espaço da História Guarani, por uma lógica patrimonial em que para além de ruínas, obras de arte resguardadas em salas envidraçadas, e novas e velhas construções, existe uma embaraçosa invisibilização da figura indígena contemporânea.

Justificar a literal mudança de rumo que a dissertação acabou por tomar foi um desafio por vezes embaraçoso, na busca por contextos reais que pudessem nos ajudar com as questões aqui levantadas, a inserção da figura indígena em um trabalho que inicialmente se propôs a interrogar panoramas mal resolvidos das ditaduras brasileira e argentina parecia um desalinho acadêmico, porém da experiência de enxergar os Guaranis tendo como o chão de detrás do museu seu único espaço, até a nossa entrada na aldeia muita coisa aconteceu, e as interrogações palpitavam pelos mesmos caminhos das indagações sobre as ditaduras. Os Guaranis tinham que provar que eram Guaranis, uma luta pelo direito a memória era traçada naquela zona, e nós resolvemos participar.

Quando Maria Cecília Londres (2003) critica o modelo de patrimônio ainda amplamente difundido, em que o retrato da nação é o reflexo do colonizador, muita coisa está em jogo. Uma História do Brasil escrita e embasada por fontes que não escutam a voz dos indígenas, dos negros, das comunidades segregadas, o “pedra e cal” ainda é o valorizado, e nos questionamos que lugares de memórias são esses que se inserem no pensamento coletivo.

Tanto na análise do filme como nas entrevistas, a marginalização dos Guaranis ficou evidente, embora tanto a prefeitura como os órgãos ligados ao patrimônio nacional tenham sinalizado intenções de algum tipo de inclusão futura dos Mbya, a realidade que nos deparamos foi mais do que problemática, não só pela falta de estrutura a que estão submetidos, mas por não terem suas vozes e mesmo suas existências lembradas no sítio. Se os turistas perguntam sobre a veracidade das penas utilizadas nos artesanatos, a sociedade ao redor parece ainda esperar o registro de que aqueles são índios de verdade, e enquanto nosso preconceito vai se dissimulando em uma História missioneira, que ignora qualquer historiografia que se baseie em fontes de um outro ponto de vista, seguimos musealizando, patrimonializando e esquecendo que o mundo vai muito além do nosso próprio reflexo, e que relativizar é um exercício de tolerância .

No capítulo final o alvo de nossa investigação foi o *Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba*, onde oficialmente estava instaurado o *Departamento de Inteligencia de la Policía de Córdoba (D2)*, mas que também continha um centro de detenção clandestino durante a última ditadura argentina. O debate acerca da clandestinidade é um ponto a se destacar, ao contrário do *La Perla*, gigantesco centro de prisões ilegais e assassinatos durante a época, que se localiza no interior de Córdoba, e que até hoje se matem em difícil acesso, o antigo *D2*, está encravado bem no centro da cidade, ao lado da catedral, onde era possível ver o pátio e por conseqüência o que ocorria ali.

Sua importância na trajetória dessa pesquisa é imensa, pois foi vendo a incongruência de crianças que se divertiam em um lugar marcado pelo terror de Estado, que as primeiras perguntas foram surgindo, e hoje ele é considerado referência no trabalho de memória acerca do período de repressão. Embora pequeno em espaço físico, sua relevância em marcas de memória, como são chamados os vestígios deixados pela época, são abundantes, desde a entrada com o muro partido ao meio, símbolo da vitória de se poder apropriar o discurso de Direitos Humanos naquela localidade, até as celas, já reformadas pela história que ali se passou após o regime, mas que trazem tantas construções simbólicas, que não deixam a desejar.

O grande destaque do APM sem dúvida se dá na construção museológica da *biblioteca de libros prohibidos*, com o seu fantástico acervo de livros infantis censurados, e as fichas justificando o motivo das proibições, o choque com textos tão absurdos, como

o “Proibido por imaginação em excesso” instigam qualquer visitante a tentar entender como se deu tal contexto, mas para os pequenos a trama se amplia de tal modo, a lhes fornecer uma metodologia simples e incrivelmente eficaz, aproximar as histórias e objetos de suas realidades pessoais, com brincadeiras, jogos e leituras dos contos proibidos, Vicky a educadora do local, humaniza aquelas figuras inanimadas, e questiona-os sobre o que fazer caso a liberdade seja vetada, “E se eu levar a sua boneca embora?”.

Nossa metodologia foi a aplicação de questionários aos adolescentes, e uma sessão de criação de obras de arte aos mais novos, onde além de muitas cores, ficou claro um imenso apreso pela liberdade.

Durante nossas três visitas ao *Archivo*, diferentes impressões e experiências foram formando nossa posição, e abrindo caminhos a novas problemáticas. Se queríamos falar da ideia de trauma, aquele espaço havia conseguido a façanha de proporcionar debates ricos em crítica, de fazer pensar dos mais jovens, até aos que teoricamente estariam distantes em tempo e em espaço, não faltaram visitantes de outros continentes comentando que não haviam pensando que coisas tão bárbaras e até mesmo parecidas com o Holocausto, pudessem haver ocorrido na América Latina, não faltaram crianças e adolescentes dizendo que aquilo não poderia se repetir, não faltou vontade de ação, e isso só um trabalho seriamente crítico, só a inclusão da voz dos que antes foram conscientemente esquecidos pode fazer, que hajam mais lugares de memória não só para lembrar, mas para fazer pensar. Que os traumas possam ser encarados, revistos, e elaborados, seja no Brasil, na Argentina, seja sobre as ditaduras, sobre os grupos excluídos como indígenas, quilombolas, homossexuais, etc. Que se abra espaço para gerações conscientes de si, de sua responsabilidade, de sua importância na construção da liberdade coletiva.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. *Transbordamentos do Nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses*. In: Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorano (orgs). *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p 76-88

ADORNO, Theodor. “Educação após Auschwitz”. In: ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Maar, Wolfgang Leo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138,

ASSMANN, Aleida.. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2011.

ANSARA, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. 2ª edição. Curitiba, 2009.

ÁVILA, Cristian Pio. "*O que o guarani vende?*": Um estudo sobre a Pessoa e Sistema Econômico no Grupo Mbyá Guarani Submetido ao Contato Interétnico. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2005.

BAUMAN, Zygmunt, *SOBRE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE*, Editora Zahar, 1 ed., 2013, Rio de Janeiro.

BARRAL, G. A. *Rebeliones indígenas en la América española*. Madrid: Mapfre, 1992.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador in Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras escolhidas, V.1. São Paulo: Brasiliense, 1993

BESSA FREIRE, José Ribamar. “A descoberta do museu pelos índios”. In: CHAGAS e ABREU (orgs.). *Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

BRISOLA E MARCONDES, A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos, Revista de ciências humanas – Universidade de Taubaté Vol.4 N.1, 2011

BOERO, Maria Soledad, Biblioteca de Libros Prohibidos, Córdoba, 2012.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº. 3, p. 68-80, janeiro a julho de 2005.

BORGES, in Jorge Luis Borges: Prosa Completa, Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1., pgs. 477-484

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Memórias clandestinas e sua museificação Editora Revan, Rio de Janeiro, 2007

CARLOTO, Estela, (Testemunho) As “Abuelas de Plaza de Mayo”, In, Trauma, Memória e Transmissão: A Incidência da Política na Clínica Psicanalítica, Departamento – Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae São Paulo, 2009

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. CIDADANIA NO BRASIL.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

COIMBRA, Cecília, Reparação e Memória, Cadernos Anistia e Direitos Humanos v. 13, n. 24/25 — Primeiro e Segundo Semestres de 2008

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: Interpretação e Qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

CUYA, Esteban „Justiça de transição, ACERVO Revista do Arquivo nacional, Rio de Janeiro v.24, n.1, Jan/Jun 2011

DA SILVA, Ludmila. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina e In SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson & TELES, Janaina de Almeida (orgs). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

DEVETACH, La Torre de Cubos, Buenos Aires, Ed. Prisa Ediciones, 2013.

DOUMERC, BARNERS, Beatriz e Ajax, La Línea - Ediciones Del Eclipse, Buenos Aires, 2003.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes . ANISTIA NO BRASIL: A ARTE DE RECORDAR E ESQUECER. In: Geraldo Ramos Pontes Junior; Myrian Sepúlveda dos Santos; Victo Hugo Adler Pereira; Rogério Ferreira de Souza. (Org.). Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares. 1ed.Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2013

FERRO, Marc O ressentimento na história. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A educação jesuítica nos Sete Povos das Missões (séculos 17-18). *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, p. 109-120, dez. 2007. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1244/1112>> Acesso em 24 ago 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. ”Para além da pedra e cal”. ”. In: CHAGAS e ABREU (orgs.). Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

GALEANO, Eduardo, O livros dos Abraços, tradução de Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALEANO, Eduardo, Nós Dizemos Não, 3 ed. Rio de Janeiro Ed Revan, 1990.

GALEANO, Eduardo, O Livro dos Abraços, tradução de Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002

GEERTZ, Clifford. Editora Zahar, Rio de Janeiro 1978.

GONÇALVES, Reginaldo. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural, no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: edUFRJ/IPHAN, 2002.

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In:_____. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Varias hist., Dez 2006, vol.22, nº.36

HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela Memória. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2004.

HUYSEN, Andreas. CULTURAS DO PASSADO-PRESENTE: MODERNISMO, ARTES VISUAIS, POLITICAS DA MEMORIA. Rio de Janeiro Ed.Contraponto, 2014

KOLKER , Tânia in Tortura e impunidade – danos psicológicos e efeitos de subjetivação, In TORTURA, (org.) Coordenação Geral de Combate à Tortura.(Esta publicação reúne

textos de autores que participaram do Seminário Nacional sobre Tortura realizado nos dias 4 e 5 de maio de 2010, na Universidade de Brasília)

KEHL, Maria Rita, Trauma, memória e transmissão, In, Trauma, Memória e Transmissão: A Incidência da Política na Clínica Psicanalítica, Departamento – Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae São Paulo, 2009

JÚNIOR, Paulo Abrão Pires, A lei de Anistia no Brasil – As alternativas para a verdade e a justiça, ACERVO Revista do Arquivo nacional, Rio de Janeiro v.24, n.1, Jan/Jun 2011

JÚNIOR, Paulo Abrão Pires, AS CARAVANAS DA ANISTIA: Um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira. In: II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. São Paulo, Abril – 2010.

JÚNIOR, Paulo Abrão Pires, Verdade e Justiça na Transição política In: Justiça de Transição Das Anistias às comissões de Verdade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014

LEVI, Primo. Os afogados e os Sobreviventes. São Paulo: Paz e Terra. 1990

MARCON, Elza Maria Guerreiro. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. *Revista Pasos*, v 05 n 03, p. 343-352, 2007.

MARTÍN-BARÓ, O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia, Natal, 1996

MARTÍN-BARÓ, Acción y ideología: psicología social desde Centroamérica, (2ª ed.). San Salvador: UCA Editores, 1985

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual*. Hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesus en las provincias de Paraguay, Parana, Uruguay y Tape. Estudio preliminar y notas Dr. Ernesto J. A. Maeder. Rosario: Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.

MORAES, Nilson. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos in GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (orgs.) *O Que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2011.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de . A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil, dissertação defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2010. DISPONIVEL EM: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26729>

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. São Paulo, Departamento de História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. V.10,1993.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustín. Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones. In:____. *El encuentro del turismo com El patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

TELES, Edson & TELES, Janaina de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 461

Sites consultados:

<http://www.abuelas.org.ar/> <http://www.apm.gov.ar/node>

<http://www.dji.com.br/decretos/2002-004388/2002-004388.htm>

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/entenda-o-que-e-a-desmilitarizacao-dapolicia>

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,vitimas-da-ditadura-militar-teraoajudapsicologica-nas-clinicas-do-testemunho,1012076,0.htm>

<http://extra.globo.com/noticias/rio/adolescente-atacado-por-grupo-de-justiceiros-presoum-poste-por-uma-trava-de-bicicleta-no-flamengo-11485258.html#ixzz31CFuCP7Z>

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/01/mujica-teorico-da-transicao-poscapitalista/> http://www.sedes.org.br/site/clinica_testemunho

[http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome_statute\(s\).pdf](http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome_statute(s).pdf)

DUTRA, Wagner Andrade Viera. Turismo é... *Revista Turismo*. Dez 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>> Acesso em 18 ago 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em 18 ago 2014

IPHAN. São Miguel das Missões. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA68B0083D177B392A1C4E53AE81A2A6?id=276>> Acesso em 24 ago 2014.

Periódicos consultados:

Macedo, Fausto Estado do São Paulo, de 27/05/10

Leal, Luciana O Estado de S. Paulo, de 22/03/2013

Anexos

Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional²⁴

Artículo 75

Reparación a las víctimas

1. La Corte establecerá principios aplicables a la reparación, incluidas la restitución, la indemnización y la rehabilitación, que ha de otorgarse a las víctimas o a sus causahabientes. Sobre esta base, la Corte, previa solicitud o de oficio en circunstancias excepcionales, podrá determinar en su decisión el alcance y la magnitud de los daños, pérdidas o perjuicios causados a las víctimas o a sus causahabientes, indicando los principios en que se funda.
2. La Corte podrá dictar directamente una decisión contra el condenado en la que indique la reparación adecuada que ha de otorgarse a las víctimas, incluidas la restitución, la indemnización y la rehabilitación. Cuando proceda, la Corte podrá ordenar que la indemnización otorgada a título de reparación se pague por conducto del Fondo Fiduciario previsto en el artículo 79.
3. La Corte, antes de tomar una decisión con arreglo a este artículo, podrá solicitar y tendrá en cuenta las observaciones formuladas por el condenado, las víctimas, otras personas o Estados que tengan un interés, o las que se formulen en su nombre.
4. Al ejercer sus atribuciones de conformidad con el presente artículo, la Corte, una vez que una persona sea declarada culpable de un crimen de su competencia, podrá determinar si, a fin de dar efecto a una decisión que dicte de conformidad con este artículo, es necesario solicitar medidas de conformidad con el párrafo 1 del artículo 93.
5. Los Estados Partes darán efecto a la decisión dictada con arreglo a este artículo como si las disposiciones del artículo 109 se aplicaran al presente artículo.
6. Nada de lo dispuesto en el presente artículo podrá interpretarse en perjuicio de los derechos de las víctimas con arreglo al derecho interno o el derecho internacional.

²⁴ Versão completa disponível em: [http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome_statute\(s\).pdf](http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome_statute(s).pdf)